UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

ANTONIO MICHEL KULLER MEIRA

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PRATICADA POR MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

IRATI
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

ANTONIO MICHEL KULLER MEIRA

A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL PRATICADA POR MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade.

Orientador (a): Dr. Geyso Dongley Germinari

IRATI
2017

Tornar claro o como, quando e quem é diretamente prejudicado, vítima de injustiça, de injúria, de opressão e de violência. E explicar tudo isso, a cada vez, a quantos for possível, enquanto for possível.

Osvaldo Sevá Filho

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus que me deu força, saúde e sabedoria para conduzir esta pesquisa.

Agradeço carinhosamente aos meus pais, Maria Rosi Meira e Nelson Kuller Meira, meus melhores professores e que me ensinaram, sendo exemplos de honestidade, trabalho e vida. Apesar das dificuldades que encontraram como agricultores, sempre me incentivaram a estudar; sem o apoio deles eu não chegaria até aqui. Minha Gratidão.

Em especial, à minha esposa Edineia Miranda Kuller Meira, pela compreensão, todo apoio e ajuda na busca da palavra certa na hora da escrita, pela compreensão nos momentos de estudo.

A minha filha querida, Emilly Marcelly Kuller Meira, fonte de inspiração e doçura, que quando o cansaço me pegava, seu abraço e seu sorriso me revigoravam.

Ao amigo e orientador desta pesquisa, prof. Dr. Geyso Dongley Germinari, por desde a seleção acreditar no meu potencial e possibilitar a pesquisa neste campo, também por todas as orientações e ajuda nesse processo de crescimento acadêmico-profissional.

Aos professores de banca, Dr. Maria Antonia de Souza e Dr. Alessandro de Melo, pelas sábias contribuições nesta pesquisa, obrigado.

A todos os professores do PPGE-UNICENTRO, pelas importantes reflexões nestes dois anos, e em especial a todos os professores que passaram pela minha vida, desde o primário até a pós-graduação, minha gratidão.

Aos Funcionários do PPGE-UNICENTRO, em especial ao amigo Rudolpho Schlumberger Neto, por toda orientação documental e pela prontidão em ajudar, inclusive com carona de Guarapuava. Muito obrigado.

Às Benzedeiras do MASA, Agda Andrade Cavalheiro, Olivina Santa Clara, Sebastiana Ferreira Ribeiro, Marina Fabre, Genir Ferreira, pois apesar da idade de muitas, são ainda exemplos de conhecimentos e vontade de lutar. Sua experiência e conhecimentos contribuíram para o entendimento da identidade na pesquisa. Meu obrigado.

As lideranças da APF, principalmente seu Acir Tulio, Pedro Altamir de Deus, Miguel Lourenço de Souza, Beatrice Luzia Ramos, pelas importantes contribuições. Obrigado.

Ao IEEP, que de 2006 a 2010, me propiciou ter conhecido a realidade e a educação não formal dos povos e comunidades tradicionais, que foi a base para essa pesquisa, toda minha gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APF - Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

APP- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

ARESUR - Área Especial de Uso Regulamentado

CPICT/PR- Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná

CNPCT - Comissão Nacional dos Povos e comunidades Tradicionais

ENCONTTRA- Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)

ICMbio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IEEP - Instituto Equipe de Educadores Populares

IFPR- Instituto Federal do Paraná.

MPA - Movimento dos pequenos Agricultores

MASA - Movimento Aprendizes da Sabedoria

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMS - Novos Movimentos Sociais

ONGs- Organizações Não Governamentais

PNCSPCTB - Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

PRONAF- Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFPR- Universidade Federal do Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - CARACTERIZAÇÃO DE FAXINAL COM CRIADOR COMUM FECHADO
FIGURA 02 - AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA 03 – AGRONEGÓCIO AO LADO DAS CERCAS DO FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA
FIGURA 04 - FECHO INTERNO EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA 05 - CORREDOR OCASIONADO POR FECHOS EM MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA 06 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DANIFICADA NO FAXINAL
FIGURA 07 - RESQUICIOS DE CERCA COM TAPUMES
FIGURA 8 - MATA BURRO E PORTÃO EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA 09- IGREJA EVANGÉLICA EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA 10 - REZA NA “IGREJINHA” DE SÃO SEBASTIÃO EM FAXINAL DO SALTO
FIGURA 11 - BENZEDEIRAS COM IMAGENS E OBJETOS DE DEVOÇÃO
FIGURA 12- PROCISSÃO DE SÃO SEBASTIÃO EM FAXINAL DO SALTO
FIGURA 13- IGREJA CATÓLICA DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FIGURA14 - PORTÃO DE ENTRADA DA CASA DE FAXINALENSES COM CRUZ
FIGURA15 - ALTAR DE BENZEDOR EM FAXINAL MARMELEIRO
FIGURA16 - CERTIFICADO DE CURSO DE PARTEIRA
FIGURA17 - NOTIFICAÇÃO DE NACIMENTO PARA OS ORGÃOS DE SAÚDE
FIGURA 18 - MAPA DOS FAXINAIS DE REBOUÇAS COM DESTAQUE A COMUNIDADE
FIGURA 19 - 1º ENCONTRO REGIONAL DAS BENZEDEIRAS E DEMAIS OFÍCIOS TRADICIONAIS FIGURA 20 – OFICINA DE CARTOGRAFIA DO MASA
FIGURA 21 - OFICINAS DE AUTO CARTOGRAFIA
FIGURA 22 - AUTO CARTOGRAFIA SOCIAL DOS FAXINAIS PESQUISADOS
FIGURA 23 - BENZEDOR RECEBENDO DECLARAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- SANTO E SANTA E GRAÇA A SER ALCANÇADA
QUADRO 02- DOCUMENTOS DO MASA E APF ANALISADOS

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o processo de educação não formal em comunidades tradicionais de faxinais, que representam uma cultura típica da região centro sul do estado do Paraná, Brasil, tendo como eixo de análise a educação não formal praticada pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA e Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses-APF, na comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo, no Município de Rebouças, Estado do Paraná. Como objeto de estudo, busca entender os processos de ensino aprendizagem da educação não formal, se esta colabora para o fortalecimento da identidade faxinalense. Ao longo da história, esses grupos tiveram suas identidades negadas, vivendo uma invisibilidade social, sendo muitas vezes marginalizados e expropriados por manter um modo de vida tradicional, isso colaborou para o enfraquecimento de diversas práticas e conhecimentos tradicionais, com risco de desaparecimento devido ao grande processo de repressão e de desterritorialização da comunidade. Assim, a pesquisa analisa o processo de educação não formal por meio da investigação de documentos produzidos pelos movimentos, como: Cartilhas, Fascículos, Boletim, Relatórios, Leis e Decretos, buscando compreender como se deu práxis educativa desses movimentos e suas implicações para o fortalecimento da identidade de Faxinalense. A pesquisa tem enfoque teórico sobre as transformações ocorridas na comunidade, os conceitos de educação não formal e um trabalho específico de análise dos documentos nas diversas dimensões da educação não formal; mostrando ainda a importância de processos educativos dos movimentos sociais, pautados em conteúdos dialogados diretamente com os sujeitos que participam da educação não formal.

Palavras-Chave: Faxinais, Educação não formal, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This research had as its theme the process of non-formal education in traditional faxinal communities, which represent a typical culture of the south central region of the state of Paraná, Brazil. The axis of analysis was the non-formal education practiced by the Apprentice Movement of Wisdom- MASA and Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses-APF, in the faxinal community of Marmeleiro de Baixo, in the Municipality of Rebouças, State of Paraná. The aim of this study was to understand the teaching and learning processes of non-formal education that collaborate to maintain the faxinal identity. In the historical dimension, these groups had their identities denied, living a social invisibility, being often marginalized and expropriated for maintaining a traditional way of life. This process has contributed to the weakening of several traditional practices and knowledge, with the risk of disappearance due to the repression and deterritorialization phases of the community. Thus, the research analyzed the process of non-formal education through the investigation of documents produced by the movements, such as: booklets, fascicles, bulletin, reports, laws and decrees. It was hoped to understand how the educative praxis of these movements and their implications for the strengthening of the Faxinalense identity were given. The research was based theoretically on the transformations occurring in the community, on the concepts of non-formal education in the specific work of document analysis in the various dimensions of non-formal education. Academic research has shown the importance of educational processes of social movements based on content directly related to the subjects that participate in non-formal education.

Keywords: Faxinais, Non-formal education, Social Movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... **11**

1 - COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS: CARACTERIZAÇÃO, FORMAÇÃO, ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E POLITICOS 20

1.1 PROCESSO HISTÓRICO SOCIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS.....21

1.2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM FAXINAIS, COMPREENDENDO RELAÇÕES.....34

1.3 MUDANÇAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES 38

1.4 ELEMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS DA CULTURA TRADICIONAL FAXINALENSE 41

1.4.1 Uso comum da terra e as dinâmicas das cercas.....41

1.4.2 A Prática tradicional cultural do mutirão.....44

1.4.3 A Religiosidade Popular nas comunidades tradicionais de Faxinais 47

1.4.4 O terno de quaresma em Faxinal Marmeleiro de Baixo.....54

1.4.5 Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Costureiras de Rendidura, Massagistas Tradicionais e parteiras nos faxinais.....57

1.4.5.1 Ofício tradicional de Benzedeira ou Benzedor.....59

1.4.5.2 Ofício tradicional de Costureira de Rendiduras e Machucaduras 62

1.4.5.3 Oficio Tradicional de Parteira 63

1.5 FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO: ORGANIZAÇÃO E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS.....64

1.6 MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO.....68

1.6.1 Histórico, Organização e Lutas realizado pelo MASA- Movimento Aprendizes da Sabedoria 70

1.6.2 O Movimento Social dos Faxinalenses - Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF.....77

2 CONCEPÇÕES CONTRA HEGEMÔNICAS DE EDUCAÇÃO 79

2.1 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR.....80

2.2 EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE MÉSZÁROS.....83

2.2.1 A educação x capital e processos de internalização 84

2.2.2 O processo de internalização do capital e os desafios da educação.....86

2.2.3 Desafios da educação frente à exploração do capital: a urgência de novos caminhos....89

2.3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PARTIR DOS CONCEITOS DE GOHN E TRILLA 93

3 ANÁLISE DE DADOS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EFETIVADA POR MOVIMENTOS SOCIAIS 100

3.1 AS DIFERENTES DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....104

3.1.1 Dimensão da organização política.....105

3.1.2 Dimensão da cultura política.....107

3.1.3 Dimensão espacial-temporal.....108

3.1.4 Dimensão sociocultural.....108

3.1.4 Dimensão socioambiental.....109

3.2- A PRÁXIS EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS DIMENSÕES...111

3.2.1 Auto Cartografia Social como ferramenta de formação dos faxinalenses nas dimensões política, sociocultural e ambiental.....111

3.2.2 Mapeamentos Sociais como ferramenta para formação na dimensão sóciocultural, e política das benzedeiras.....116

3.2.3 A formação através do curso de direitos para a defesa da cultura tradicional.....119

CONSIDERAÇÕES FINAIS 122

REFERÊNCIAS.....128

ANEXOS.....131

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais de faxinais são uma forma peculiar de organização comunitária. Esse modo tradicional de vida representa uma cultura típica do sul do Brasil, presente principalmente na região sudeste e centro sul do Paraná. Essas comunidades ao longo da história sofrem um processo de desterritorialização ocasionado principalmente pelas forças capitalistas do agronegócio, ocasionando diversos problemas internos, muitas vezes levando à desagregação dos faxinais, colaborando para a perda da agrobiodiversidade local, práticas e conhecimentos tradicionais que formam a identidade faxinalense.

O campo é um espaço social que possui uma diversidade de sujeitos, sendo que os povos faxinalenses representam uma identidade específica, reconhecida pelos governos federal, estadual e municipal como comunidades tradicionais. Nos últimos anos, o poder público começou a olhar os faxinais como um espaço de cultura diferenciada, isso devido principalmente ao resultado da organização social dos faxinalenses, através da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF.

A luta do movimento faxinalense levou ao reconhecimento como comunidades tradicionais do Paraná, pela lei Estadual 15.673/07 e diversas leis municipais sobre o uso e gestão dos territórios faxinalense. O município de Rebouças possui a Lei Municipal de Nº 1.235/2008 que reconhece os faxinais e seus acordos comunitários de uso comum do território de faxinalense. Também em 2012, foi criado no Paraná, por meio da lei Estadual nº. 17.425, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR. Nesse espaço, os Faxinalenses somam-se às Benzedeiras, Ciganos, Quilombolas, Cipozeiras, Religiões de matriz africana, Ilhéus, Pescadores artesanais, Caiçaras e as etnias indígenas Guarani e Kaigang na discussão de propostas de políticas públicas para seus segmentos. Em nível federal, os faxinalenses fazem parte da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa comissão foi revogada, passando a ser Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto nº 8750, de 09 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; órgão colegiado que discute as diretrizes e metas de desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades tradicionais. Nesse último decreto, as benzedeiras somam-se aos faxinalenses e estão incluídas no grupo de povos e comunidades tradicionais que representam a sociedade civil.

Essas comunidades, nas últimas décadas, sofreram forte processo de desagregação, devido principalmente aos avanços das forças capitalistas a partir da década de 1970, como a

expansão dos plantios de soja e da indústria madeireira que colocaram em risco a diversidade cultural. Ainda, outros fatores têm interferido no processo de ruptura da identidade faxinalense, tais como a falta de políticas públicas adequadas à realidade local e uma educação, muitas vezes, direcionada para uma concepção de educação rural que desconsidera o saber local e as práticas culturais tradicionais.

A educação rural vê o campo como sinônimo de atraso, desconsidera o saber local, a cultura, o modo de vida, o trabalho e os valores dos sujeitos do campo; trabalha numa perspectiva na qual o agronegócio representa o "desenvolvimento", sem observar o desenvolvimento sustentável por meio das práticas e saberes tradicionais desenvolvidos para se relacionar com a terra e a natureza, como as comunidades tradicionais de Faxinais.

O modelo de educação rural, acompanhado por falta de políticas públicas para a juventude, ocasionou o êxodo rural nos faxinais, principalmente entre os jovens, pois a concepção de educação rural colabora para que o jovem busque outras fontes de trabalho, muitas vezes desvalorizando o campo. Essa educação considera as práticas tradicionais do campo como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de desenvolvimento e felicidade. Leite (2002, p.14) destaca que "[...] no entanto, a produção rural, e consequentemente a mão de obra existente no campo, foram focos de interesse do capitalismo contemporâneo, ocasionando a implantação de modelos urbanos liberais entre a população rurícola". Nesse sentido, a educação rural quase sempre não trabalha as questões locais, a cultura local é desconsiderada, bem como a relação de trabalho do jovem, visando a valorização do trabalho do agricultor e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, apresenta que o sistema escolar deve incluir a "[...] participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes" (BRASIL, 1996). E dessa forma, assim fazer os esforços necessários para incluir nos currículos as especificidades locais, pois a própria base nacional curricular possui uma parte comum e outra diversificada. Conforme o artigo 26 da Lei 9394 (BRASIL, 1996):

> Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Essa divisão busca atender à diversidade cultural das comunidades, para que a escola não seja um espaço de opressão e sim um lugar acolhedor que inclua a pluralidade cultural presente nas comunidades rurais e urbanas e especialmente as comunidades tradicionais do

Brasil.

Os movimentos sociais e organizações do campo têm realizado diversos processos de educação não formal e, paralelamente, discutem e desenvolvem metodologias para pressionar o Estado em busca de uma nova concepção de educação, que inclua nos currículos as questões específicas do cotidiano dos educandos, para que sejam protagonistas do processo educacional. Uma educação fundamentada nos saberes locais que trabalhe em seus currículos a cultura e a vida presente nas diversas identidades dos povos do campo, como: Agricultores Camponeses, Agricultores Familiares, Assentados, Boias fria, Ribeirinhos, Acampados, Faxinalenses, Benzedeiros, Indígenas, Quilombolas, Ilhéus, Pescadores Artesanais e demais segmentos.

A luta de movimentos sociais e organizações populares do campo têm propiciado grandes discussões metodológicas para processos de ensino-aprendizagem em comunidades tradicionais, discussões essas em que os diferentes sujeitos do campo, como os faxinalenses e Benzedeiras, participam para a construção de uma educação que contemple a sua especificidade. Essa educação não formal apresentada na forma de encontros de formação, seminários, oficinas, cursos e reuniões de elaboração de novas metodologias que contemplem o desenvolvimento sustentável e valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais, é uma importante ferramenta para o fortalecimento da identidade local. Tal forma de educação, debatida entre as entidades e movimentos sociais, busca articular o saber local e o saber científico, para proporcionar a valorização e emancipação dos sujeitos.

As políticas públicas formais de educação, estabelecidas pelos executivos municipais, estaduais e federais, raramente contemplam a diversidade local, como é o caso do Programa Nacional do Livro Didático, o qual padroniza os conteúdos dos livros para todas as regiões do Brasil, distribuídos para todas as escolas, sejam do campo ou da cidade.

Os educadores precisam conhecer e dialogar com a realidade apresentada, trabalhar as várias dimensões da educação que compõem uma comunidade escolar, pois assim a educação se torna uma ferramenta importante para a emancipação social e fortalecimento das diversas identidades. Somente a escola como espaço de formação e discussão em muitos casos é insuficiente. Somam-se, então, outros processos educacionais em diferentes espaços não formalizados que tem apresentado a preocupação com as diversas identidades presentes em um mesmo espaço. Essa educação, que abrange diversos espaços não formais, é ressaltada pela Lei 9394/96 – LDB (Lei das Diretrizes Bases da Educação Nacional):

> Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 2016, p. 35).

A educação, desenvolvida por entidades da sociedade civil e movimentos sociais, possui uma proposta metodológica diferenciada; pois geralmente, o processo de construção de cursos e oficinas é discutido com a participação de lideranças que fazem parte do movimento e também, em muitos casos, já participaram de etapas anteriores de formação, seja como educando ou educador.

As metodologias e temas de estudo desenvolvidos pelos movimentos sociais e organizações populares são ferramentas importantes para a ampliação das discussões em educação não formal, que possibilitam aos educadores o respeito e valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais historicamente negados pela educação rural.

A população do campo, principalmente os povos e comunidades tradicionais, historicamente, foi marginalizada pela sociedade. Estas populações tradicionais, como os faxinalenses, nem mesmo são citadas ao longo da história nos documentos da educação formal. Quando estas são citadas nos documentos escolares, porque muitas vezes a lei assim o exige, como no caso dos povos indígenas e quilombolas, na prática muitas vezes esta diversidade não é trabalhada.

Conforme apontam as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, no Caderno específico das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

> A não inserção desses conteúdos nas práticas pedagógicas provocou, ao longo da história, a negação da cultura dos povos do campo nas escolas, quando é apresentada, na maioria das vezes, aparece de forma estereotipada e preconceituosa. Exemplo disso são as festas juninas que fazem uso de roupa rasgada e remendada, dentes estragados, maquiagem exagerada etc., como características dos camponeses, em detrimento da valorização das músicas, das danças e das comidas típicas e da própria origem da festa (PARANÁ, 2006, p. 32).

O campo significa – para muitos pensadores, pesquisadores, professores – sinônimo de atraso, reforçado pela mídia, ou por meio de estereótipos, como o personagem "Jeca Tatu[1]". O urbano é considerado o lugar ideal que contempla todo o desenvolvimento da humanidade. Soma-se ainda a isso, o fato de o educador se colocar como o detentor do saber,

[1]O Termo criado por Monteiro Lobato, foi utilizado na pesquisa de Dora Vianna Vasconcellos, "O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social", Dissertação que aponta que o termo pejorativo foi dicionarizado por Antonio Houaiss.

desconsiderando o saber tradicional, pois os educandos do campo e das comunidades tradicionais possuem saberes acumulados, que muitas vezes são desconsiderados.

Freire (2007, p. 43) destaca que "[...] não podemos nos colocar na posição superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo". Neste sentido, como destaca Caldart (2002), é necessário construir um processo educacional "no campo e para o campo" com uma ampla revisão de conceitos e metodologias para fortalecer os processos de formação dos educadores. Desta forma, poderemos caminhar para uma educação inclusiva que respeite a diversidade cultural e a identidade do povo brasileiro. Nessa perspectiva, a formação dos educandos precisa considerar os dois saberes: o científico e o tradicional; este conhecimento deve ser acumulado, na relação social entre os homens e mulheres e no contato com a terra, natureza, água, trabalho ao longo da existência humana.

A educação torna-se ferramenta fundamental para a construção de sujeitos que respeitem as diferentes identidades, valorizem os conhecimentos e saberes acumulados pelo povo, repassados de geração em geração. Essa concepção de educação é fundamental para a emancipação social, fortalecendo o conjunto de saberes e práticas culturais que formam a identidade faxinalense. As populações tradicionais do campo, ao longo do tempo, aprimoraram e diversificaram seus conhecimentos sobre as relações com o meio ambiente, manejo da terra, uso da biodiversidade, além de suas práticas sociais, culturais e religiosas, que precisam ser reconhecidas, compreendidas e incluídas nos processos educacionais, sendo aspectos fundamentais para a manutenção e desenvolvimento das populações tradicionais do campo.

Destacamos, nesse trabalho, os conflitos e lutas dos movimentos sociais para manutenção do território faxinalense, o qual se torna uma das principais fontes de geração de expectativa para manutenção do modo vida das famílias faxinalenses, pois dele dependem uma série de práticas tradicionais para o seu desenvolvimento. Nessa direção, a educação não formal, para a luta dos povos faxinalenses, torna-se ferramenta importante, desde que seja um processo educacional pautado no diálogo com os faxinalenses, que trabalhe a cultura tradicional e respeite as diferenças presentes da comunidade tradicional.

A comunidade tradicional de Faxinal Marmeleiro de Baixo, localizada no município de Rebouças, Estado do Paraná, é o espaço de pesquisa deste estudo. Paralelamente ao processo de organização social, estes movimentos sociais desenvolvem reuniões, cursos, seminários e encontros que podem ser compreendidos como processos de educação não

formal que visam a formação de lideranças para a luta por políticas públicas e direitos historicamente negados.

Nessa comunidade faxinalense estão presentes movimentos sociais que desenvolvem ações no sentido de fortalecer a organização comunitária dos faxinalenses. Destacamos o papel importante da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), que busca organizar as comunidades para a luta por direitos historicamente negados, também se destaca na comunidade o trabalho organizado pelo MASA, cujo eixo de ação é a organização, reconhecimento e valorização dos Benzedores e demais ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa, tendo como metodologia de trabalho os mapeamentos sociais e diversas atividades de formação.

Nesse sentido, movimentos sociais, com apoio de organizações populares, têm investido na formação de lideranças faxinalenses, com destaque para o trabalho realizado pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA) de formação e valorização das benzedeiras. O MASA é um Movimento social dos detentores de ofícios tradicionais de saúde popular, no qual agrega Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Curadeiras, Costureiras (os) de Rendidura e Machucadura, Massagistas Tradicionais, Remédieiros, Rezadores e Parteiras.

O MASA e APF desenvolvem diversas atividades através da educação não formal para a manutenção da cultura tradicional dos criadouros comunitários nos faxinais e o reconhecimento dos ofícios tradicionais de Benzedeiras, Costureiras de Rendidura, entre outros.

Em 2007 a APF foi informada por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social dos povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PNCSPCTB) sobre a possibilidade de realizar a auto cartografia nas comunidades de Faxinais. Após conversas e aprovação do projeto, foram iniciadas as primeiras ações, com as capacitações necessárias. O processo de construção da auto cartografia social originou o primeiro Fascículo “Povos de Faxinais”; neste foram mapeadas cerca de onze comunidades de faxinais. Em 2008 o mapeamento dos faxinais ganhou uma série especial composta de quatro fascículos intitulados “Faxinalenses do Sul do Brasil”. O primeiro fascículo intitulado: “Faxinalenses: Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura” apresentaram como objetivo dar ensejo a auto cartografia de pessoas detentoras de ofícios Tradicionais de Cura e que trabalham na temática de remédios caseiros, sendo estas: Benzedeiras, Benzedores, Costureiras (os) de Machucadura, Remédieiros (as), Massagistas tradicionais e Parteiras. Esses trabalhos realizados em parceria

com o PNCSPCTB foram de grande importância, visto metodologia utilizada no processo de realização das cartografias sociais e mapeamentos.

A escolha do tema de pesquisa deve-se aos estudos e trabalhos realizados entre 2006 e 2010, no Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), que coordena o eixo "Povos e Comunidades Tradicionais" com ações e projetos nos faxinais, sendo a comunidade de Faxinal Marmeleiro uma das comunidades trabalhadas. Também em 2008, participei do início do processo de organização dos ofícios tradicionais de "Saúde Popular e Cura Religiosa", envolvendo Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Curadeiras, Costureiras (os) de Rendidura, Massagistas Tradicionais, Remédieiros, Rezadores e Parteiras do município de Rebouças. Também participei como pesquisador, do Projeto "Nova Cartografia Social (UFAM)", que apoiou na região diversas cartografias sociais em comunidades faxinalenses e mapeamentos sociais de benzedeiras e demais ofícios tradicionais, que formam a base para esta pesquisa.

A presente pesquisa é uma tentativa de identificar as concepções de educação não formal desenvolvidas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e Movimento Aprendizes da Sabedoria, movimentos sociais que possuem ações de formação na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, Município de Rebouças, estado do Paraná, bem como verificar como as implicações dessas concepções de educação para identidade faxinalense.

Nessa perspectiva investigou-se o seguinte problema de pesquisa:

Quais as dimensões de educação não formal desenvolvida pelos movimentos sociais e suas implicações para a formação da identidade faxinalense, na comunidade Faxinal Marmeleiro de Baixo, município Rebouças - PR?

Estes movimentos tem propiciado um amplo trabalho na educação não formal, que resulta em processos de conhecimento não reconhecidos, muitas vezes não sendo objeto de análise aprofundada pelos próprios coletivos e meios acadêmicos. Essa educação não formal trabalha as diferentes dimensões que envolvem a comunidade: Ambiental, Cultural e Política organizativa. Essa formação busca o desenvolvimento sustentável e a superação dos problemas enfrentados, fortalecendo as práticas culturais tradicionais que formam a identidade faxinalense.

Dessa forma, a pesquisa abordou os processos de educação não formal na comunidade faxinalense, a partir da análise dos materiais/documentos produzidos e utilizados na formação pelos movimentos sociais, como relatórios, cartilhas, leis e metodologias aplicadas. Entendemos que a educação não formal, se aplicada em uma concepção de educação

emancipatória, representa uma ferramenta importante de mediação das relações sociais existentes na comunidade, colaborando para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da identidade faxinalense.

A realização deste estudo, das práticas educativas não formais desenvolvidas por movimentos sociais na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo município de Rebouças, estado do Paraná, coloca-se como a possibilidade de um diagnóstico para analisar os métodos, identificando potencialidades e também dificuldades no processo da educação não formal. Ainda soma-se a pouca valorização da educação não formal no âmbito acadêmico.

O viés qualitativo da pesquisa buscou apreender o universo de significações dos territórios faxinalenses e a influência nas relações sociais como atitudes, crenças e valores, nas comunidades de faxinais, com o intuito de investigar a influência da práxis da educação não formal, realizada pelas organizações, e se estas colaboram para a manutenção dos territórios e da identidade.

A dissertação foi organizada em três seções nas quais buscou entender e explicar os fatores culturais que formam a identidade faxinalense e como os processos de educação não formal acontecem na comunidade.

O capítulo I apresenta referenciais teóricos sobre as comunidades tradicionais de faxinais, aborda sua origem, território, aspectos sociais, ambientais e culturais que formam a identidade faxinalense. Assim, o trabalho buscou entender as crenças, as práticas tradicionais culturais desse povo e a relação de interdependência com o meio ambiente. Também, ao longo de todo trabalho, analisaremos os processos de desestruturação devido às mudanças econômicas, a organização e luta que as comunidades e grupos passam para manter o seu modo de vida, em um cenário conflituoso, no qual as novas formas de produção capitalista expandem-se para os territórios dos faxinais. Nessa perspectiva de desenvolvimento, o tradicional é visto como sinônimo de atraso, sendo que muitos dos conflitos são gerados pelos novos modelos de produção capitalista. Neste capítulo, também apresentaremos algumas práticas culturais importantes das comunidades faxinalenses, que os caracterizam como comunidade tradicional.

O capítulo II discute as concepções de educação, tendo como base as ideias pedagógicas contra hegemônicas na educação. Neste sentido, abordaremos os conceitos de Educação Popular de Paulo Freire (1987), Pedagogia do Oprimido e Educação como prática para a liberdade (2002) e a perspectiva de educação de Mészáros (2008), principalmente, a partir de sua obra "A Educação para Além do Capital", buscando discutir a educação em uma

abordagem ontológica, na qual o processo educacional é um aprendizado histórico dialético cotidiano.

A internalização capitalista consegue fazer o seu papel de reproduzir as lógicas reprodutivistas do sistema de capital, e a educação, muitas vezes, segue a lógica do modelo econômico vigente. Também, nesse capítulo, discutimos a importância da educação não formal praticada por entidades e movimentos sociais que atuam nas comunidades rurais, objetivando o pleno desenvolvimento social, político, cultural e econômico no campo. Nesse sentido, abordamos os conceitos de pesquisadores como Maria da Gloria Gohn (2010) "Educação não formal e o Educador Social", Jaime Trilla (2008) "Educação formal e não formal: pontos e contrapontos", que discutem o papel importante da educação não formal para a formação de sujeitos emancipados.

O capítulo III traz a pesquisa de campo, a qual apresenta análise dos documentos de educação não formal aplicados com faxinalenses e Benzedeiras da comunidade Faxinal Marmeleiro de Baixo, materiais estes produzidos pelos movimentos sociais MASA e a APF com apoio de entidades.

Para uma discussão aprofundada, foi realizada uma análise da práxis de educação não formal na comunidade tradicional, para isso foram pesquisados relatórios de projetos e materiais produzidos pelos movimentos sociais na comunidade, tais como: Cursos de formação, Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, por meio de mapeamentos e cartografias sociais, seminários de direitos, além de outros projetos de resgate e valorização das práticas e saberes tradicionais de saúde popular, agroecologia, planos territoriais de uso sustentável, sistemas agroflorestais, entre outros.

A partir desses materiais, realizou-se uma análise sobre como a educação não formal se desenvolve na comunidade, e como é a perspectiva emancipatória de cada prática adotada de educação não formal efetuada com os faxinalenses e Benzedeiras da comunidade.

Buscou-se ainda fazer um recorte da educação não formal na comunidade a partir das mudanças socioeconômicas, ambientais, políticas e culturais nos últimos anos, sendo esta uma tentativa de compreender como ocorre a práxis da educação não formal num espaço marcado pela diversidade cultural.

1 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS: CARACTERIZAÇÃO, FORMAÇÃO, ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E POLÍTICOS.

As comunidades tradicionais de faxinais são formas de organização social camponesa tradicional, oriunda da cultura cabocla[2] do Estado do Paraná, norte de Santa Catarina e Sul de São Paulo, mais tarde incorporada pelos imigrantes europeus, principalmente a partir das guerras mundiais. Sua formação data do final do século XVIII e início do século XIX, e sua organização é caracterizada principalmente pelo uso comum dos recursos naturais em sistema silvopastoril[3], por meio da formação de criadouros comunitários, que preserva a paisagem florestal nativa do Bioma Floresta com Araucária e garante a sobrevivência de famílias camponesas.

Essa organização social tradicional pode ser compreendida a partir de conflitos agrários e interações étnicas e culturais, gestadas no decorrer dos últimos dois séculos, na região Sul do Brasil, em área de ocorrência do Bioma Floresta com Araucárias. Todas estas condições geraram acúmulo de experiências, cujo formato final resultou na articulação entre os recursos naturais disponíveis e as necessidades de reprodução física e social dos faxinalenses. Nessa dinâmica histórica são constituídos, e se consolidam, os territórios dos faxinais em "terras tradicionalmente ocupadas", tendo como base de organização o uso comum das pastagens nativas e recursos florestais frutíferos das terras de criar (ALMEIDA, 2009). Compreendem-se por comunidades tradicionais de faxinais as áreas de criar e plantar, sendo estes dois espaços importantes para manter todas as práticas econômicas, sociais, ambientais e culturais adotadas pelos faxinalenses.

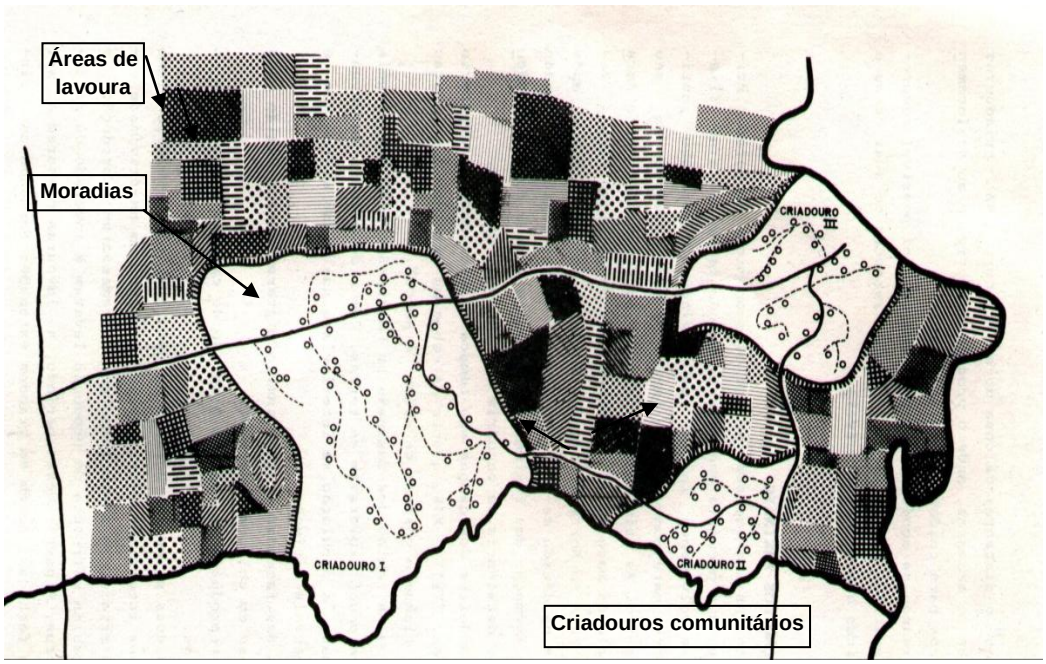
A partir de 1970, as comunidades de faxinais sofrem um processo de avanço das terras de plantar sobre seus territórios de criar, ocasionando diversos conflitos entre moradores e fazendeiros, fato que causou o desmantelamento de diversos criadouros no Paraná. As comunidades que resistem, como o caso do Faxinal Marmeleiro de Baixo, mantêm um modo de vida tradicional baseado no uso comum dos recursos naturais (pastagens e frutíferas nativas) e diversas práticas tradicionais culturais que fazem a comunidade ser reconhecida como comunidade tradicional.

[2] Possui origem em uma miscigenação de descendentes portugueses, afrodescendentes e indígenas estabelecidos na região dos faxinais.
[3] Sistema que concilia o uso de pastagens com a paisagem florestal para criação de animais.

1.1 PROCESSO HISTÓRICO SOCIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS

Os faxinais são comunidades tradicionais reconhecidas por sua territorialidade específica[4]. Essas comunidades se caracterizam na sua formação social, principalmente, pelo uso comum da terra através da utilização comum das pastagens nativas e recursos naturais disponibilizados na forma de criadouro comunitário (grande área cercada, na qual se pratica a criação extensiva) de uso coletivo, delimitado por cobertura florestal. Nesse território é realizado o extrativismo de erva mate privado, e no interior do qual se localizam as moradias com pequenas criações e quintais; e as lavouras (policultura alimentar), conduzidas do lado externo ao criadouro comunitário, denominadas de terras de "planta", onde se produz milho, feijão, batata, abóbora entre outros, porém de uso privado (CHANG, 1988). As moradias dos faxinalenses normalmente são cercadas em pequenas áreas, denominados de quintais, local onde é praticado a criação de pequenos animais (galinhas, patos, gansos, etc), cultivo de hortaliças e plantas medicinais, além de pomar.

FIGURA1 - CARACTERIZAÇÃO DE FAXINAL COM CRIADOR COMUM FECHADO



Fonte: Chang Man Yu, 1988.

Segundo Carvalho (1984), o Faxinal possui sua base no uso tradicional das terras de criar de forma comum acordada ao longo da história.

[4]Decreto Federal 10.408/2006 – Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

> O criador comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários da terra para a sua utilização comunal tendo em vista a criação de animais. A área de um criador comunitário é constituída por várias parcelas de terras de distintos proprietários, formando, umas ao lado das outras, um espaço contínuo. CARVALHO (1984, p.12)

Sobre as características da vegetação do Faxinal, e áreas que eram abertas para lavoura, faz-se necessário um esclarecimento, fornecido por Carvalho (1984), que descreve substancialmente as distinções entre ambas:

> Originalmente, fins do século passado, faxinal se referia ao mato denso e grosso, ou seja, a área de vegetação mais cerrada, se comparada com outras áreas às quais se denominava de mato ralo. No faxinal ocorria a presença das espécies florestais como pinheiro e erva-mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagens naturais. O faxinal era preservado para práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais. As derrubadas de mato para a formação de lavouras eram realizadas em áreas onde se observava a presença de mato ralo (CARVALHO, 1984, p. 14 -15).

Desta maneira, entende-se por criador comunitário um espaço físico constituído tendo por base uma relação social cuja finalidade é a organização comunitária para a criação de animais em sistema coletivo. Já o faxinal é um espaço físico, de acordo com Nerone (2000), que agrega tanto as "terras de criar e as terras de plantar", sendo ambos os espaços importantes para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais de faxinais.

Assim, o motivo central para a formação do criador comunitário, ainda que determinado pela necessidade de se separar área de lavoura daquela de pastoreio, foi a busca de solução para economizar material para a construção de cerca. Esse seria o elemento econômico que induziria ao uso comunal de terras para a criação dos animais. A solução encontrada para se economizar material, dentro das condições objetivas dos meios de trabalho existentes, dará compreensão para o que Carvalho (1984) chamou de "sociologia das cercas", ou seja, o conjunto de normas de comportamento econômico, social e político que a manutenção da cerca do criador comunitário determinou.

Com relação a esse conjunto de práticas sociais ou jurídicas denominadas de normas consuetudinárias por Chang (1984, p. 42), compreendem-se quatro pontos relevantes na sua concepção, como: "[...] da decisão ter um caráter coletivo e democrático; de existirem convenções sobre as cercas; sobre a propriedade das cercas e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos".

Além disso, a especificidade dos meios de produção tradicional das comunidades de faxinais é através da dinâmica econômica produtiva desenvolvida internamente no criador comum e nas terras de plantar denominadas "roças".

> A semelhança dos demais sistemas de produção familiares, o sistema faxinal apresenta também os seguintes componentes: produção animal – criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies equina, suína, caprina, bovina e aves; produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; coleta de erva-mate – ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entre-safra das culturas, desempenhando papel de renda complementar (CHANG, 1988, p.13).

A especificidade do sistema de produção faxinalense, e a forma como o mesmo se auto- organiza, identifica a racionalidade própria de um faxinal; é possível hoje afirmar que a presença da agricultura camponesa na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo predomina neste espaço, com a presença de lavouras de feijão, milho, batata e extrativismo da erva mate. Transformações econômicas e sociais, que aportaram sobre os faxinais, ocasionando mudanças na sua organização, estrutura e relações de produção, todavia demonstrando que desde sua gênese, passando pela sua consolidação até o processo de desagregação, o criador comunitário sempre manteve sua base social na criação de animais e na diversidade de produção de alimentos. Nos últimos anos, observamos o início, com grande força em alguns faxinais, da produção de fumo e a expansão de plantio de soja e milho, em áreas que os faxinalenses utilizavam para a policultura alimentar.

Vários autores, como Tavares (2008), buscam identificar a origem das comunidades tradicionais de Faxinais, em grupos indígenas, afrodescendentes e imigrantes eslavos; muitas vezes, porém, se tem uma ideia de origem que leva a teses que não possuem explicação objetiva de como aconteceu o processo inicial da organização faxinal, o que nos leva a crer em uma organização típica, oriunda das necessidades sociais, produtivas e ambientais em região de floresta densa e com poucos recursos materiais externos.

Neste trabalho não aprofundaremos a pesquisa sobre sua origem, mas ampliaremos a discussão sobre o termo "Faxinal". De acordo com os faxinalenses entrevistados, a palavra "Faxinal" é originário do termo "faxina", pois os animais eram soltos em grandes áreas de florestas densas e durante pouco tempo esses animais deixavam a floresta limpa, principalmente a vegetação mais rasteira. Assim, de acordo com o Faxinalense Paulo Wenglark, da Comunidade Faxinal do Emboque, "os animais eram soltos em mato fechado, no qual não entrava nada; já em algum tempo eles faziam uma faxina, aí se originou o termo Faxinal, que vem da faxina que os animais praticavam na floresta fechada[5]". Assim, no final

[5]Entrevista concedida ao autor em 14/08/09 pelo Faxinalense Paulo Wenglark da Comunidade de Faxinal Emboque, São Mateus do Sul-Paraná.

do século XVIII e início do século XIX, as comunidades se estabeleceram em lugares com a vegetação fechada, pois até a passagem humana era difícil. Com o passar dos anos, os animais realizavam a limpeza do sub-bosque, deixando o lugar trafegável para pessoas, isso os faxinalenses denominaram faxinal, de acordo com o faxinalense.

Desta forma, a constituição peculiar do território faxinalense, que apesar de manter a propriedade individual da terra, garantiu o uso comum do território de criar (criadouro comunitário), bem como os respectivos recursos naturais presentes, principalmente as pastagens nativas e os frutos da floresta, possibilitando a manutenção de um número maior de famílias dentro de uma mesma área, que exerciam atividades diferenciadas, porém com os mesmos "direitos" sobre a apropriação coletiva dos recursos naturais do Faxinal, com exceção da erva mate e madeira, estas de extração privada. Todo o uso comum do território estabelecido e regulado por normas consuetudinárias e práticas jurídicas locais, tais como leis e acordos comunitários, foram discutidos e aprovados pelo coletivo da comunidade.

Esse contexto gerou acúmulo de experiências e conflitos na luta pelo uso da terra no Paraná, de forma consuetudinária[6] e, consequente, processos de desterritorialização e territorialização que essas comunidades sofreram principalmente a partir da chamada "revolução verde", que consistiu no uso de práticas agrícolas consideradas modernas, pelo uso extensivo de agrotóxicos e adubos químicos, bem como o cultivo em larga escala de *commodities* agrícolas como soja e milho.

Ainda, a partir de 1980, surgem as plantações de florestas de pinos e eucaliptos, transformando muitas terras de criar dos faxinais em grandes plantações para servir o agronegócio da madeira. Os faxinais que resistiram tornaram verdadeiras barreiras contra a expansão do agronegócio, sendo em muitos casos, objetos de litígio e conflitos intensos entre moradores e fazendeiros.

[6]Práticas, acordos e normas internas seguidos de forma tradicional nos faxinais.

FIGURA 02 - AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Fonte: Autor em 20/04/2008.

A forma tradicional de uso coletivo do território faxinalense é vista pelos fazendeiros e, muitas vezes, pelo poder público como sinônimo de "atraso" para o desenvolvimento local; paralelo a isso, os faxinalenses organizados lutam pela resistência do espaço de criar, pois a criação de animais se torna importante fonte de alimentos (carne, banha), sendo que o excedente da produção de animais complementa a renda dos faxinalenses.

> Muitas destas formas, não capitalista de trabalho e de socialização - onde as pessoas conseguem sobreviver sem serem assalariadas (ou exclusivamente) por meio de algum tipo de exploração mais coletiva dos recursos naturais – estão no alvo, simplesmente, porque os locais onde moram e a sua força de trabalho estão na mira dos novos investimentos. Para as pessoas que moram, trabalham, coletam, pescam, plantam, usam aquele pedaço do mundo, sua defesa passa a ser quase uma questão de sobrevivência. Por isso elas resistem, reagem, repudiam. O Capital apenas prossegue no seu processo de acumulação ao eleger estas mesmas localidades como alvo (SEVÁ, 2013, p. 45).

FIGURA 03 – AGRONEGÓCIO AO LADO DAS CERCAS DO FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA

Fonte: Autor em 20/04/2008

Podemos observar que o agronegócio, principalmente da soja e milho, na região dos faxinais, ocupam seus territórios e veem as comunidades tradicionais de faxinais como uma barreira para o "desenvolvimento". Esse desenvolvimento é baseado na expansão das áreas de lavouras como soja, milho, trigo, batata, e plantações de florestas para abastecimento da indústria madeireira como pinos e eucaliptos. Esse processo que avança para dentro dos faxinais, muitas vezes respaldados por poderes públicos locais, leva a desterritorialização dessas comunidades.

> Consideramos como desterritorialização o conjunto de medidas tomados pelos interesses empresariais, vinculado aos agronegócios, para incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica. Para isso, estes interesses buscam liberar as terras tanto de condicionantes jurídicos formais e político administrativos quanto de limitações associadas à presença de grupos étnicos ou de determinadas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros, e outras categorias sociais (ALMEIDA, 2010, p.116).

Por outro lado, devido ao não reconhecimento dessas comunidades tradicionais,

originaram-se tensões e conflitos que refletiram na fragilidade organizacional e, principalmente, de perspectivas de defesa do território tradicionalmente ocupados. Os faxinalenses encontram limitações para mobilizarem-se frente às investidas do agronegócio em seu território, mesmo em comunidades onde existem mecanismos legais de proteção ambiental[7,] como a ARESUR – Área Especial de Uso Regulamentado (Decreto Estadual 3477/97). Esta condição lhes confere acesso a recursos do ICMS Ecológico para utilização na conservação do território faxinalense nos aspectos socioambiental, cultural e econômico.

A ARESUR é um tipo de unidade de conservação típica do Paraná, criada em 1997 pelo governo estadual, sendo a comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo uma das 23 comunidades com ARESUR no estado, pois o faxinal foi um dos primeiros no Paraná a possuir essa regulamentação. Porém, esta proteção não colaborou na defesa do uso do território faxinalense, pois os recursos são repassados para a prefeitura municipal, e esta fica de investir o recurso em um plano de ação para o desenvolvimento sustentável da comunidade, mas de acordo com o faxinalense da comunidade "A ARESUR não colocou regras e limites sobre o uso da terra e o repasse do ICMS, a prefeitura gastava no que queria, e o IAP que não fiscaliza[8]".

Para que a comunidade de faxinal possa usufruir de uma ARESUR, os faxinalenses passam por processo de consulta pública e a maioria da comunidade decide pelo uso comum, sendo registradas escrituras públicas de todos os proprietários. Apesar de os faxinais, desde 1997, contarem com esse amparo que pode ser jurídico, como a ARESUR, a desagregação continua, pois o agronegócio invade as terras das comunidades tradicionais de faxinais devido à falta de fiscalização dos órgãos ambientais responsáveis pelas mesmas.

A organização do 1º encontro dos Povos de Faxinais em 2005, realizado por diversas entidades que faziam parte da Rede Faxinal, foi um marco importante para a organização social e política dos Faxinalenses. Este encontro foi realizado nas dependências da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, *Campus* de Irati - PR, nos dias 05 e 06 de agosto de 2005 com o lema "Terras de Faxinal: Resistir em puxirão pelo direito de repartir o chão". O próprio lema do encontro demonstrava a conjuntura da época com as dificuldades que as comunidades tradicionais de faxinais enfrentavam, com diversos conflitos que colocavam em risco a sua reprodução social e cultural. Neste encontro, durante as

[7] Dados sobre o enquadramento de faxinais levantados junto ao IAP em outubro de 2015, indicam o registro de 27 faxinais como ARESUR. Estima-se que 26 faxinais demandam cadastramento, conforme a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

[8] Entrevista concedida ao autor pelo faxinalense Acir Tulio Morador da Comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo em 17/08/16.

oficinas realizadas, surge o debate de organizar um espaço de discussão dos próprios faxinalenses; e como proposta do encontro decidiram organizar-se em movimento social dos faxinais, denominado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF. A partir desse momento os faxinalenses, organizados em movimento social, começaram a discutir em encontros, reuniões, cursos, seminários, propostas de desenvolvimento sustentável e políticas públicas específicas para os faxinalenses, encaminhadas aos governos Municipal, Estadual e Federal.

Uma das questões fundamentais, tendo em foco a dimensão socioambiental nas comunidades de faxinais, é a forma de acesso, uso e gestão dos recursos naturais pelos povos faxinalenses; entre eles o primordial é o uso comum da terra e recursos naturais como as pastagens e frutas nativas. Ao longo da história, essas comunidades desenvolveram mecanismos de autogestão acordados entre os faxinalenses, as chamadas normas consuetudinárias. Até a década de 1980, o que prevalecia nas comunidades faxinalenses eram os inspetores de quarteirão, um ofício tradicional que detinha o "poder" para resolver pequenos problemas internos referentes a danos de criações nas lavouras e problemas relacionados a cercas. Em casos como estes o inspetor chamava as duas partes envolvidas para realizarem um acordo e, caso não fosse possível, encaminhava-se o caso para as autoridades municipais.

Na atualidade, quem desempenha essa função é o presidente da associação Faxinalense ou uma comissão local eleita, que com base nos acordos comunitários, discutidos e aprovados em assembleias, tomam as decisões sobre os conflitos internos nos faxinais. Estes acordos estão dispostos em atas das associações comunitárias dos faxinalenses, visando a gestão do criadouro comunitário. Muitas vezes, estes fechos estão colocados há muitos anos na comunidade, pois em algum momento de fragilidade organizativa os fechos foram implantados, assim os representantes da comissão faxinalense não conseguem exercer o direito consuetudinário da comunidade e não buscam seus direitos sobre a área.

FIGURA 04 - FECHO INTERNO EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Fonte: Autor em 17/08/2016

Soma-se ainda o fato de serem vizinhos, parentes e compadres, e por essa relação de parentesco e compadrio, muitas vezes os membros da comissão local optam por não acionar a justiça, pois na fala dos faxinalenses, estes não querem “mau querência” com os vizinhos, fato que agrava a perda de território. Ano a ano os faxinais vão perdendo território de uso comum, muitas vezes, em alguns lugares, resta apenas corredores para circulação de animais.

FIGURA-05 - CORREDOR OCASIONADO POR FECHOS

Fonte: Autor em 17/08/2016

Os conflitos territoriais nos faxinais são potencializados pela forte pressão exercida pelo agronegócio, atualmente fonte de crise e gerador de diversos conflitos que provocam uma acelerada desagregação dessas comunidades. As novas tecnologias do agronegócio desestruturaram o sistema e, consequentemente, a destruição dos criadouros e recursos naturais.

> Os fatores que contribuem para o processo de desintegração dos faxinais são muitos, porém, pode-se dizer que o denominador comum entre eles se resume no avanço das forças capitalistas de produção no campo. Trata-se da superação de uma forma "tradicional" de produção por uma mais moderna, mais tecnificada e racionalizada dentro da lógica capitalista (CHANG, 1988, p.78).

A partir dos anos 1970, observou-se um processo de avanço do agronegócio para as áreas da agricultura camponesa no Brasil. No caso dos faxinais, as pressões para a reconversão dos sistemas produtivos, o avanço das plantações de soja e milho, pinus, bem como as pressões de madeireiras na região, levaram a um forte processo de desagregação dos faxinais, promovendo o 'desmanche' dos criadouros comunitários e consequentemente a descaracterização do ambiente florestal, com a destruição das matas de faxinais para introdução de monoculturas, bem como a expulsão de centenas de famílias faxinalenses empurradas para as cidades, além de um passivo cultural sem precedentes na história da região. Nerone (2000), em sua tese de doutorado, destaca o processo da chegada dos migrantes ditos "gaúchos" na década de 1980, vindos com a promessa de terras férteis para a região, o que ocasionou diversos conflitos e desmatamento nas áreas de criadouro comum, levando à desagregação de muitas comunidades faxinalenses, principalmente nos municípios da região sudeste do Paraná.

Nas últimas décadas, as transformações econômicas e sociais nos faxinais ocasionaram mudanças na sua organização, estrutura e relações de produção; todavia, demonstrando que desde sua gênese, passando pela sua consolidação, até o processo de desagregação, o criador comunitário sempre manteve sua base social calcada em práticas e saberes tradicionais da agricultura camponesa.

O resultado da aplicação dessa lógica dominante do capital é compreendido ao longo das últimas quatro décadas, no dramático e dinâmico cenário de desagregação dos faxinais, seguido pela gradual e sutil expropriação de seus territórios específicos, observada pelos mecanismos de mercado que atuam pelo avanço dinâmico do agronegócio e suas formas de exploração dos recursos naturais, para incorporação de plantações de soja, milho e pinus.

Apesar desses dados, muitos agentes públicos e privados procuram identificar, na forma de vida tradicional, os próprios elementos causadores da degradação ambiental, ao invés de observar que justamente o processo de desterritorialização das comunidades faxinalenses, sendo o principal elemento causador da degradação e da pressão demográfica provocada pelo não atendimento da questão fundiária e, sobretudo pelo desconhecimento e deslegitimação das formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais. Soma-se ao não investimento do ICMS ecológico nas comunidades pelas prefeituras e falta de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades faxinalenses.

O próprio manejo de produção dos faxinais sugere a preservação das áreas de floresta, levando em conta que boa parte das espécies nativas é utilizada como alimento e forragem para animais, principalmente espécies como Guabiroba, Guamirim, Pinheiro, Cereja, Uvaia, etc.

De qualquer forma, não há como analisar a questão ambiental nos faxinais sem antes visualizar a problemática fundiária do território, pois ele é elemento decisório na racionalidade faxinalense entre a manutenção da terra no uso comum ou particular. Território aqui entendido para além do espaço de criar, com águas, florestas, pastagens nativas, mas também o espaço de plantar, pois este é necessário para a produção do complemento da alimentação dos animais criados nos faxinais. Nesse sentido, compreende-se território como espaço necessário para a reprodução social, econômica, ambiental e cultural dos faxinalenses.

Não obstante as pressões externas, suas consequências sobre as condições de reprodução física e social dos faxinalenses implicam em pressões internas sobre os remanescentes florestais e hídricos que tem se intensificado pelo aumento da densidade populacional dessas comunidades. Esses fatores contribuem diretamente para conflitos internos entre os proprietários de terra comum, no criadouro. O conflito territorial que avança sobre seus territórios, que leva à perda da agrobiodiversidade, das práticas e saberes tradicionais relacionados, gera assim um processo de erosão do seu patrimônio sociocultural, com a marginalização e deslegitimação de suas práticas, como, por exemplo: gestão participativa dos recursos naturais, práticas de ajuda mútua, perda de território para as denominadas tecnologias de cultivos agrícolas “modernas ou convencionais”, que muitas vezes afeta toda a estrutura organizativa local.

Ainda em muitos municípios que possuem faxinais, alguns agentes públicos defendem o agronegócio como a única forma de “desenvolvimento”; no entanto, as práticas e saberes tradicionais sustentáveis dos faxinais, é marginalizada por muitos atores e instituições de

assistência técnica no meio rural, desqualificadas por estes como ultrapassadas ou "atrasadas", representa a resistência contra hegemônica dos faxinalenses.

Levantamento realizado pelo PROBIO[9] (2002) comprovou que, apesar do avançado estado de degradação da floresta com Araucária no Paraná, é na área caracterizada pela presença dos faxinais que estão concentradas boa parte das áreas em bom estado de conservação da Floresta com Araucárias, o que reflete o impacto positivo dos faxinais no uso sustentável da floresta, em que pese algumas limitações relacionadas à regeneração natural, visto que as áreas de uso comum têm sido reduzidas pelo avanço do agronegócio. No entanto, esta sustentabilidade se vê ameaçada pela permanente pressão de desagregação dos faxinais, reduzindo a espaços de resistências as comunidades tradicionais de faxinais, comprometendo sua manutenção, a conservação ambiental, a promoção social e cultural.

Estudo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 1994, contava com cerca de 50 comunidades tradicionais de faxinais nas Regiões Centro e Centro-Sul (2º e 3º planaltos) do Estado do Paraná; porém, um estudo aprofundado em 2007, coordenado pelo movimento faxinalense (APF) e pesquisadores do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, levando outros parâmetros de consideração sobre faxinais, apontou a existência de 227 comunidades tradicionais de faxinais em diferentes estágios de manutenção. A pesquisa ampliou a concepção sobre os conceitos de faxinais, visto que a categoria existente não correspondia à diversidade de faxinais. Desta forma a pesquisa dividiu as comunidades tradicionais de Faxinais em quatro categorias, como destaca Almeida (2009): Faxinal criador comum aberto; Faxinal criador comum fechado; Faxinal criador comum criação alta e Faxinal Criador "mangueirões", invernadas.

Faxinal criador comum aberto possui as condições originárias dos faxinais, não possuindo limites físicos ou materiais. Sua territorialidade compreende-se em grandes extensões de áreas de terras, incorporando várias comunidades em um mesmo criador comunitário. As lavouras ficam a uma longa distância das áreas de criar ou estas são fechadas.

O Faxinal criador comum fechado possui as situações retratadas por Carvalho (1984) e Chang (1988): o território é cercado, sendo delimitado por cercas, valos ou elementos naturais do relevo, como rios e encostas, atualmente essas áreas são cercadas com fios de arame e telas.

[9] Subprojeto Conservação do bioma floresta com araucária. In: Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira. Curitiba: FUPEF, 2001 (relatório de pesquisa).

Faxinal criador comum criação alta, possui somente o uso coletivo para a criação de vacas e cavalos, sendo que o criadouro comunitário fica restrito a criação alta, cercadas com cercas em sua grande maioria de quatro fios, sendo que em alguns locais são terras de grandes proprietários ou áreas de igrejas, entre outras.

No Faxinal Mangueirões, as comunidades possuem somente o uso em mangueirões familiares, sendo pequenos espaços fechados, para criação de porcos com telas ou arame, sendo estes individuais ou de forma coletiva, utilizada entre as famílias que possuem parentesco.

Até a década de 1980, os faxinais predominavam na região sudeste e centro sul do Paraná; porém, não havia reconhecimento jurídico. Em relação à desagregação dos faxinais, de acordo com Nerone (2000, p. 225) "[...] vários fatores e, entre eles, a ausência de uma política agrícola, que levasse em consideração a coexistência do pequeno proprietário e do usuário do sistema", colaboraram para a desestruturação dos criadouros comunitários. Apesar do intenso processo de pressão sobre os faxinais e a falta de políticas públicas, muitos faxinais resistem em diversos municípios do Paraná.

FIGURA 06 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DANIFICADA NO FAXINAL

Foto: Autor em 17/08/16

Sobre o conflito ecológico, podemos citar que os faxinalenses sofrem diversos

processos conflituosos: de um lado um grupo que luta para manter as formas tradicionais de uso dos faxinais, através do uso comum; e de outro, um grupo menor, mas que possui um poder aquisitivo maior e influência direta na política municipal; estes descaracterizam o ambiente do faxinal, pois realizam fechos internos no território de criar, isso significa a individualização do uso de pastagens e frutíferas nativas. Em muitos casos, nos fechos, é realizado o plantio de lavouras, pinus, eucalipto, erva mate. Muitos fechos são denunciados ao Ministério Público, pois extrapolam o tamanho acordado pela comunidade; como na comunidade de Faxinal Marmeleiro os fechos não podem ultrapassar os 15% estipulados em acordos comunitários[10].

As áreas de pastagens do criador comunitário aos poucos vão diminuindo, descaracterizando a vegetação e impondo o modelo do agronegócio para dentro dos criadouros comunitários, causando a perda do território gradativamente. A isso, ainda somam-se diversos atentados contra os bens dos faxinalenses, como a destruição de cercas, as retiradas de portões e mata-burros, roubo e matança de criação e o envenenamento de pastagens comuns; e as lideranças que se opõem a todos esses atentados são ameaçadas, ocasionando o que chamamos de um verdadeiro conflito ecológico, o que coloca em risco a manutenção das comunidades tradicionais de faxinais.

> Na primeira etapa, ocorre o confinamento das criações miúdas, mantendo o criadouro somente para criações graúdas. Na segunda, ocorre a piqueteação individual das propriedades, confinando parcialmente também a criação graúda, o que reduz a área comum para a criação graúda do restante das famílias. Na terceira etapa, ocorre a desagregação derradeira do criadouro, com a retirada das cercas que dividem a criação das lavouras (CHANG, 1988, p 17).

Todos esses conflitos apresentados, principalmente a perda de território para o agronegócio e a colocação de fechos internos que privam o uso coletivo, afetam a estrutura do criador comunitário e colocam em risco a sua manutenção e consequentemente as práticas e saberes a ele relacionados.

1.2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES EM FAXINAIS, COMPREENDENDO RELAÇÕES.

Nesse trabalho não poderíamos deixar de dialogar sobre os territórios faxinalenses, estes, que para Chang (1998), compreendem as terras de criar e de plantar, pois os faxinalenses utilizam os dois espaços, sendo as terras de criar compostas por matas e

[10]Termo de ajustamento de conduta, sobre a realização de fechos em anexo.

pastagens, para criar animais de forma coletiva; e o espaço composto por terras lavradias, as chamadas terras de "planta" no vocabulário faxinalense, utilizado para a policultura alimentar.

Essas práticas, de uso coletivo, construíram diversas relações sociais, através de puxirões de carpidas das roças, colheita da erva-mate ou das construções de cercas. Também nesse território tradicional, podemos encontrar diferentes manifestações econômicas, sociais e culturais que fazem parte da identidade faxinalense. Ainda as lavouras dos faxinalenses estão muitas vezes juntamente com as plantações do agronegócio no mesmo espaço.

Podemos observar que as práticas tradicionais nos faxinais resistiram ao tempo com uma dinâmica menos impactante ao meio ambiente, adequando meios de produção e natureza, colaborando para um desenvolvimento sustentável. Nessa disputa por diferentes interesses, acontecem diversos conflitos sociais, ambientais e culturais no território faxinalense.

> […] um dos sentidos dado ao território é o da representação da força, do poder. Sua posse e utilização podem garantir a vida, as condições para a existência das expressões e, por isso, quando em disputa, em risco, geram os conflitos territoriais. Estes acontecem porque as intenções de ocupação, manifestação e uso dos territórios existem com interesses antagônicos (SIMÕES, 2002, p. 22).

Para Santos (2000), território não é só um conjunto de sistemas naturais e coisas criadas pelo homem.

> O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se esta falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96-97).

Esse espaço é fundamental para a manutenção das relações e também das práticas culturais tradicionais da comunidade, pois através das cartografias realizadas, a comunidade pesquisada, bem como o mapeamento social das Benzedeiras realizado em 2009, percebeu que as benzedeiras e os faxinalenses possuem uma relação recíproca com o meio ambiente, sendo que usam uma diversidade de espécies, seja de planta medicinal, frutíferas nativas ou espécies madeiráveis para uso em construções e ferramentas. Assim o território possui um valor de uso, mas também um valor simbólico, que faz com que as práticas e conhecimentos tradicionais permaneçam vivos na comunidade.

Assim, o território tradicional, além de ser um espaço físico, também é um espaço cultural, pois este é essencial para a manutenção das práticas tradicionais culturais: a natureza, as águas, principalmente os locais sagrados como olhos d' água de São João Maria e grutas, possuem um simbolismo para a comunidade. A destruição ou o uso privado destes locais coloca em risco a manutenção das práticas tradicionais locais.

Assim, podemos analisar a territorialidade a partir das discussões efetuadas por Almeida (2004, p. 01):

> As práticas de ajuda mútua, incidindo sobre recursos naturais renováveis, revelam um conhecimento aprofundado dos ecossistemas de referência. A atualização destas normas ocorre, assim, em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força [...].

No ano de 2007, o governo federal cria o decreto 6040, da política nacional de povos e comunidades tradicionais (PNPCT). Em seu artigo 3º define alguns conceitos bases como "povos tradicionais" e "territórios tradicionais".

> Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
> I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhece como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
> II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2009, p.40).

Os faxinais são comunidades tradicionais reconhecidas no Paraná pela lei Estadual 15.673/07. Esta lei reconhece aos faxinais e sua territorialidade, bem como sua identidade:

> Art.2º A identidade Faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade especifica.
> Parágrafo Único - Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando à manutenção de sua reprodução física, social e cultural.
> Art.3º- Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto reconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Auto Reconhecimento (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2009, p.18).

A especificidade do sistema de produção e a forma como o mesmo se organiza identifica a peculiaridade própria de uma comunidade tradicional de Faxinal, com uma diversidade de práticas e saberes tradicionais acumulados, repassados de geração a geração.

Para as comunidades tradicionais de faxinais, o território se torna fator essencial para a manutenção da identidade faxinalense.

> A identidade coletiva relacionada à forma de organização dos "povos de faxinais" vem sendo acionada e assumida por esses grupos sociais como um elemento de

> fortalecimento e consolidação de seu modo de criar, de fazer e de viver. Isto os diferencia dos demais e lhes confere um caráter específico dos demais grupos no interior do Paraná (ALMEIDA, 2009, p. 19).

Todas as relações sociais crescem em função da defesa dessa identidade coletiva, pois os grupos mobilizados em meio a processos de construção social de acordos e leis, juntamente com processos formativos em direitos étnicos, coletivos e ambientais, somam forças para a defesa e reivindicação de seus territórios específicos.

A luta para manutenção e ampliação do território faxinalense se torna uma das principais fontes de geração de expectativa para a reprodução social e cultural das famílias faxinalenses, pois o território de uso comum possui papel fundamental para manutenção e reprodução das práticas e saberes tradicionais das comunidades de faxinais.

Sobre essa perspectiva, Santos (2003) afirma que é exatamente o fator identitário que leva os sujeitos sociais a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva e a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo. Exigir o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, motivados pelas transformações no padrão "tradicional" de relações políticas e o reconhecimento de sua identidade coletiva é fator preponderante de mobilização, defesa e força para afirmarem sua territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas ao estado, ao mesmo tempo em que se percebem em meio a um "conflito ecológico" sobre as formas de uso dos recursos naturais frente aos seus antagonistas e aos processos de desterritorialização empreendidos pela arbitrariedade de suas formas de exploração.

O uso econômico, social, ambiental e cultural do território de faxinal faz com que esse seja determinante na reprodução da maioria das práticas culturais dos faxinalenses, se fechos em áreas de uso comum, desmatamentos e chacareiros tiram o livre acesso aos recursos naturais utilizados de forma comum.

Comungamos com a ideia de Bertussi (2009) exposto no livro terras de Faxinais, no qual descreve que o território representa um espaço muito além de terras, apesar de esta ter sua importância fundamental.

> Enquanto **"terra"** remete ao recurso natural, seja hídrico, florestal, de solo ou sub solo, **"território"** incorpora representações simbólicas que abarcam uma identidade sócio cultural. Se encarado a partir da etnicidade, território é entendido como base sócio espacial que, tradicionalmente, pertence ao grupo étnico e com a qual os membros do referido grupo, mantêm laços de pertença e a partir dela se expressam cultural e socialmente (BERTUSSI, 2009, p.154).

Neste sentido, quando se perde o uso comum do território, algumas práticas tradicionais automaticamente ficam restritas ou somente na memória coletiva dos

faxinalenses. Desta forma, o território, além de ser um espaço fundamental para a reprodução das práticas econômicas e ambientais dos faxinalenses, se torna essencial para a reprodução cultural da identidade.

O uso comum dos recursos naturais do território é utilizado seguindo normas construídas e acordadas consensualmente que preveem penalidades aos infratores, bem como o mecanismo de controle, muitas vezes acionando as leis caso não haja resolução no local.

Almeida (2008, p.29) destaca que "A atualização dessas normas ocorre, assim, em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força".

A diminuição do território gradativamente provocada por diversos fatores, principalmente o agronegócio que avança para as terras de criar, faz com que os faxinalenses percam sua territorialidade de uso comum, e isso colabora diretamente na mudança das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais. Fazendo com que se instaure um processo de conflitos e resistência, ocasionando mudanças sociais na organização do criadouro comunitário.

1.3 MUDANÇAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES

Os Faxinais sempre possuíram a base de sua economia no cultivo de grãos, criação de animais de pequeno porte, como porcos, cabritos, carneiros e também de grande porte, bovinos e equinos. A economia dos faxinais conciliava-se na prática de criação de animais em sistema coletivo comunitário e extração principalmente de recursos agroflorestais através da erva mate de uso e extração privada. Até a década de 1970, grande parte dos faxinais não possuíam limites de extensão, pois várias comunidades formavam um grande criador, como na fala do Faxinalense Acir Tulio, 64 anos, da comunidade de Faxinal do Marmeleiro de Baixo: "Aqui tudo era um grande faxinal, ia daqui, até a comunidade da Conceição, até a Barra dos Andrade, tudo era um grande faxinal, as lavouras ficavam nos paió, cerca de oito quilômetros[11]".

A economia faxinalense, além do extrativismo de erva mate e criação de animais, possuem as lavouras com diversos tipos de culturas, como milho, arroz, feijão, batata, entre outros. As lavouras até 1980 eram cultivadas a uma grande distância dos faxinais, que os

[11]Entrevista concedida ao autor pelo Faxinalense Acir Túlio, Faxinal Marmeleiro de Baixo, em 20/03/16.

faxinalenses denominam de “roças”, inclusive passavam as semanas parados em paiol nas roças, somente retornando aos fins de semana para a casa.

A partir do avanço dos monocultivos com a entrada da maquinaria e expansão de áreas para a agricultura, muitos faxinais sofreram um processo de desintegração, pois os faxinalenses não tiveram seus direitos respeitados, sendo que esse modo tradicional de utilização da terra de forma comum ficou à margem do direito exposto no código civil.

> O Fato de um agricultor “de fora” adquirir um terreno de Faxinal e pretender implantar agricultura sem cercar sua área, baseado no Código Civil, exprime uma série de mudanças globais e conjunturais que afetam as comunidades rurais de toda uma região do Paraná (ALMEIDA, 2009, p. 134).

Existia uma política nos municípios de expansão das áreas de lavouras, pois essas representavam o desenvolvimento do Município, conforme aponta Gubert (2009) em entrevista com o prefeito municipal Kemmel Sarquis Mellem da cidade de Rebouças, Paraná.

> Só em Rebouças vieram mais de 100 famílias novas plantando áreas até bonitas de serem vistas. Entre Saltinho, Cochos e Barra são mais de 300 alqueires de Feijão! Não é agora por meia dúzia de égua seca que nós vamos deixar de apoiar esse povo que quer o progresso (“referindo-se aos gaúchos”) (ALMEIDA 2009, p. 137).

Então, os produtores rurais encontraram amparo político e jurídico visto a ampliação de crédito para produção no município e, consequentemente, um retorno de ICMS devido às atividades agrícolas. Assim os migrantes conseguiram amparo para cercar as criações e expandir as áreas de lavouras, pois as grandes plantações na década de 1970 representavam o progresso do município. Nesta época, muitas criações foram mortas por pessoas estranhas ao sistema faxinal. Muitos faxinais tiveram suas áreas de criar incorporadas para o plantio, inicialmente com feijão, após com as culturas de soja, milho, trigo, pinus e eucalipto. Os Faxinais que resistiram tiveram que cercar suas pequenas áreas.

> Nós do faxinal do Marmeleiro de Baixo o maior conflito, tinha uma mulher, que comprou áreas no faxinal e veio ali e começou a fazer lavouras, nós fizemos uma cerca de dois quilômetros e meio, com onze fio de arame para deixar ela fora do criador, pois matavam e roubavam as criações, e a prefeitura apoiava as lavouras[12].

Durante as últimas décadas, o avanço de plantações para o território faxinalense vem ocasionando a desterritorialização das terras de uso comum, sendo que esse processo continua até nos dias atuais. Os fazendeiros compram as terras de criar dos faxinalenses nas fronteiras entre faxinal e lavoura e buscam formas de empurrar as cercas para dentro do criador,

[12] Entrevista com o Faxinalense Acir Túlio, 64 anos da comunidade Faxinal Marmeleiro de Baixo em 14/10/16.

invadindo as terras de criar. Isso ocasiona diversos conflitos, pois devido à pressão sobre os criadores, os proprietários das maiores áreas de terras de criar fecham suas áreas, por causa da superlotação de animais e a perda da erva mate devido à exaustão do uso dos recursos naturais, fazendo com que muitos faxinalenses percam as condições necessárias para exercer a prática da criação de animais, nem mesmo em pequena escala, pois tem toda a disponibilidade de recursos naturais disponíveis para o uso comum, afetadas. Almeida (2009, p.141-142) destaca que "sob a ótica econômica atual, o pastoreio extensivo é encarado como prática antieconômica. Principalmente quando se observa a valorização das terras pela sua apropriação para agricultura mecanizada, por condições de solo e relevo". A produção de animais em criadouros comunitários sempre foi visto como empecilho por grandes fazendeiros para a ampliação das terras de plantar na região.

Soma-se a isso o fato de o agronegócio causar danos aos bens dos faxinalenses, pois a aplicação indiscriminada de agrotóxicos polui mananciais que abastecem os criadouros comunitários das comunidades faxinalenses ocasionando envenenamento e morte de animais.

Nesse sentido, podemos observar que os faxinais possuem uma dinâmica produtiva em terras de plantar e de criar; nas terras de plantar os faxinalenses produzem uma diversidade de alimentos como: arroz, feijão, milho, abobora, etc. Estes alimentos servirão de base para a alimentação de pessoas e animais nos faxinais. Já na área denominada de criador comunitário, praticam a criação de animais como galináceos, suínos, bovinos e equinos, sendo os primeiros, fontes de proteínas para a alimentação e os equinos utilizados para trabalho nas lavouras.

De acordo com Nerone (2000, p. 225): "[...] vários fatores e, entre eles, a ausência de uma política agrícola, que levasse em consideração a coexistência do pequeno proprietário e do usuário do sistema", colaboraram para a desestruturação dos criadouros comunitários, pois muitos dos faxinalenses não possuem terras, ou quando possuem um lote mínimo de terra, muitas vezes a documentação não se encontra legalizada, inviabilizando qualquer tipo de empréstimo junto às entidades financeiras.

> A política de crédito agrícola aplicada pelo regime militar acentuou a concentração da propriedade brasileira, visto que o crédito rural subsidiado só era acessível aos agricultores que, como garantia de empréstimo, podiam oferecer a terra (hipoteca). Consequentemente, um grande contingente de agricultores sem terra ficaram excluídos (NERONE, 2000, p. 190-191).

Ainda nos dias atuais, observa-se que não existe uma política de financiamento para os faxinais, visto que essas formas de produção não são reconhecidas pelos agentes financeiros,

fazendo com que os faxinalenses que possuem as terras documentadas recorram aos recursos normais da agricultura familiar, como o PRONAF.

1.4 ELEMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS DA CULTURA TRADICIONAL FAXINALENSE

1.4.1 Uso comum da terra e as dinâmicas das cercas

Dentre tantos elementos que compõem a cultura tradicional faxinalense, destacamos como principal: o uso comum da terra. Conforme Almeida (2009), em pesquisa histórica realizada em leis municipais e códigos de posturas de diversos municípios, como: Rebouças, Irati, Rio azul, Mallet, Prudentópolis, Guarapuava, São Matheus do Sul, Palmeira e Curitiba, a prática de criação de animais em criadouro comunitário de uso comum é uma tradição costumeira do século XVIII. As teorias recentes de alguns pesquisadores como Oliveira e Massoquim[13], que apontam que os faxinais surgiram de um modelo europeu, principalmente ucraniano e polonês, refugiados após 1º e 2º Guerras Mundiais, não prevalecem visto os documentos encontrados na pesquisa de Almeida (2009) que datam de 1831e 1832 em código de postura do Município de Província de São Paulo - Comarca de Curitiba, aprovado pela câmara municipal e conselho geral da província que proíbe a circulação de animais pelas ruas e também normatiza que as lavouras deverão ser fechadas com cercas de lei.

Chang (1984, p. 42) já chamava a atenção para a importância das dinâmicas relacionadas ao uso e gestão das cercas. Em sua concepção, compreendem-se quatro pontos relevantes, como: "da decisão ter um caráter coletivo e democrático; de existirem convenções sobre as cercas; sobre a propriedade das cercas e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de dano". As cercas consideradas "cercas de lei" possuem normas específicas; como na época era difícil encontrar materiais como arames e telas utilizados na atualidade, os faxinalenses utilizavam recursos disponíveis, sobretudo a madeira para fazer os tapumes[14], esses eram considerados como frechames, moirões[15], trincheiras, xaxim, pedras, valos, taipas, varas de madeira, principalmente de pinheiro, e ainda procurava-se usar diversos fatores naturais do relevo, como rios, encostas e barrancos; formas naturais de cercar os animais.

Esses tapumes, até a década de 1970, eram divididos entre os proprietários das terras,

[13] http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CET/26.pdf
[14] Tapumes são cercas de madeira de lei, palanquinhos de imbuia, os muros de pedras, valos para tapar as saídas de animais, sobretudo animais de baixo porte.
[15] Refere-se a grandes palanques de madeira utilizados para fazer as cercas de lei.

sendo estas de criar ou plantar. Após a mudança da lei, em alguns municípios, ficou a cargo do proprietário que tinha interesse em manter a criação, respaldado pelo código civil.

FIGURA 07 – RESQUÍCIOS DE CERCA COM TAPUMES

Foto: autor em 17/02/17

Almeida (2009) destaca que para as cercas serem consideradas dentro da lei, deveriam possuir uma regulamentação específica, certo padrão de altura e profundidade com limites mínimos, sendo que o código de postura de Curitiba do ano de 1895, em seu artigo 302, destaca que "Entende por cerca de lei, muro, cerca de tabuas, tronqueiras com frechames ou fios, ou de pau a pique com 8 palmos de altura". Em Guarapuava, na região centro oeste do Paraná, o Decreto Nº 16 de 5 de setembro de 1854, em seu código de postura, estavam previstos valos de 11 palmos de largura e 10 de profundidade. No município de São João do Triunfo região sudeste do Paraná, a lei Nº 09/1948 em seu Artigo 3º - "Compreende como cercas de lei, cercas de pau verticais com 8 palmos de altura e valos". Destaca que os valos "cercas" deveriam ser de aproximadamente 2 metros de largura e 2 metros de profundidade para ser considerado uma cerca de lei", já em Rebouças também localizada na região sudeste do estado do Paraná a lei municipal Nº 200/1966 cita em seu artigo 5º- "Se a cerca for de pinho, tábuas ou palanquinho de imbuia, deverá ter 1,00m de altura e 4 fios de arame farpado acima do feixe de madeira".

Observa-se que para o bom uso dos faxinais, sobretudo para evitar conflitos entre os moradores do criadouro comunitário, as leis e as normas das cercas exerceram papel

importante; pois estas possuíam uma fiscalização na comunidade e, em muitos casos, a própria municipalidade era responsável por fiscalizar o cumprimento das leis.

Na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo é citado por muitos faxinalenses o ofício chamado de "*Inspetor de Quarteirão"*, o qual era estabelecido pelo prefeito. Este oficio tinha como maior função a resolução de pequenos conflitos relacionados principalmente a danos em lavouras, ocasionados por animais. Quando estes aconteciam, o inspetor de quarteirão, juntamente com o proprietário da roça e o proprietário da criação, e em alguns municípios com duas testemunhas, possuíam como tarefa a verificação das cercas; se as mesmas estavam nas normas consideradas como "cercas de lei", bem como sua manutenção e avaliação do prejuízo na lavoura, para efetuar o ressarcimento dos danos ao proprietário. Essa função do inspetor de quarteirão é afirmada pela fala do Faxinalense: "Aqui na comunidade antigamente tinha o inspetor de quarteirão que era o responsável para resolver a questão dos conflitos com criação, quando uma criação entrava na roça, ver se a cerca estava em ordem[16]".

A lei Nº 12/1937 do município de Rio Azul, região sudeste do Paraná, em seu "Artigo 13º- O Fiscal e inspetores são competentes para conhecerem se as cercas são ou não de lei". Se caso o notificado não se conformasse com a decisão do inspetor, poderia recorrer ao prefeito que nomearia uma comissão de três membros, sendo que todos os custos de deslocamento seriam pagos pelo interessado, conforme a mesma lei.

FIGURA 8 – MATA BURRO E PORTÃO EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Foto: Autor em 17/08/16

[16] Entrevista com o Faxinalense Pedro Altamir de Deus, da Comunidade Faxinal Marmeleiro de Baixo em 14/10/2016.

Nota-se a importância das cercas que são a representação da resistência do criador comunitário, pois qualquer ato contra esse bem dos faxinalenses afeta toda a estrutura do faxinal; assim é comum o relato dos faxinalenses na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo sobre a não conservação das cercas ocasionadas por pessoas contrárias ao Faxinal. Também há relatos de casos como deixar portões abertos, destruição de portões e mata burros que impedem as criações de atingirem as lavouras, etc.

Nerone (2000) destaca que as cercas coletivas são vitais para a manutenção do criador comunitário (Faxinal); porém, o cercamento individual, denominado de "fechos" pelos faxinalenses, é visto como conflito que priva os faxinalenses e suas criações de ter acesso aos recursos naturais, principalmente às pastagens e plantas medicinais utilizadas através das práticas tradicionais e de uso comum.

Através da legislação pesquisada, observamos que até o século XIX os animais eram soltos em campos e matas abertos, já a partir de 1900 os animais precisavam ser fechados. A lei municipal Nº 13/1909 de São Mateus do Sul, no Paraná, destaca em seu "artigo 2º - É proibido ter animais soltos em terras lavradias sem ser em cercados" prevendo multa aos infratores. Estas leis afetaram a estrutura organizacional dos faxinais. A partir desta década, começa a intensificação de conflitos em relação à forma de uso dos faxinais, pois até o momento, a responsabilidade da cerca era dividida entre proprietários da criação e das lavouras.

1.4.2 A prática tradicional cultural do mutirão

Uma prática tradicional dentro dos faxinais é a prática do mutirão, sendo denominada pelos faxinalenses de várias formas. Na pesquisa realizada observamos diversas citações como: Pixirão, Puxirão, Pixirum e Pitoco. Essas práticas consistem principalmente na ajuda mútua, que é resultado da união de várias pessoas para a execução de determinados trabalhos como: carpidas, roçadas, colheitas de feijão, milho, erva mate, construção e reformas de cercas do criador comunitário, etc.

Geralmente, quem organiza o puxirão é o dono da roça, erval ou trabalho a ser executado, que convida os vizinhos, familiares e comunidade para o trabalho, sendo que toda a despesa de alimentação, bebidas, aguardentes, vinhos, batidas, etc., são por conta do proprietário da roça. Na atualidade dos faxinais, esse tipo de serviço cooperativo está basicamente restrito à construção e reformas de cercas. Nesse caso, quem convida a comunidade e organiza o puxirão é o presidente da Associação Faxinalense, mas a adesão é

muito pequena. Antigamente após uma semana intensa de serviços, no sábado tinha o baile do puxirão, que era uma confraternização dos trabalhadores e famílias. Somente quem participava das atividades do trabalho poderia participar do baile, como nos conta o Faxinalense Pedro Altamir de Deus[17], "volta e meia tinha uns que queriam ir só no baile, ai o pessoal que trabalhou no puxirão dizia olha lá o carancho". Todos festejavam e dançavam a noite toda, com bebidas, gaiteiros, violeiros e cantores da própria comunidade.

Já o pitoco possui uma peculiaridade, este não possuía a realização do baile, por isso ser denominado "pitoco", por não ser uma atividade completa. Esse tipo de mutirão era utilizado principalmente para a sapecada de erva mate que era cortada durante o dia e sapecada à noite, atividade que, muitas vezes, ocorria até altas horas. Para realização do sapeco de erva mate, eram construídas caieiras de lenha com aproximadamente um metro e meio de altura, à noite a atividade era basicamente a sapeca da erva. No outro dia, realizavam-se os trabalhos de quebra da erva mate para a realização dos feixes que seguiam para secar nos carijos (barbaquás). De acordo com Gapinski e Campigotto (2010) os puxirões denominados "pitoco" não possuíam a realização do baile.

> [...] eram realizados bailes envolvendo os que trabalharam como forma de agradecimento e também de pagamento pelo dia trabalhado. Somente quem trabalhou poderia participar, quem não ajudou no mutirão e quisesse participar do baile teria que pagar a entrada. Moças não pagavam a entrada, todavia não poderiam dar "Carão" em ninguém, ou seja, teriam que dançar com todos que a convidassem. Quando aconteciam os mutirões sem o baile, essa prática é chamada pelos faxinalenses de "Pitoco" (GAPINSKI; CAMPIGOTTO, 2010, p. 23).

As colheitas de erva mate eram chamadas de "Serão", pois o trabalho ia até altas horas da noite e para passar o tempo e animar os trabalhadores, recitava-se décimas musicais.

A Décima é uma forma poética com estrofe de dez versos, forma de versos realizados no serão. Esta intitulada "Conselho da rapaziada".

> Pinga na garrafa, pica pau no garrafão, a pinga me deixa alegre, pica pau me deixa bão, que dele o patrão que aqui não ta, foi busca o pica pau para nós toma, tenho paia e tenho fumo, só não tenho que corta, quem tem cigarro pita, quem não tem cheira fumaça
> Quando pego a viola faço o povo dar risada por que eu canto e me divirto, e aconselho a rapaziada, todos os rapazes que se casa, que sempre sua vida atrasa, enquanto não tem sua casa, não tem sua firme morada, se o marido sai em viagem a mulher fica esperando, se ela tem filhos que ama, passa a noite amimando, se outro dia amanhece com seu coração araivado, deixa esta aquele sujeito, só pensão que tem me dado, se eu fosse de outra maneira, eu queria viver solteira, passeando com as companheira, sem saber o que era cuidado.ele encilha seu cavalo de bombilha leva só as pensão dos filho e deixa a saudade da mulher, se a mulher for cuidadosa,

[17] Entrevista concedida ao autor em 16/12/16

> ela veste o seu vestido melhor, com andar de forgadeira, vai esperar seu marido na porteira[18].

Outro motivo encontrado para fazer os mutirões era o adoecimento de uma pessoa, vizinho ou parente na comunidade. Quando alguém se impossibilitava de cuidar de suas lavouras, outra pessoa - parente, compadre, vizinho - tomava a iniciativa e organizava a data para realizar o mutirão, geralmente em carpidas e/ou colheitas de lavouras.

O mutirão sempre teve sua base de organização na ajuda mútua entre grupos de trabalhadores. Leite (2002, p. 73) destaca que: "Nos períodos de intensificação da produção, na maioria das vezes, ocorrem formas de trabalho solidário ou de ajuda mútua, como *mutirões ou troca de serviço"*. Essa prática organizativa, adotada pelos faxinalenses, passou por mudanças estruturais profundas, pois o modelo organizativo da agricultura camponesa de resolver as tarefas demandava grande mão de obra e foi sendo influenciado pelo sistema capitalista através das novas tecnologias. Na atualidade, os mutirões estão presentes principalmente na realização e reformas de cercas dentro do criador comunitário do Faxinal; mas essa prática vem perdendo espaço devido ao aumento do individualismo das pessoas, pois as atividades que necessitariam de grande mão de obra, hoje são realizadas em pouco tempo com o uso de agrotóxicos e máquinas, soma-se que a celebração do trabalho não ocorre com a realização do baile, pois os faxinalenses da comunidade informaram que estes não são mais realizados devido às brigas que ocorriam.

Com a chegada da maquinaria e dos agroquímicos nos faxinais, a prática do puxirão ficou restrita a algumas atividades, como reformas e construção das cercas, permanecendo somente trocas de dias de trabalho entre os vizinhos, sendo que em outras atividades a prática cultural é raramente empregada. Pois com a utilização de venenos para matar as plantas daninhas das lavouras, os puxirões de carpida foram perdendo espaço, bem como a colheita de erva mate que, na atualidade, os produtores preferem vender in natura, evitando todo o trabalho realizado para o beneficiamento da erva mate. Assim, as formas tradicionais de trabalho cooperativo e organização dos faxinalenses foram alteradas ao longo do tempo por novos modelos de produção. Atualmente, é rara a realização do processo de secagem e beneficiamento da erva mate em carijos, os faxinalenses preferem vender a erva in natura para empresas ervateiras da região.

[18]Entrevista concedida ao autor por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos. 06/04/2016

1.4.3 A religiosidade popular nas comunidades tradicionais de Faxinais

A Religiosidade tradicional nas comunidades de Faxinais é muito forte, pois a espiritualidade e fé de origem católica, com um viés popular através de rituais e celebrações adaptados e improvisados pela sabedoria popular. A religiosidade está presente no dia a dia, sendo que quase todos os moradores possuem suas casas caracterizadas por várias imagens de santos, cruzes, quadros e objetos que representam a fé do povo faxinalense. Como costume tradicional, ao passarem em lugares sagrados como igrejas e cemitérios, as pessoas realizam gestos de respeito como o sinal da cruz e também erguem o chapéu ou boné.

Nos últimos anos, a chegada de igrejas evangélicas nos faxinais ocasiona uma nova estrutura religiosa, e começa a disputa por espaço na religiosidade local. Os faxinalenses citam alguns conflitos religiosos no local, principalmente referentes à prática de uso de imagens e benzimentos. "Aqui nós sofremos preconceito, crítica, tem os crentes que são contra nós, eles não gostam dos nossos santos[19]". Soma-se ainda os diversos relatos de convites para formação religiosa e culto, havendo uma disputa nesse campo religioso.

FIGURA 09- IGREJA EVANGÉLICA EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Foto autor em 17/016

Os Faxinalenses têm uma devoção muito grande a diversos Santos e ao Divino Espírito Santo, Santíssima Trindade, muitas vezes sofrendo preconceitos e críticas como destaca o benzedor. Cada santo tem um dia dedicado a ele; estas datas correspondem aos

[19]Entrevista concedida pelo Faxinalense e Benzedor Pedro Altamir de Deus em 20/08/16.

chamados “dias santos” no linguajar local. Neste dia, a família não pratica nenhum tipo de atividade em relação ao seu trabalho, somente atividades de celebração ao “dia santo”, sendo que em muitos faxinais é feito algum tipo de reza para celebrar o dia. Os dias santos com maior devoção dos faxinalenses que são “guardados[20]” respectivamente, de acordo com o Faxinalense e Benzedor Pedro Altamir de Deus[21], são: Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião, São Benedito, São Gonçalo, Divino e Santíssima Trindade; estes dois últimos são “dias santos” que caem no domingo que é um dia de guarda normalmente dos faxinalenses.

Em algumas comunidades faxinalenses, realizam-se festas em igrejas de Santos chamadas de “igrejinhas” ou em casas de devotos, como é o caso da comunidade de Faxinal do Salto, Rebouças, Paraná, que possui uma igrejinha de São Sebastião, que é cuidada por uma família devota do santo, passada de pai para filho. A festa religiosa tradicional é realizada todo ano, comemorada no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião no qual se realiza procissão, novenas, rezas, juntamente com lanches, aperitivos, leilão, etc.

FIGURA 10 - REZA NA “IGREJINHA” DE SÃO SEBASTIÃO EM FAXINAL DO SALTO

Fonte: Autor em 20/01/2016

A Festa de Santo realizada em comunidades de faxinais é costumeira; a “igrejinha” particular de santo não tem nenhuma estrutura ligada à igreja católica, segue somente a prática

[20] Significa não realizar nenhuma atividade de trabalho, somente realizar as rezas e orações para o santo.
[21] Entrevista concedida pelo Faxinalense e Benzedor ao autor em 20/08/16.

religiosa local popular, de acordo com as orientações, rezas, novenas tradicionais seguidos pela família ao longo do tempo repassados de geração em geração.

A festa começa com a recepção aos devotos e foguetório, logo após é realizada a procissão, durante o acompanhamento da procissão é realizado diversas orações e cantos tradicionais. Os devotos durante a caminhada levam símbolos religiosos, como imagens dos Santos, Bandeiras do Divino, Santíssima Trindade e objetos de devoção do local.

FIGURA 11 - BENZEDEIRAS COM IMAGENS, BANDEIRAS E OBJETOS DE DEVOÇÃO.

Fonte: autor em 12/10/2015

De acordo com A Rezadeira e Benzedeira Sebastiana Ferreira Ribeiro[22], são rezadas várias orações como: “Vamos andando com Cristo Jesus, só ele que leva o peso da cruz, reza oração do Pai Nosso e Ave Maria normal, cada dezena do terço reza uma oração cantada na procissão”.

[22]Entrevista concedida ao autor por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos. 06/04/2016

FIGURA 12- PROCISSÃO DE SÃO SEBASTIÃO EM FAXINAL DO SALTO

Fonte. Autor em 20/01/2016

Após o retorno da procissão à igrejinha ou casa, continua-se a devoção através de rezas e novenas. A Festa geralmente é realizada após o almoço. Podemos destacar alguns personagens importantes da festa como o *Noveneiro* que reza a novena; o *Festeiro* que leva foguetes e prendas para a festa. Estas prendas arrecadadas para o leilão servirão para custear as despesas da festa do próximo ano, e em alguns casos despesas da festa atual. E também destaca-se o *Leiloeiro,* que possui um papel valorizado no grupo, por ser uma pessoa de confiança da família devota.

A festa possui um traço marcante de solidariedade, pois não existe comércio de nenhum produto. Os festeiros levam prendas para o leilão cujo lucro é revertido para custear as despesas da próxima festa, para compra de alguns bens para a igreja e fogos de artifícios para o próximo ano. Ainda após as celebrações religiosas, são distribuídos para todos os participantes, balas, bolos, sucos, refrigerantes e para as pessoas de maior idade também é servido alguns aperitivos como batidas, vinhos e licores, tudo distribuídos gratuitamente.

Na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, campo de pesquisa deste trabalho, havia cinco igrejinhas de santo, que realizavam suas festas anualmente. Conforme apontado pela cartilha do MASA (2009).

> Aqui perto de casa tinha uma igrejinha do Divino Espírito Santo, faziam-se nove novenas, depois era comemorada a festa do divino, com mastro, bandeirinhas e jogos. O sino da igrejinha fui eu mesmo que fiz, nos domingos as pessoas se reuniam para rezar o terço, as rezas de terno que fazíamos na quaresma, e da romaria de São Gonçalo, ainda possuo a matraca guardada de fazer o terno da quaresma. Aquele tempo era muito melhor que hoje, o povo sabia vive. [23]

Essa lembrança do Faxinalense mostra que havia na comunidade uma diversidade de igrejinhas de santo. Porém, com a chegada do padre na comunidade, que pediu para acabar com as outras deixando somente uma, pois poderia rezar em somente uma e a comunidade deveria optar por uma única igreja, enfraqueceu-se as práticas populares religiosas na comunidade; a partir de então não foram realizados as festas costumeiras e celebrações próximas ao "dia santo". Outro fato citado pelos faxinalenses é a influência dos padres. Como cita Pedro Altamir de Deus[24], "as festividades tradicionais começou implica com as festinhas, dizia que as igrejinhas tinha que acabar, ali não era religião, o padre se importava com a bebida que era dada, mas veja agora vende-se nas igrejas".

FIGURA 13- IGREJA CATÓLICA DE FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Foto: autor em 17/08/16

A cultura faxinalense, ao longo da história, sofre um aculturamento, pois toda forma

[23]Entrevista de Lico Rosa. (in memórian), extraída da cartilha do Movimento Aprendizes da Sabedoria, "Conhecimentos Tradicionais e Práticas de Saúde Popular, Sabedoria Popular Cuidando da vida", p.10.
[24]Entrevista concedida ao autor por Pedro Altamir de Deus, 56 anos, em 16/08/2016.

de espiritualidade e fé, modos de produção e pastoreio dos animais em criadouro comum, não estão sendo adotados pelas novas gerações, que influenciadas pela mídia e por outras culturas, veem as tradições do passado como algo ultrapassado.

Entendemos que a cultura não é estática e, conforme as relações e mudanças sociais, sofre transformações, podendo ser perdida ou adquirida, o que alguns pesquisadores discutem como "aculturação". "O Conceito de "aculturação" vicejou a partir dessa perspectiva. Possibilitava identificar processos e dinâmicas culturais e fornecer modelos de análise a partir de um conceito de cultura em que algo poderia ser "adquirido" e "perdido" em uma presumida totalidade" (JARDIM; PETERS, 2005, p. 178).

Esse processo é reforçado pelos meios de comunicação, ações de igrejas e pessoas de outras comunidades contrárias ao modo tradicional de vida faxinalense. A cultura tradicional faxinalense fica fragilizada, visto que as formas tradicionais de celebração não acontecem e abrem espaços para outras religiões adentrarem para o público faxinalense. Assim, outros meios tradicionais de criação, produção, armazenamento e vivência característicos dos faxinais sofrem o mesmo processo.

Outra prática religiosa tradicional das comunidades de faxinais relacionados à sua cultura religiosa é a Romaria de São Gonçalo, que é praticada na casa de algumas famílias. Esta devoção ao santo ocorre de forma pagã, geralmente é realizada como forma de contrapartida a uma graça recebida do santo.

São Gonçalo é considerado o santo protetor dos violeiros, trovadores e casamenteiro das velhas; sua celebração e romaria são realizadas em 10 de janeiro. Antes de iniciar a canção e a dança religiosa da Romaria de São Gonçalo, é rezada uma novena para o promesseiro. Esta devoção religiosa, trazida ao Brasil pelos portugueses, constava de danças, em princípio dentro das igrejas católicas, depois foi proibido pela igreja e passou a ser realizado em outros locais como casas de devotos e salões comunitários.

Consideramos como pagã, pois, se tratar de uma prática religiosa que geralmente é realizado como contrapartida de uma graça recebida de São Gonçalo, e a mesma acontece para pagar a promessa feita para alguma coisa, geralmente promessas realizadas para o restabelecimento da saúde do corpo e do espírito.

Nas comunidades faxinalenses, a prática religiosa pagã da Romaria de São Gonçalo era comum até 1980; na atualidade são raras as comunidades onde acontece, mas essa religiosidade popular resiste tanto no meio urbano como no rural. Hoje são raros os casos na região, pois muitos jovens não chegam a nem mesmo conhecer a "dança" religiosa.

A Romaria de São Gonçalo possui uma origem portuguesa que é praticada de uma forma, mas no Brasil a letra da música cantada ganhou outras estrofes em cada região do país, sendo que a Romaria de são Gonçalo é praticada em vários estados.

A Romaria de São Gonçalo é uma dança religiosa típica da região dos faxinais, sua prática consiste em rezas e cantos em louvor a São Gonçalo e outro Santo de devoção do Romeiro, geralmente Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião, etc. A romaria é realizada por pessoas devotas do santo e os convidados são pessoas de várias comunidades, geralmente quem dança também vem pagar uma promessa, dançar uma "valseada" como é comentado. Na letra observa-se a fé e a religiosidade faxinalense demonstradas nas estrofes na Canção da Romaria[25].

> Deus te salve alta santa, onde Deus fez sua morada, onde já o cálice bento e a Hóstia consagrada.
> São Gonçalo também dança, também faz sua missura, quem dança para são Gonçalo tem a salvação segura.
> São Gonçalo é milagroso. Junto com a virgem Maria, São Gonçalo nos ajude a cumprir com esta romaria.
> Os devotos estão dançando, marcando de passo em passo, São Gonçalo que ajude as criancinhas de braço.
> São Gonçalo é milagroso e senhora aparecida, os dois santos vão embora com a promessa recebida.
> São Gonçalo vai embora, vai para o rio de janeiro, vai coberto de fita e flor de laranjeira.
> São Gonçalo é milagroso, junto com nossa senhora, quem abusa com São Gonçalo é castigado na hora.
> São Gonçalo é milagroso, hoje é um santo verdadeiro, abençoai estes devotos e também o promesseiro.
> Os devotos estão dançando, marcando como é preciso, para os grandes é felicidade e pros pequenos é um bom juízo. São Gonçalo está rodeado com fita flor e luz, que receba esta volteada, para sempre amém Jesus.

O Violeiro possui papel importante, pois sem o toque da música a romaria não acontece. As primeiras celebrações não possuíam violão, e sim viola. O violeiro geralmente fez uma promessa para o São Gonçalo para aprender tocar o instrumento musical, assim como forma de pagar esse aprendizado, sai em várias comunidades tocar a romaria.

O devoto que realiza a romaria faz o convite para os romeiros, geralmente de casa em casa, pessoalmente; alguns também fizeram promessa e participam da romaria para pagar as promessas realizadas.

> As rezadeiras são um grupo de pessoas onde todos combinam de ir junto é reza, velório, reza de dia santo. Nossa Senhora Aparecida, os santos mais festejados São Gonçalo, maio é o divino espírito santo, em agosto 15, nosso do pilar, agosto, mas fazemos nossa Senhora dos Remédios em agosto, o pai fazia em agosto, comemora

[25]Letra cedida em entrevista por Belmiro da luz Chaves, 63 anos, comunidade de Bituva das Campinas, Fernandes Pinheiro em 20/03/04.

> em setembro mas fazemos em agosto, antes era nossa bisavó depois passou para minha vó, quando nossa vó morreu passou para a Zabé, passou para o meu pai depois o meu pai fez por muitos anos a festa, passou para a tia Jesus, antes de da tia Jesus morrer passou para Eva filha dela, daí fez vários anos, se sentiu que não estavam bem e chegou com a santa para continuar fazendo a festa da santa, e agora eu vou continuar enquanto tiver viva, a Eva era prima irmã, essa santa e da família[26].

A Romaria é realizada para pagar uma promessa, se não for paga com realização a pessoa não consegue descansar em paz. Como destaca a Rezadeira de Romaria, Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos, nos conta que: "Eu realizei uma romaria para pagar uma promessa de um compadre, para ajudar ele cumprir a promessa. Antes de morrer ele me chamou e disse a promessa comadre Sebastiana, não entendi bem, mas ele tinha falado para meu filho que era promessa da romaria".

Os devotos de São Gonçalo vão para "valsear[27]", e como é comentado por eles, vários ofícios tradicionais culturais religiosos compõem o grupo da celebração da romaria: destaca-se o Capelão que é o rezador mais experiente que conduz todas as rezas e novenas, com o acompanhamento das rezadeiras e cantadeiras que acompanham seu ritmo.

De acordo com Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos, a Romaria pode variar dependendo da extensão que o devoto deseje. "O certo é ter voz de fora e segunda voz, a romaria para valsear até nove pares, mas pode ser com cinco pares, sete ou nove, e dançam de três a cinco volteadas se for de dia, de noite é nove vorteada. No final das romarias diziam décimas, como boi barroso, aconselho da rapaziada, bicharada, um dizia um pé outro dizia outro[28]". As romarias são realizadas, na maioria das vezes, à noite; porém, atualmente, em alguns locais, estão realizando de dia para evitar problemas como brigas e confusões.

1.4.4 O terno de quaresma em Faxinal Marmeleiro de Baixo

Também conhecida como recomenda da quaresma, o terno de quaresma é uma reza típica dos faxinais realizada durante a quaresma, sendo que nas quartas e sextas-feiras, determinados grupos de pessoas saem nas casas para fazer as rezas próprias para a época. Vários ofícios tradicionais religiosos fazem parte do chamado terno de quaresma.

O Capelão possui papel central de destaque no grupo, pois ele é quem dita as normas e puxa os cantos e rezas. Ainda dentro do grupo, tem pessoas que entoam diversos tipos de

---

[26] Entrevista concedida por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos em 06/04/2016.
[27] Valsear é a dança em determinado tempo da Romaria, vaiando de 3 a 9 valseadas cada Romaria.
[28] Entrevista concedida por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos em 06/04/2016.

vozes: “Tem voz de fora, segunda voz e as rezadeiras que acompanham as duas duplas, rezam e depois mais duas continuam, quem quiser acompanhar também pode participar[29]”. Em relação aos capelães, Benatte, Campigoto e Carvalho, (2011, p 147) afirmam que: “esses leigos eram conhecidos como capelães e suas atividades, segundo depoimento dos moradores do faxinal, resumiam-se a coordenar e capitanear as rezas dos dias santos e dos terços, além de oficializar a encomenda dos corpos, sempre que ocorriam falecimentos [...]”.

FIGURA14 – PORTÃO DE ENTRADA DA CASA DE FAXINALENSES COM CRUZ

Foto: autor em17/08/16

O símbolo da cruz nas casas é um sinal que aquela família deseja receber o terno da quaresma, e somente nas casas que possuem a cruz no portão é que o grupo recomenda reza, batem a matraca e avisam da reza. Antes de realizar a reza, em dias que a antecedem, é perguntado para a família se esta quer receber a reza; caso aceite, a família precisa enfeitar a cruz, geralmente com fitas e flores. A cruz fica colocada na entrada do portão da propriedade, ou na porta da casa do faxinalense. A recomendação é realizada à noite. E não possui horário para término, se dois grupos se encontrarem durante a noite, devem ficar a noite toda rezando.

> Durante a quaresma, o capelão e sua equipe rezam nas quartas e sextas feiras a recomendação das almas. O Grupo (terno) vai em procissão à noite pela comunidade, cantando e rezando orações especificas, parando somente na casa que

[29] Idem.

> possuem uma cruz no pátio ou na mangueira. Por essa razão, quase todas as casas no meio rural possuem cruz no pátio ou mangueira (NERONE, 2000, p. 170).

De acordo com Sebastiana Ferreira Ribeiro, a reza cantada possui a seguinte estrofe.

> Deus te salve cruz bendita, cruz de Deus nosso senhor é uma cruz tão venturosa dom de deus nos inspirou, acordar irmão devoto para fazer suas penitencias, rezamos um pai nosso junto com ave Maria, pai nosso ave Maria havemos de rezar e daí é rezado virgem dolorosa, O virgem dolorosa que no pé da cruz esta tudo lastimosa, bendito sejais, bendito sejais senhora das dores, ouvir nós são rogue, mãe dos pecadores. Acorde irmão devoto para fazer suas penitencias, acorda e fica de joelho rezando o pai nosso e ave Maria. É rezado o senhor Deus, senhor Deus misericórdia, Misericórdia senhor, Senhor Deus por Maria santíssima, misericórdia senhor, repetido várias vezes, senhor deus, senhor Deus, meu senhor, misericórdia senhor, todos os rezadores rezando junto, quando tem voz de fora fica lindo[30].

Após serem efetuadas as primeiras rezas e cantos, o proprietário abre a porta da casa e convida os recomendadores a entrarem, neste momento ele oferece chimarrão e café ao terno da quaresma (grupo).

> Entra e conversa um pouco, a pessoas oferece um café, um lanchinho, antes era café com pinhão, mandioca frita, batata doce, bolão de fubá, virado com torresmo, bolo de farinha de milho, era assado e enrolado feito rosquinha, e café esse sempre tinha, os antigo faziam café de fubá torrado. Pão era difícil era só os ricos que utilizavam essas coisas, nós era mais o grosseiro[31].

O terno de quaresma é realizado em nove casas, "o certo é realizar as rezas em nove cruzes, pode-se rezar no cruzeiro do cemitério e no cruzeiro da igreja da comunidade[32]".

Na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, um grupo foi pedir permissão para o ministro local para poder sair fazer as rezas, como o ministro é uma pessoa que conhece bem a religiosidade popular "autorizou". Essa atitude mostra a influência da igreja católica sobre a comunidade e principalmente sobre a religiosidade popular, fato que demonstra o que muitos faxinalenses citam após a entrada da igreja católica e sua centralização religiosa, de que todas as atividades religiosas deveriam seguir as normas estabelecidas pela igreja.

Essa atitude realizada por lideres religiosos influenciou diretamente no enfraquecimento da religiosidade popular e a identidade faxinalense, pois relatam a diminuição das "igrejinhas de santo" na comunidade, que na década de 1970 existia cerca de sete, e atualmente existe a única igreja católica na comunidade, sendo a igreja de Santo Antonio.

---

[30]Entrevista concedida ao autor por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos em 06/04/2016.
[31] Idem.
[32] Idem.

1.4.5 Benzedeiras, Benzedores, Costureiras de rendidura e machucadura, Massagistas Tradicionais, Remédieiros e Parteiras nos faxinais.

O Movimento Aprendizes da Sabedoria, MASA, indica a existência de uma população de aproximadamente 17.000 pessoas no Paraná, praticantes da arte de curar e ensinar remédios caseiros, colaborando diretamente para a saúde de milhares de pessoas em todos os municípios do Estado. Nos municípios em que foi realizado o mapeamento social dos ofícios tradicionais de Saúde Popular e Cura Religiosa, os dados são os seguintes: Rebouças (2009) 134 ofícios tradicionais de saúde popular, São João do Triunfo (2011) 163 ofícios. Estes portadores de ofícios tradicionais desenvolveram, ao longo da história, um acúmulo de conhecimentos tradicionais, como: conhecimento de uso da biodiversidade de plantas medicinais, simpatias, benzimentos, defumações, orações, massagens tradicionais, partos, garrafadas, pomadas, xaropes, elixir, tinturas, comprimidos, etc.

A saúde, principalmente nas comunidades rurais até a década de 1970 no Paraná, era basicamente tratada com medicamentos extraídos das florestas e dos quintais medicinais, além de contar com os conhecimentos e práticas tradicionais de cura presentes principalmente nas Benzedeiras(os), Curadores, Costureiras(os) de Rendidura, Massagista Tradicional, Remédieiros e Parteiras.

Com o passar do tempo estas práticas foram sendo deterioradas por aparecerem os medicamentos alopáticos e a medicina oficial, bem como a repressão que os ofícios tradicionais passaram a partir de 1828 com a implantação da Fisicatura. A Fisicatura, a partir de então, passou a ser o órgão regulador dos diversos ofícios. Isso ocasionou indiretamente a diminuição dos conhecimentos sobre o uso e manejo das plantas medicinais, mas mesmo assim, as práticas de remédios caseiros, benzimentos, defumação e costuras resistiram.

Os medicamentos alopáticos, em muitos casos, se tornaram inviabilizados aos moradores, pois as políticas públicas de saúde não asseguraram o direito de todos os medicamentos à população, por na maioria dos casos possuir um alto custo. As práticas e saberes tradicionais de cura em muitos casos são a única opção de tratamento de saúde das pessoas e animais, resistindo dessa forma ao uso e ao conhecimento tradicional de cura.

As práticas de saúde popular sofreram ao longo da história um lento processo de marginalização; conforme apontado nos mapeamentos sociais, até nos dias atuais pessoas ligadas a entidades religiosas discriminam quem possui os ofícios. Ainda, outro fator que também colabora para sua perda é a marginalização por pessoas ligadas a entidades de saúde

do uso dos fitoterápicos, que afeta diretamente a reprodução social desses conhecimentos e práticas tradicionais.

No Brasil, as práticas tradicionais de Cura popular possuíam até o ano de 1828, uma regulamentação pela Fisicatura-mor, este órgão era responsável para dar a carta e oficializar os praticantes da arte de Curar.

> Os próprios números encontrados no levantamento da documentação da Fisicatura indicam que a maior parte dos sangradores, curandeiros e parteiras não se oficializava. Contudo os que quisessem fazê-lo ou se sentissem pressionados pela fiscalização sabiam que havia uma instituição que legitimava suas artes. Depois de 1828, não mais. (PIMENTA, p.315,2003)

Com o fim da Fisicatura-mor, não havia órgão competente para organizar tais demandas. Curandeiros, Sangradores e parteiras ficavam, muitas vezes, na "ilegalidade" perante as leis da época, mas mesmo assim, resistiam praticando suas artes de curar. Diante dessa situação enfrentada, destaca Pimenta (p.316,2003): "Portanto, depois de 1828, essa categoria nem sequer era considerada. Os conhecimentos sobre as plantas nativas já não garantiam a legitimidade de suas práticas". Começa nessa época uma forte repressão sobre os ofícios tradicionais, sendo que somente o saber científico avaliado e documentado tinha o direito de dominar tais práticas de cura.

De acordo com Pimenta (2003, p. 319), "A novidade estava na progressiva organização de uma corporação médica e na luta dessa categoria pelo monopólio das práticas de cura". Os ofícios tradicionais de cura passaram deste momento em diante por um processo de marginalização e deslegitimação, afetando a reprodução social dos conhecimentos e ofícios tradicionais. Deste momento em diante, a prática de ensinar remédios e demais artes de curar ficam na marginalidade, sem amparo jurídico formal.

Soma-se ao fato que os praticantes dessas artes de curar são, em muitos lugares, o primeiro socorro da população local e, em muitos casos, o único recurso que dispõem as pessoas de menor renda. Como destaca a liderança do MASA: "Quem nos procura geralmente são os mais pobres, os que não têm recurso, o rico só procura depois que vai ao médico e não adianta" [33].

A fala da Benzedeira é confirmada por Pimenta (2003, p. 321) que afirma: "Assim, os curandeiros continuavam a ser considerados o recurso de que dispunham os pobres. Eram

[33] Entrevista concedida por Agda de Andrade Cavalheiro, Benzedeira, Coordenadora do MASA em 14/01/17.

pessoas de camadas subalternas que tratavam de miseráveis, os quais não teriam mesmo condições de pagar a visita de médicos diplomados".

Esse quadro conflituoso apresentado, além do grande uso dessas práticas tradicionais de cura, leva à reflexão de iniciativas que poderiam colaborar para a valorização dos ofícios tradicionais na região sudeste do Paraná, pois entidades populares como Instituto Equipe de Educadores Populares refletia no seu coletivo sobre o tema apresentado, começando, neste momento, a elaborar algumas estratégias de ação.

Em 2008, começa um trabalho de identificação dos ofícios tradicionais que, através de mapeamentos sociais realizados em Rebouças (2009) e São João do triunfo (2011), apresentaram um recorte da situação enfrentada. Na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo encontramos cerca de sete pessoas que se identificam como Benzedeira, Benzedor, Costureira (o) de Rendidura e/ou Remédieiro. Colaborando com suas práticas e conhecimentos tradicionais para o atendimento básico de saúde a população da comunidade.

1.4.5.1 Ofício tradicional de Benzedeira ou Benzedor

Durante o processo e acompanhamento do mapeamento social dos portadores de ofícios tradicionais do município de Rebouças, participei diretamente das atividades do MASA como pesquisador e na assessoria em alguns processos de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular. A pesquisa contabilizou que muitas mulheres se auto-identificam como portadoras de ofícios tradicionais de benzedeira ou muitas vezes denominadas popularmente como "Venzedeiras" ou "Curadeiras". Neste sentido, a pesquisa, através de um questionário organizado pelo MASA e pesquisadores, coletou alguns dados importante sobre as benzedeiras. A partir das entrevistas e observações, tentamos definir como uma pessoa que exerce o ofício tradicional de cura, repassado de geração em geração por pais, avós, tios, tias, madrinhas, padrinhos ou amigos, e que possui um vasto conhecimento sobre plantas medicinais, rezas, benzimentos, defumações, simpatias e remédios caseiros, não pede nenhum pagamento por seus serviços prestados, apenas aceita presentes quando estes lhe são oferecidos.

A pesquisa mostrou que, na maioria dos casos, são as mulheres que praticam o ofício de Benzedeira, porém existem homens com o ofício de Benzedor, embora em número bem reduzido. O benzedor representa a parte masculina do ofício tradicional, somente se diferencia da benzedeira pela questão do gênero.

Em relação ao aprendizado e a forma como começaram a exercer o ofício, algumas benzedeiras comentaram que aprenderam bastante com a vivência, e tudo o que sabem foi repassado por pessoas próximas da comunidade, com a necessidade do uso dos conhecimentos e práticas tradicionais de cura. Ainda teve casos em que as benzedeiras relataram que receberam o ofício em uma visão no sonho, enquanto dormiam, que daquele momento em diante deveriam assumir o ofício de Benzedeira para ajudar as pessoas necessitadas, cuidando da vida. Como o caso da benzedeira Dona Ozilda da comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, Rebouças-PR, que relata que aprendeu o ofício cerca de 30 anos atrás: "Eu aprendi foi com Deus, ele me deu esse dom[34]".

Toda prática é carregada de fé e oração. Geralmente as Benzedeiras possuem um santo específico de devoção, em quem depositam muita fé, fazem seus pedidos e benzimentos pelas pessoas que as procuram. Cada Santo para um tipo de mal a ser curado ou graça a ser alcançada.

QUADRO 01 – SANTO OU SANTA E GRAÇA A SER ALCANÇADA

Santo ou Santa	Doença ou Graças a ser alcançada
São Roque	Feridas
São Brás	Garganta, afogamento
Santa Luzia	Olhos
Santo Antonio	Casamento, achar objetos perdidos.
São Cosme e Damião	Problemas com saúde de Crianças
Santa Rita de Cássia	Benzer doenças em gerais
São Judas Tadeu e Santo Expedito	Causas Impossíveis
São Benedito	Para benzer e proteger as crianças
São João Maria	Benção de fontes de águas que curam
São Onofre	Proteção aos Bêbados
São Gonçalo	Casamenteiro e doenças e geral; em contrapartida às graças alcançadas, realiza-se a romaria.
São Pedro	Costura e dor dente
Santa Terezinha	Íngua e hemorroidas

Fonte: Autor

[34] Entrevista concedida ao autor pela Benzedeira, Ozilda de Deus, moradora da Comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo- Rebouças-PR, em 30/07/2010.

Vários são os relatos em que se uma pessoa estiver muito carregada de energias ruins, o benzedor não consegue fazer suas orações e benzimentos. Segundo relatos de Dona Olivina Santa Clara de Toledo, Benzedeira e Costureira de machucadura da mesma comunidade, "Se uma pessoa for sem fé, for pensando em abusar do benzimento, querendo experimentá, eu erro até o pai nosso, não consigo acertar nem a primeira oração[35]".

As Benzedeiras e Benzedores possuem, na maioria dos casos, altares com diversas imagens de santos e objetos de devoção como bandeiras. Este local é onde geralmente realizam-se as orações e benzimentos dos usuários.

FIGURA15 - ALTAR DE BENZEDOR EM FAXINAL MARMELEIRO

Foto: autor em 14/07/2009

Através do mapeamento social dos portadores de ofícios tradicionais ligados à saúde popular e cura religiosa, encontramos várias pessoas que auto identificavam-se como "Curadô", isso se deve principalmente pelo fato de que, em muitas vezes, não são os próprios sujeitos que se auto definem como curadores, mas sim a comunidade e pessoas usuárias destes serviços de saúde que identificam essas pessoas por suas práticas de curar. Os próprios portadores de ofícios tradicionais identificam como "Curadô e Curadeira" o mesmo ofício de Benzedor e Benzedeira, apenas com nomenclaturas diferentes. Na pesquisa realizada,

[35] Entrevista concedida ao autor pela Benzedeira, Olivina Santa Clara de Toledo, 53 anos, moradora da Comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo- Rebouças-PR, em 10/04/2016.

mostrou-se que os homens, muitas vezes, preferem ser chamados de curadores, porque o termo benzer está ligado muito ao gênero feminino.

1.4.5.2 Ofício Tradicional de Costureira de Rendiduras e Machucaduras.

No processo de mapeamento social dos ofícios tradicionais de cura, nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná, foi identificado pessoas com o ofício de Costureira (o) de rendidura ou machucaduras, que têm como prática a realização de simpatias relacionadas a dores e músculos rasgados. Nessa prática, a pessoa costura um paninho simbolicamente, como se fosse o local do corpo da pessoa que está com a machucadura. A Costureira de rendidura também profere algumas palavras: "O que é que eu cozo?" A pessoa machucada responde: "nervos torcidos, carne rasgada, ossos quebrados", repetindo a frase por três vezes.

Estes ofícios se diferenciam dos demais pela prática unicamente da costura de rendidura e machucadura, sendo que é um início; mas encontramos vários casos em que a benzedeira também costura rendiduras e possui outros ofícios tradicionais, como massagista, rezadeira, etc. Através da simpatia da costura em um pano, acredita-se na cura das dores. Algumas costureiras usam somente panos brancos. A costura geralmente é feita em três dias seguidos, podendo ser feita à distância, quando a pessoa não consegue ir até a Costureira. Também aconselha-se não fazer esforços físicos para não atrapalhar o tratamento, além de serem indicados alguns remédios para passar na machucadura ou tomar.

Após várias visitas, nos deparamos com duas práticas de costuras de rendidura utilizadas pelas costureiras para as dores provenientes de nervo torcido, carne rasgada, e machucaduras, sendo uma através da costura em um pano e a outra com o uso de água em uma bacia e uma lata. E há ainda algumas pessoas que fazem somente orações. Também em muitos casos, é realizada à distância como descreve a Costureira Sebastiana Ferreira[36]: "Eu Costuro também de longe, faço como estou costurando a minha neta, mas eu prefiro que venha aqui em casa". È comum o relato das Costureiras de Rendidura e Machucadura de realizar atendimento via telefone, nesse caso realizam as mesmas orações e simpatias à distância.

[36]Entrevista concedida ao autor por Sebastiana Ferreira Ribeiro, 68 anos. 06/04/2016

1.4.5.3 Ofício tradicional de parteira

No mapeamento social realizado em Rebouças, foram encontradas três pessoas com o ofício tradicional de parteira, que apesar de não exercerem a prática devido às restrições, afirmaram que em caso de emergência, ainda sabem o que fazer. Até a década de 1980, as parteiras foram muito requisitadas, pois era a única saída encontrada por muitas pessoas em diversas comunidades de faxinais, devido às poucas condições de serviços médicos que eram restritos às áreas urbanas, e também pelo difícil acesso à cidade; assim, as parturientes procuravam as portadoras de ofícios de Parteira para realizar o parto, pois estas conheciam os métodos e técnicas adequadas para a realização do mesmo.

FIGURA16- CERTIFICADO DE CURSO DE PARTEIRA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SOCIAL
FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Diretor do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, certifica que ROSÁRIA EUZÉBIA MARQUES -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
Natural de PAULO FRONTIM - PR. Nascido em 24 / 06 / 32
frequentou o CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PARTEIRA PRÁTICA -.-.-.-.-.-.-.-
realizado na cidade de CRUZ MACHADO - PARANÁ -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-no período
de 04.03.85 a 09.03.85, com 50:00 horas/aula.

ADALBERTO MASSA
Delegado Regional do Trabalho

Curitiba, 09 de março de 1.985.-

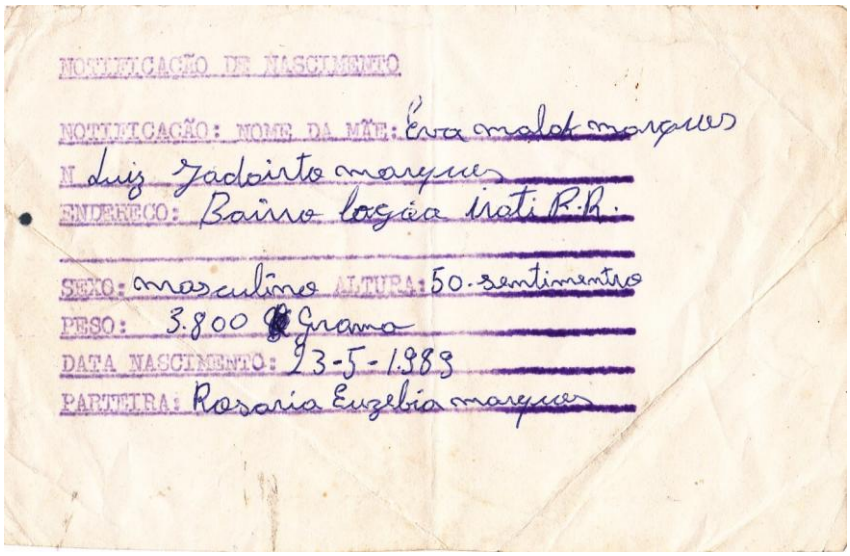
DIRETOR DO CDRH
Dr. JOSÉ BORTOLAZ NETO

Rosária Marques.
ALUNO

FONTE: Autor em 14/01/2017

O governo do Estado do Paraná, na década de 1980, realizava cursos de aperfeiçoamento de parteiras, conforme consta o certificado da Parteira Rosária Euzébia Marques.Além de fazer o parto, essas portadoras de ofícios tradicionais de parteiras ensinavam diversos tipos de remédios e garrafadas para as melhorias das mães após o parto. Também eram obrigadas a fazer o controle de natalidade através de notificações de nascimento, que após os partos deveriam enviar às autoridades de saúde do município.

FIGURA17 – NOTIFICAÇÃO DE NACIMENTO PARA OS ORGÃOS DE SAÚDE



FONTE: Autor em 14/01/2017

1.5 FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO: ORGANIZAÇÃO E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

A comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo possui uma área de criadouro comunitário de 220 alqueires, onde vivem aproximadamente 174 famílias, e destas, aproximadamente 60% são sem-terra, moram em áreas cedidas por terceiros, lotes doados pela prefeitura, ou possuem quantidade insuficiente para a manutenção de criação de animais e lavouras. Conforme levantamento do Projeto Nova Cartografia Social em 2009. Já de acordo com o Faxinalense Acir Túlio, a comunidade, de 2009 a 2017, passou por um aumento significativo da população. "Acredito que a comunidade deve ter hoje mais de 240 famílias dentro do Faxinal, pelo número de ponto de água, ao todo com os de fora do Faxinal são mais de 350 famílias aqui no Marmeleiro[37]".

Os Faxinalenses atribuem a existência do criador comunitário no Faxinal, à permanência das famílias no campo. É presente na comunidade a produção para o auto consumo, venda de criações animais, produção de milho e feijão, e também o extrativismo de erva-mate.

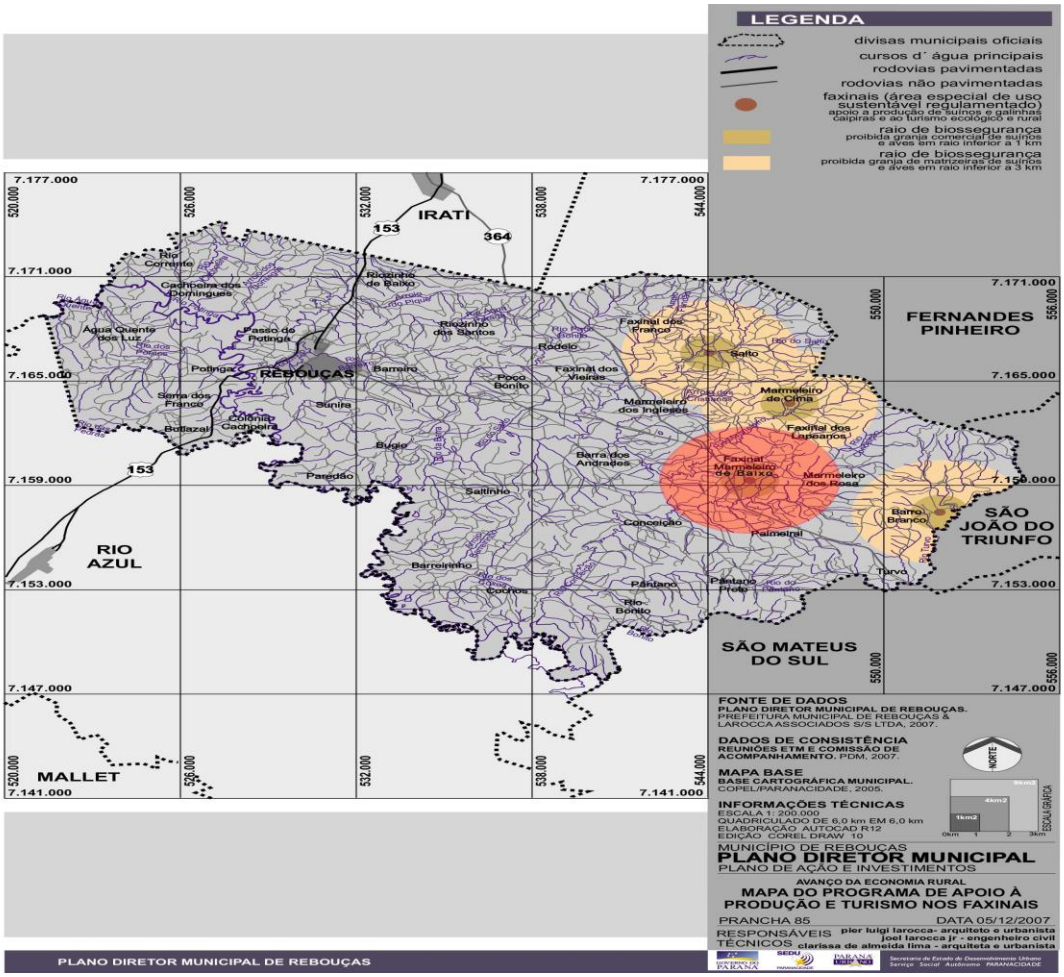
De acordo com o morador João Claro, em pesquisas realizadas pelo MASA, expostas na cartilha "Conhecimentos tradicionais e práticas de Saúde popular: Sabedoria Popular cuidando da Vida". "Os primeiros habitantes que chegaram em 1880, foram as famílias Feliciano, Beltrão, Pupa, Domingues, De Deus, Rosa, Inglês, Carvalho, Gabriel e Fagundes".

[37] Entrevista com Acir Tulio da comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo em 01/03/2017.

Ainda como afirma João Claro, as famílias aumentaram em 1930, devido à fuga das pessoas da guerra do Contestado. Nerone (2000, p.76) também comenta sobre esta possibilidade: "A guerra do Contestado ocorrida entre Paraná e Santa Catarina nos anos de 1912 a 1916, no primeiro período republicano, também pode ter sido responsável pela dispersão e consequente fixação de moradores em Marmeleiro".

A comunidade avalia que a principal mudança ocorrida na dinâmica da organização do criador comunitário foi a realização do projeto de construção da estrada que liga Irati a São Mateus do Sul na década de 60, o que dividiu a comunidade em duas partes: Sendo que somente uma parte ficou com o criador comunitário. A comunidade é composta por quatro grupos que formavam o criador comunitário do faxinal do Marmeleiro de Baixo na época, autodenominada pelos faxinalenses de Faxinal dos Ingleses, Faxinal dos Rosas, Faxinal dos Beltrão, Faxinal dos Carvalhos. Após a abertura da estrada somente três grupos continuaram com o criadouro comunitário.

FIGURA 18 - MAPA DOS FAXINAIS DE REBOUÇAS COM DESTAQUE A COMUNIDADE



Fonte: Prefeitura Municipal, modificado pelo autor.

De acordo com o faxinalense Acir Tulio "O Faxinal era muito maior, após a estrada, ficou desse tamanho, isso para nós foi um grande conflito". A perda do território agravou a situação do faxinal, pois além de causar a perca de terras de criar, muitos faxinalenses, por não ter como criar no território do Faxinal dos Beltrão, migraram para o Faxinal dos Rosas, Carvalho e Ingleses que permaneceram com o criador. "Eu era um que morava nos Beltrão, eu criava fechado aí tive que mudar para continuar criando no criador comunitário[38]".

A Cartografia social realizada na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo-Rebouças- PR, bem com base nas entrevistas realizadas com os moradores, demonstrou que o principal conflito é o avanço do agronegócio para o território de criar do faxinal. O desmatamento e poluição de nascentes que abastecem os criadouros são ameaças, como cita a faxinalense Beatrice Luzia Ramos. "O desmatamento e o veneno está destruindo o faxinal, por causa do veneno não dá mais para usar o que a natureza oferece, as benzedeiras não podem usar as plantas medicinais por que estão contaminadas". Ainda de acordo com o Faxinalense Miguel Lourenço, exposto na cartilha do MASA (2009, p.10): "Os conflitos dentro do faxinal é o uso dos agrotóxicos quem passa veneno na roça, além de contaminar as cabeceiras de água, contamina as pastagens dos animais e acaba prejudicando todos que moram no Faxinal".

Podemos dividir os conflitos em dois tipos: conflitos *externos e internos.* Os externos são causados por agentes públicos e grandes fazendeiros que, de forma arbitrária, tomam decisões sobre a comunidade sem consultar os faxinalenses, e o agronegócio através das plantações de soja, milho, trigo, que avançam para os territórios de criar dos faxinalenses, ocasionando envenenamento e destruição de nascentes que abastecem as criações. E os conflitos internos, como o não respeito às práticas consuetudinárias[39], acordos e leis adotadas na comunidade tradicional faxinalense, praticadas por moradores estranhos à cultura faxinalense, mas também pelos próprios faxinalenses que possuem uma grande área de terra, que individualizam suas áreas para plantio. O Morador Miguel Lourenço de Souza destaca que um dos principais conflitos internos é o fecho.

> Nós que fazemos parte da comissão do faxinal somos ameaçados por reivindicar nossos direitos. Também há algumas pessoas que vem de fora mora no faxinal e não querem respeitar nossos costumes tradicionais, como o criadouro comunitário, e fazem fechos no meio do faxinal[40].

[38] Entrevista concedida por Acir Tulio da comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo em 14/04/16.
[39] Práticas de direito consuetudinário ou costumeiro, acordado pelos faxinalenses a fim de garantir a gestão e manutenção do uso comum dos recursos naturais e sua conservação, Ex. Acordos Comunitários.
[40] Entrevista concedida ao autor em 16/04/16 pelo Faxinalense Miguel Lourenço de Souza

Assim, como apontado pelo faxinalense, o conflito é ocasionado por chacareiros que muitas vezes possuem terras em maior quantidade dentro do criador e fecham suas áreas para o plantio de erva mate, tirando as poucas terras que existem do uso coletivo.

Os diversos conflitos socioambientais, enfrentados nas comunidades de Faxinais, principalmente ocasionados pelo avanço do agronegócio sobre os territórios tradicionais, fazem com que a perda do território seja destacada pelos faxinalenses como o principal conflito da comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, pois além de contar com uma área proporcionalmente pequena em relação ao número de famílias, a comunidade sofre com conflitos internos que colocam em risco a manutenção de suas práticas tradicionais. Um problema reclamado pelos moradores é o fato que, dentro da área do criadouro, foi comprado uma área pelo poder público municipal, e foram construídas cerca de 20 casas, gerando uma pequena vila com cerca de 20 famílias. Os faxinalenses atribuem a isso vários conflitos, visto que as famílias alocadas nesse local não possuem os costumes tradicionais e não respeitam as práticas tradicionais dos faxinalenses. Nesse sentido, a comunidade busca, através da organização, defender os direitos historicamente negados, muitas vezes recorrendo à justiça e às leis municipais de proteção.

A discussão e aprovação, em Rebouças, da Lei Municipal foi um marco de resistência frente aos conflitos enfrentados. No artigo terceiro a Lei Nº 1.235/2008 estabelece que

> Art.3º- O município de reconhece todos os "acordos comunitários" realizados entre os próprios faxinalenses e que se relacionam as práticas necessárias para uso comum de pastagens nativas, sempre observando a conservação ambiental.
> 1.°- O município proibirá qualquer ação dentro da área de uso comum fora dos acordos comunitários dos faxinalenses, sendo que para isso deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias. (APF, 2008, p.10).

A lei atribui que é da competência do município compor uma comissão para coibir qualquer prática em desacordo com as compactuadas entre os faxinalenses através dos acordos comunitários, inclusive de aplicar multa ao infrator. Esta lei fez com que a comunidade, através da articulação Puxirão, buscasse seus direitos, através de ações civis públicas[41], pois 12 proprietários individualizaram suas áreas, colocando cercas (fechos) nas terras dentro do criador do faxinal. Estes fechos internos são muito maiores do que o tamanho acordado pela associação, através dos acordos comunitários que estabelece em 15% a área que pode ser fechada.

[41] Em anexo ação civil e termo de ajustamento de conduta.

A aprovação da lei municipal, que reconhece as normas e acordos comunitários efetuados pela comunidade, foi uma estratégia de saída para a situação enfrentada, e trouxe saída para conflitos como os fechos. Outro fato importante foi que a lei aprovada obriga o município a repassar 80% dos recursos arrecadados do ICMS ecológico[42] em função da floresta do Faxinal, para aplicação em planos territoriais de uso sustentável, elaborados pelos faxinais do município de Rebouças. Assim, todas as comunidades de Faxinal do município foram beneficiadas, sendo Faxinal Marmeleiro de Baixo, Faxinal Marmeleiro de Cima, Faxinal Barro Branco e Faxinal do Salto.

O Movimento faxinalense realizou, em 2008, um dossiê de denúncias relatando os vários conflitos e crimes ambientais enfrentados nas comunidades de faxinais, que foram encaminhadas para as instituições responsáveis pela fiscalização, como as regionais do IAP, polícia florestal e demais órgãos responsáveis. Esses conflitos foram identificados a partir das oficinas de cartografia e elaboração de acordos, que mobilizaram a comunidade, reafirmando a identidade coletiva, avançando para discussões em relação à proteção ambiental dos recursos naturais e caminhando para uma proposta de desenvolvimento sustentável, baseado em Planos Coletivos de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ainda se discute entre o movimento social faxinalense uma saída para a recuperação de territórios perdidos, visto que a quantidade de famílias presentes em muitos faxinais extrapola as condições mínimas para o desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos, a Articulação Puxirão intermediou conversas com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMbio e várias reuniões e visitas foram realizadas nas comunidades, visando estudos e regulamentação de criação de RDS- Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em territórios de faxinais.

1.6 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS EM FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO

Os movimentos sociais se organizam de diversas formas e cada organização social possui antagonismos e conflitos, muitas vezes, latentes. Somado a isso está o histórico de falta de políticas públicas e retirada de direitos desses segmentos, que na atualidade coloca-os na marginalização por falta de reconhecimento das práticas tradicionais culturais e demandas étnicas.

[42]Decreto Nº 3446-14/08/1997- Criam-se no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de uso regulamentado – ARESUR. Este tipo de unidade de conservação típica do Paraná concede ao município o direito de receber ICMS Ecológico, para investir em programas e projetos de desenvolvimento sustentável nos Faxinais.

Gohn (2010, p.29) esclarece que os novos movimentos sociais estão se organizando em identidades coletivas, buscando romper com processos de repressão à liberdade, seja religiosa, sexual, ou ainda de grupos marginalizados e explorados como negros, índios, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, Faxinalenses, Benzedeiras, etc. Esses grupos e comunidades que se organizam a partir da identidade e da cultura comum representam os NMS "novos movimentos sociais".

Assim, partimos da análise das ideias expostas por GOHN (2010, p.27) que apresenta "três correntes teóricas: (1) Histórico estrutural, (2) culturalista-identitária e (3) a institucional/organizacional-comportamentalista". Os movimentos aqui pesquisados se organizam a partir da segunda corrente, que destaca o papel importante da cultura e identidade desses grupos e comunidades como fonte articuladora de unidade do movimento.

Os movimentos sociais possuem uma organização geralmente ligada a coordenações municipais, regionais, estaduais e nacionais. No caso dos movimentos pesquisados, a atuação ocorre em regiões estaduais, visto que, no atual momento, o MASA e APF estão organizados em coordenações municipais, regionais e estaduais. Além disso, os movimentos possuem uma relação de forças, demandas de políticas publicas, símbolos, mediadores, articulação interna e externa, produzem materiais de apoio através de cartilhas, livros, cantos, etc.

Segundo Gohn (2002, p.124), "Nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade". Na pesquisa realizada, encontramos esse fator muito forte no caso dos faxinalenses; o que os une é o modo tradicional de uso e relação com o território tradicional. Já as Benzedeiras e demais ofícios se unem a partir das práticas tradicionais comuns relacionadas ao cuidado da saúde.

Gohn destaca o que é movimento social com base em várias teorias de diferentes autores, como Melucci (1996) Touraine (1998) Thompsom (1981) e outros:

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas pó,r atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do principio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas (publica e não estatal) e privada; Participam direta ou indiretamente da luta política de um pais, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. (GOHN, 2002, p.124).

1.6.1- Histórico, Organização e Lutas realizado pelo MASA- Movimento Aprendizes da Sabedoria.

O Movimento Aprendizes da Sabedoria – MASA é a organização social dos detentores de ofício tradicional de saúde popular que congrega Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Curadeiras, Costureiras e Costureiros de Rendiduras e Machucaduras, Massagistas tradicionais, Remédieiros, Rezadores, Parteiras entre outros. O movimento com apoio de entidades de assessoria como Instituto Equipe de Educadores Populares, e parcerias com Universidades, Sindicatos e Associações comunitárias, conduz processos de educação não formal, que visa capacitar os sujeitos, para serem operadores de direitos coletivos, ambientais e culturais.

O MASA surge a partir de trabalhos assessorados pelo Instituto Equipe de Educadores Populares para formação de grupos de mulheres camponesas e urbanas nos municípios de Irati, Fernandes Pinheiro e Turvo. Este trabalho tinha como objetivo principal a organização das comunidades para a valorização e resgate do conhecimento popular com plantas medicinais, bem como os chamados ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa.

Esse trabalho tinha como objetivo principal a organização das comunidades para a valorização e resgate do conhecimento popular com plantas medicinais, bem como os chamados ofícios tradicionais de Saúde Popular e Cura Religiosa, como: Benzedeiras, Benzedores, Rezadeiras, Curadores, Costureiras (os) de Machucaduras, Massagistas Tradicionais, Rezadeiras e Parteiras. O abandono de práticas populares de cuidado com a saúde e a consequente perda do conhecimento, somada a marginalização dos ofícios tradicionais de saúde popular, motivou a promoção de reuniões a fim de expandir e valorizar o uso e preparo de plantas medicinais, bem como a identificação desses ofícios. Nestes encontros e oficinas realizadas, percebeu-se o vasto conhecimento sobre plantas medicinais, preparo de chás, xaropes, pomadas, tinturas, etc. Também soma os benzimentos, simpatias, orações, defumações, rezas e massagens tradicionais que estavam presentes, muitas vezes correndo o risco de desaparecimento. No ano de 2008 as Aprendizes da Sabedoria e diversas entidades de apoio realizaram o 1º Encontro Regional das Benzedeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras (os) de Machucaduras e Parteiras. Com o lema “Cuidar da vida é a nossa missão”, “Conhecimentos tradicionais e saberes populares conservando a biodiversidade e cuidando da vida”. Nesse encontro regional de ofícios tradicionais de saúde popular surgiu como proposta a organização das Benzedeiras e demais ofícios tradicionais em

Movimento Social. Este movimento das Benzedeiras surge de um processo fomentado na região entre os anos de 2002 e 2008, no qual as Aprendizes da Sabedoria organizadas em grupos, juntamente com a Pastoral da Criança, discutiam os saberes e realizavam oficinas de uso de plantas medicinais e preparos de remédios caseiros em algumas comunidades de Irati e região.

De acordo com o MASA (2012), foi em 04 de abril de 2008, na comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças, que ocorreu o primeiro encontro comunitário dos detentores de ofícios tradicionais de cura religiosa e Saúde Popular. Já em 06 de setembro do mesmo ano, as Aprendizes da Sabedoria e diversas entidades de apoio realizaram o 1º Encontro Regional das Benzedeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras (os) de Machucaduras e Parteiras. Com o lema "Cuidar da vida é a nossa missão", "*Conhecimentos tradicionais e saberes populares conservando a biodiversidade e cuidando da vida". Nesse* encontro regional de ofícios tradicionais de saúde popular surgiu como proposta a organização das Benzedeiras e demais ofícios tradicionais em *movimento social*. Atualmente, os grupos de Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Costureiras (os) Remédieiros Rezadores, Parteiras do MASA trabalham na temática dos ofícios e conhecimentos tradicionais ligados à saúde popular, pois através de oficinas de troca de experiência e luta por políticas públicas de valorização e reconhecimento de suas práticas o MASA expande sua base social.

A saúde, nas comunidades de faxinais até a década de 1970, era basicamente tratada com medicamentos extraídos das florestas e dos quintais medicinais, principalmente orientados por pessoas que possuiam um vasto conhecimento sobre o uso medicinal das plantas medicinais e práticas de cura tradicionais. Essas pessoas denominadas de Curandeiros, Benzedeiras, Costureiras de Rendidura, Massagistas, Remédieiros e Parteiras. Através de uso de preparos como: chás, xaropes, tinturas, garrafadas, simpatias, defumação, oração e benzimentos, tratavam uma diversidade de enfermidades.

As práticas religiosas de cura associadas ao uso e conhecimento tradicional das plantas medicinais passam por um lento processo de erosão cultural, sendo que em pleno século XXI pessoas ligadas a entidades religiosas, discriminam quem possui os conhecimentos nas comunidades. Ainda outro fator que também colabora para sua perda é a marginalização por alguns médicos e pessoas ligadas a órgãos de saúde do uso dos fitoterápicos, que afeta diretamente a reprodução social das práticas e conhecimentos tradicionais.

Com o passar do tempo, essas práticas foram sendo deterioradas, por aparecerem

novos tipos de tratamento, remédios alopáticos, o que causou indiretamente a diminuição dos conhecimentos sobre o uso e manejo das plantas medicinais, mas mesmo assim a prática de preparo de remédios caseiros, benzimentos, defumação e costuras permaneceu, pois os medicamentos alopáticos se tornaram inviabilizados aos moradores. As políticas públicas não asseguraram o direito da saúde aos moradores, e muitas vezes, as famílias não tinham condições comprar os medicamentos, pois estes possuíam um alto custo. Sendo assim, as práticas tradicionais de cura, através de simpatias, benzimentos e remédios caseiros permaneceu em muitos casos sendo a única opção de tratamento da saúde de pessoas e animais em diversas comunidades, resistindo dessa forma o uso tradicional das práticas e saberes tradicionais relacionados à saúde popular. O homem, ao longo da história, soube usar dos recursos naturais para sua sobrevivência, seja para alimentação, tratamentos de enfermidades, artesanatos ou como materiais para trabalho.

Estes conhecimentos e práticas tradicionais de cura, utilizados de diversos modos, eram orientados principalmente por Benzedores, Pajés, Remédieiros, Raizeiros, Homeopatas tradicionais, Parteiras, povos das florestas e das águas, povos indígenas, religiões de matrizes africanas e diversas outros grupos na invisibilidade social, sendo que esses conhecimentos representam um patrimônio imaterial imensurável.

O processo de promoção dos conhecimentos, associados a plantas medicinais, vem sendo implementado no Paraná, principalmente por movimentos sociais como o MASA, ONGs e pastorais sociais, especialmente a Pastoral da Criança.

Dentre os objetivos apresentados por Andrade e Peixe (2010, p.10) da Pastoral da Criança, destacamos o seguinte.

> Diminuir as doenças e as mortes preveníveis entre crianças e mulheres; acompanhar as famílias para que estejam preparadas para assumir com responsabilidade a missão de cuidar da saúde, da nutrição, da educação; democratizar o conhecimento e a prática das ações básicas de saúde, nutrição, e educação, essenciais ao desenvolvimento da vida; resgatar os valores culturais entre as famílias, da corresponsabilidade social, da cidadania, da ecologia e da paz; propiciar a organização comunitária para a vivência cotidiana da fé integrada à vida e da celebração da Palavra de Deus; criar condições para que a mulher se torne agente de sua própria promoção, de sua família, e da comunidade (ANDRADE; PEIXE, 2000, p. 10).

Várias são as ações efetuadas no sentido de buscar aprimorar o uso de plantas medicinais, principalmente no uso de diversas formas de preparos, como: chás, pomadas, xaropes, tinturas, elixires, comprimidos, etc. Esses conhecimentos presentes principalmente em pessoas identificadas como benzedeiras e demais ofícios Tradicionais.

O processo de organização dos ofícios tradicionais de saúde popular surgiu da

realização pela Associação Aprendizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia - ASA, do fascículo número 01, da série faxinalenses no sul do Brasil, com o titulo: “Faxinalenses, Fé, Conhecimentos tradicionais e Práticas de Cura”, no ano de 2007. Este trabalho apoiado por pesquisadores e instituições parceiras como a UFAM, através do *Projeto Nova Cartografia Social do Brasil*[43]·, Instituto Equipe de educadores Populares- IEEP, entre outros.

Esse primeiro fascículo da série “Faxinalenses do Paraná”, linha de pesquisa do projeto nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais, contou com a participação de três comunidades faxinalenses: Faxinal dos Seixas - São João do Triunfo, Faxinal Marmeleiro de Cima - Rebouças e Faxinal Rio do Couro - Irati, que apresentaram através da auto cartografia a localização dos ofícios tradicionais de saúde popular, os conflitos presentes, as práticas e conhecimentos tradicionais de uso das plantas medicinais nativas e exóticas. Além de vários conhecimentos tradicionais de cura como benzimentos, simpatias, orações, defumações entre outras.

FIGURA 20 – OFICINA DE CARTOGRAFIA DO MASA

Fonte: Autor em17/10/2016

O processo de pesquisa para a realização do fascículo originou discussões importantes

[43] Projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com diversos pesquisadores do Brasil, que visa à elaboração de cartografias e mapeamentos sociais, de povos e comunidades tradicionais e identidades coletivas.

sobre os ofícios tradicionais de saúde popular, conhecimentos sobre uso de plantas nativas e exóticas utilizadas para diversos tipos de tratamento da saúde de pessoas e animais. O processo de realização do fascículo apresentou diversas oficinas, com formação nos debates sobre os conflitos enfrentados e práticas tradicionais utilizadas. Várias foram as ameaças apresentadas pelos grupos, principalmente a repressão de pessoas ligadas a instituições religiosas e à medicina oficial, além de vários tipos de preconceitos e desvalorização, fatores esses que levam a um certo desinteresse pelos conhecimentos das plantas medicinais e práticas de curas utilizadas. Soma-se a isso a privação e extinção dos recursos naturais especialmente das plantas medicinais nativas utilizadas para tratamentos.

As discussões apresentadas no fascículo seguiram para as reuniões e encontros do Movimento Aprendizes da sabedoria, na qual fomentou-se a necessidade de propor ações de formação, repasse dos conhecimentos tradicionais e meios para enfrentar as repressões.

O fascículo realizado foi o motivador para a discussão dos ofícios tradicionais nas comunidades faxinalenses, visto que nos mapas das comunidades apareceram diversos ofícios tradicionais de cura como Benzedores, Benzedeiras, Costureiras de Machucadura e Rendidura, Massagistas Tradicionais, Remédieiros e Parteiras.

A partir desse momento, o Movimento Aprendizes da Sabedoria observou que muitos dos conhecimentos sobre plantas medicinais e práticas de cura estavam presentes nos ofícios tradicionais e necessitavam um processo de valorização para que as novas gerações aprendessem esses conhecimentos e práticas.

Neste sentido, surge a necessidade de efetuar um processo para dar visibilidade aos ofícios tradicionais, bem como os conhecimentos e práticas tradicionais associados, visto os conflitos enfrentados e a consequente perda do conhecimento, somada a marginalização dos ofícios tradicionais de saúde popular, o que motivou a promoção de reuniões a fim de expandir e valorizar o uso e preparo de plantas medicinais, bem como a identificação desses ofícios. O MASA, com apoio do IEEP, realizou diversos encontros e oficinas, no qual se reafirmou o vasto conhecimento presente nas benzedeiras sobre o uso de plantas medicinais, preparos como chás, xaropes, pomadas, tinturas, etc. Também soma as práticas tradicionais religiosas de fé, como os benzimentos, simpatias, orações, defumações, rezas tradicionais que estavam principalmente em pessoas mais velhas, muitas vezes correndo o risco de desaparecimento.

No Paraná, encontramos diversos grupos sociais tradicionais nos quais as pessoas se auto identificam como Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Curadeiras, Costureiras (os) de

Rendidura, Massagistas Tradicionais, Remédieiros e Parteiras. Estes grupos estão localizados tanto no meio rural como urbano, possuem uma especificidade própria no modo de viver, de relacionar com a natureza, principalmente conhecimentos tradicionais associados às plantas medicinais e diversos fatores culturais que formam uma identidade própria. Diante dos conflitos apresentados na região sudeste do Paraná é que os benzedores e demais ofícios tradicionais organizam-se no Movimento Aprendizes da Sabedoria – MASA.

FIGURA 19 – 1º ENCONTRO REGIONAL DAS BENZEDEIRAS E DEMAIS OFÍCIOS TRADICIONAIS

Foto: Autor em 06/09/2008.

Na atualidade, o Movimento Social está organizado em uma Coordenação regional composta por representantes dos municípios de Irati, Rebouças e São João do Triunfo, sendo que esses municípios possuem um número maior de atividades, mas o MASA já realizou diversas oficinas de formação nos municípios de Fernandes Pinheiro, Guarapuava, Inácio Martins, Prudentópolis, São Mateus do Sul, Santa Maria do Oeste.

Desde sua organização, o MASA busca o resgate e valorização das práticas culturais de saúde popular e da religiosidade popular local, presente nos ofícios tradicionais, realizando diversas atividades como: Encontros municipais, regionais, reuniões, oficinas, mapeamentos sociais, cartilhas, vídeos e leis. Essas atividades visam a promoção do trabalho realizado pelas

(os) Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Costureiras (os), Parteiras, Remédieiros e Rezadeiras.

Em nove anos de luta, o MASA conseguiu avanços importantes na região, servindo de referência para o Brasil, caso das leis municipais de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular aprovadas no Município de São João do Triunfo e Rebouças. Em 2010 foi apresentada pelo MASA ao Prefeito e vereadores do município de Rebouças a lei municipal de reconhecimento das Benzedeiras e o livre acesso à coleta de plantas medicinais, sendo aprovada a Lei 1401/2010 em 11 de fevereiro de 2010. Em São João do Triunfo, foi apresentada a mesma lei com pequenas alterações às autoridades municipais, sendo que houve resistência pelo prefeito atual, mas a Câmara de vereadores derrubou o veto do Prefeito Municipal e assim concretizou a lei Nº 1370/11 no dia 22 de fevereiro de 2012. Essas leis foram marco histórico na regulamentação de ofícios tradicionais de Benzedeiras, sendo referência para o Brasil.

Desde sua organização, o MASA busca, através dos processos de formação, o resgate e valorização das práticas tradicionais de saúde e da religiosidade popular local. Através de organizações de diversos eventos como os encontros, reuniões, oficinas, mapeamentos sociais, registro, leis e divulgação do trabalho realizado pelas (os) Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Costureiras (os), Parteiras, Remédieiros e Rezadeiras, nestes anos de luta, o MASA conseguiu avanços importantes na região, servindo de referência para o Brasil, caso das leis municipais de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular aprovadas no Município de São João do Triunfo e Rebouças. Nos espaços de formação, o MASA utiliza-se de diversos materiais e cartilhas que ajudam compreender e trocar conhecimentos, assim como reforçar a identidade, seja através da experiência de cada pessoa ou através de gritos de lutas e cantos.

Canto das Benzedeiras - Missão
É lindo, é lindo sim
É lindo, é lindo sim
É lindo, o Dom que Deus preparou para mim
Sou costureira, Sou Capelão, eu sou parteira de coração,
Sou curadeira, sou Benzedor,
com muito orgulho e muito amor
É lindo, é lindo sim
É lindo, é lindo sim
É lindo, o Dom que Deus preparou para mim
Quem me procura, faço a oração,
Com muita fé e devoção
Essa pessoa vai melhorar
Pois Jesus Cristo, me ajuda a Curar
É lindo, é lindo sim

É lindo, é lindo sim
É lindo, o Dom que Deus preparou para mim
Eu quero estar em oração
Sempre cumprindo, minha vocação,
Nossa Senhora vai me ajudar
E Jesus cristo comigo está
É lindo, é lindo sim
É lindo, é lindo sim
É lindo, o Dom que Deus preparou para mim
Peço Saúde para continuar
Minha vocação não vai acabar
São João Maria, assim falou
Que as ervas muita gente curou
Autora. Benzedeira Ana Maria Santos (MASA, 2017).

O Movimento Aprendizes da Sabedoria. MASA (2015) indica a existência de uma população de aproximadamente 17.000 pessoas no Paraná, praticantes da arte de curar e ensinar remédios caseiros, colaborando diretamente para a saúde de milhares de pessoas em todos os municípios do Estado. Nos municípios em que foi realizado o mapeamento social os dados são os seguintes: Rebouças 134 ofícios, São João do Triunfo 163 ofícios e em Irati a pesquisa contabilizou 184 ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa.

1.6.2 O MOVIMENTO SOCIAL DOS FAXINALENSES - ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES-APF

No ano de 2004, várias entidades da região sudeste do Paraná, como Associações, ONGs, Universidades e órgãos estaduais formavam a Rede Faxinal, com objetivo de discutir o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais de faxinais. No ano de 2005, discutiram, como forma de dar visibilidade às comunidades tradicionais de faxinais, a realização do Encontro dos Faxinais. Nesse encontro participaram diversos faxinalenses de várias comunidades de diversos municípios como, Turvo, Pinhão, Irati, Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul. Nesse evento ocorreram diversas oficinas sobre vários temas como direito Faxinalense, Sementes Crioulas, Agroflorestas e plantas medicinais. Dentre as oficinas, estava o tema organização dos faxinalenses. O ponto central de debate dessa oficina foi a organização de uma entidade ou movimento que representasse os anseios e a realidade dos faxinalenses, pois nas últimas décadas os Faxinalenses enfrentam diversos conflitos e desrespeito à forma tradicional de uso dos criadores comunitários.

Neste encontro, como proposta da oficina de organização dos faxinalenses, surge o movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF, com

objetivo de organizar as comunidades e lutar por políticas públicas para os faxinais.

Este encontro foi um marco importante na luta faxinalense, como destaca a liderança da APF. “Com o nascimento da APF, nós faxinalenses tivemos voz, pois o poder público não nos reconhecia, o nosso modo de vida faxinalense não era respeitado, e passávamos por uma aculturação, tratando nós simplesmente como agricultores” [44].

A partir do ano de 2005, a organização e a emergência do movimento social faxinalense propiciou uma série de demandas em nível municipal, Estadual e Federal.

Podemos observar que os encontros realizados de 2005 a 2009, proporcionou o avanço da pauta faxinalense. Em 2005 o lema do encontro foi “Resistir em puxirão pelo direito de repartir o chão"; já em 2007, no 2º Encontro dos Faxinalenses, o tema foi “Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”, organizado pelo próprio movimento com apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares e algumas organizações. Em 2009, o encontro teve como tema “No direito ou na luta essa terra é faxinalense”, avançando para a discussão dos direitos, principalmente sobre o uso de forma coletiva e tradicional.

Estes temas mostram a evolução de pautas dos faxinalenses que em 2005 prezava pela resistência através da consolidação da organização faxinalense; já em 2007 o encontro teve como tema a reafirmação da identidade e principalmente pautada pelo direito ao uso do território de criar, que é um dos principais itens que identifica uma comunidade faxinalense através do uso comum do criadouro comunitário. Em 2009, buscavam, através de formas jurídicas, a defesa do modo de vida tradicional faxinalense e o direito de continuar com uso comum dos criadouros comunitários nos faxinais. Para isso, a APF construiu proposta de políticas públicas através de leis municipais e estaduais. Durante esses anos de luta os faxinalenses conseguiram importantes avanços como a criação da Lei Estadual 15.673/07 no Estado do Paraná e diversas leis municipais nos municípios de Rebouças através da Lei Municipal Nº1235/2008, São Mateus do Sul (Lei Municipal Nº1780/2008), Antonio Olinto (Lei Municipal Nº653/2008), Pinhão (Lei Municipal Nº1354/2007). Ainda obtiveram diversas vitórias junto aos municípios e governo do estado provando que os movimentos sociais organizados conseguem pautar o município e estado para formulação de políticas públicas. Uma das demandas que foi conquistada pela APF, foi a articulação para implementação de leis municipais sobre o reconhecimento dos acordos comunitários que regula o uso comum e o repasse do ICMS ecológico nos faxinais.

[44]Entrevista concedida ao autor em 23/06/07 Hamilton José da Silva, faxinalense, Coordenação da APF.

2 CONCEPÇÕES CONTRA HEGEMÔNICAS DE EDUCAÇÃO

Os movimentos sociais e organizações populares, nas últimas décadas, têm pautado e realizado debates sobre a educação, sobretudo numa nova perspectiva educacional, que aglutine os diversos saberes em uma proposta pedagógica para o desenvolvimento sustentável e humano, que contemple a identidade do povo local, e que esta educação tenha nas práticas e conhecimentos tradicionais, fonte primordial de conhecimento, seja esta formal ou não formal. Uma educação pensada juntamente com as práticas existentes nas comunidades, que debata ações no sentido de preparar e melhorar as atividades que o educando realiza no dia a dia, com respeito a seu modo de vida, com a terra, com o meio ambiente e principalmente com os valores culturais presentes que formam a identidade local.

Dessa forma, a educação passa a ter sentido na sala de aula, pois realidade e conteúdos cruzam-se formando um grande debate para a discussão de ideias sendo os temas locais do cotidiano fonte de debate, o que Freire (1987) denominou de "temas geradores".

Este capítulo apresenta uma análise de algumas das concepções de educação que buscam novos caminhos rumos à emancipação e superação do capital, possibilitando uma articulação de ideias para o desenvolvimento de uma educação capaz de articular educação e a realidade do dia a dia. Para isso recorremos às teorias de educação popular de Paulo Freire exposta especialmente nos Livros, "Educação como prática da Liberdade (2002)" e "Pedagogia do Oprimido (1987)", bem como o debate que Meszáros (2010) apresenta sobre a educação para além do capital.

Este trabalho concentrará na análise da *educação não formal* realizada principalmente por entidades populares e movimentos sociais, sendo este referencial para o diagnóstico do objeto de estudo. Segundo Gohn (1994, p. 7), a educação não formal teve, nos anos 1980, um grande crescimento "[...] ao ressurgimento de novas formas de educação informal através de trabalhos na área de educação popular, e de experiências na área de educação não formal, geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares".

Dentro do campo pedagógico encontramos diversas teorias sobre o processo educacional; neste sentido abordaremos as teorias contra hegemônicas que surgem a partir da década de 1980, principalmente com a discussão de uma educação popular, para atender a realidade cultural da população, uma educação para o povo, elaborada com a participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional. As teorias contra hegemônicas criticam as

discussões de educação enraizadas na sociedade capitalista, sendo que em muitos casos a educação visa apenas reproduzir o modelo vigente de manter as bases que sustentam a exploração e preparar mão de obra para o mercado.

A década de 1980 foi um momento marcante para educação, pois surgiram movimentos e organizações da sociedade civil, principalmente sindicatos e associações, como a Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Cabe ressaltar o importante papel das Confederações Nacionais de Educação que passaram nessa década por um processo de junção da Confederação de Professores do Brasil. Em congresso realizado em janeiro de 1989, foi aprovada a mudança de nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e que nos anos seguintes incorporou as representações dos funcionários, supervisores e orientadores da educação, tornando assim uma confederação com uma representatividade gigantesca no Brasil. Também os trabalhadores da educação, após as restrições referentes à sindicalização do funcionalismo público, não puderam organizar-se nos sindicatos. Com a derrubada dessas restrições, a partir da constituição de 1988, os trabalhadores integram a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Essas entidades sindicais começam a debater não apenas questões econômicas e políticas, mas também se atentar para as questões pedagógicas da educação, destacando que as pedagogias abordadas não atendiam às demandas populares da sociedade.

Nesse sentido, as teorias que abordaremos possuem um foco na discussão entre o sujeito e sociedade como uma interdependência.

2.1 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR

A educação proposta por Freire, baseada nos "círculos de cultura, animadores culturais e temas geradores", propiciaram um grande debate para a formação através de uma educação popular. As propostas apresentadas por Freire eram centradas no saber do povo, na realidade local, trabalhavam as ideias de uma educação emancipatória.

A concepção de educação trabalhada foi extraída principalmente das obras de Paulo Freire, "Pedagogia do oprimido (1987)" e " Educação como prática da liberdade (2002), tendo como base os princípios de uma educação popular emancipatória. Poderíamos dizer que essa visão pedagógica se aproxima da educação não formal praticada por diversos movimentos sociais e entidades que possuem uma concepção baseada na teologia da libertação.

As ideias pedagógicas de Freire surgem de uma concepção de educação popular, pois ainda hoje os movimentos sociais trabalham essa concepção de educação para o povo e com o povo. A educação popular de Freire é fundamentada no saber local, os temas geradores são extraídos a partir da prática social da comunidade. A realidade local na educação emancipatória de Freire é abordada através dos temas geradores, fazendo a discussão do conhecimento técnico científico e o conhecimento tradicional da comunidade.

As ideias de Freire, apresentadas em seu livro "Educação como prática da liberdade" e seus métodos como o "círculo de cultura", trazem para o debate temas geradores e imagens da realidade cultural local. Essa metodologia faz com que os educandos se apropriem da realidade, discutam e promovam debates para entender todo o processo envolvido até ser materializado em ações e políticas, possibilitando assim o conhecimento real. O processo de conscientização e formação das pessoas acontece de maneira mais profunda quando acontece a interconexão entre teoria e prática no processo educativo. Para isso Freire destaca as duas dimensões em que o homem vive: a "natural e a cultural".

> Na verdade, já é quase um lugar-comum afirmar-se que a posição normal do homem no mundo, visto como não está apenas nele, mas com ele, não se esgota em mera passividade. Não se reduzindo tão somente a uma das dimensões de que participa - a natural e a cultural – da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor. Sua ingerência, senão quando destorcida e acidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade e modificá-la (FREIRE, 2002, p. 49).

Freire (1987) defende a dialogicidade como essência para uma educação que promova a libertação dos oprimidos; somente através do diálogo pode-se avançar na emancipação dos sujeitos.

Freire (1987, p.70) destaca o seguinte: "A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens". Nesse sentido, as relações homem-mundo precisam ser dialogadas e esclarecidas aos educandos. Temas importantes da realidade local e global devem estar presentes, tentando desvelar como surgiram as opressões e como podem ser superadas em um processo educacional emancipatório.

Freire (1987) destaca que em uma educação bancária, somente os conteúdos escolhidos pelo professor serão dissertados. Em um processo de educação dialógica os próprios conteúdos são discutidos com os educandos que não são meros espectadores, mas sim participam da discussão dos conteúdos que serão trabalhados. Como afirma Freire (1987

p.83-84):

> Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição - um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

Neste sentido, a educação libertadora se constrói junto com os educandos, estes participando de todos os processos, não como espectadores, mas como sujeitos que constroem uma educação emancipatória. Em uma educação libertadora, o diálogo com o povo é essencial para construir propostas de conteúdos a serem trabalhados. Freire (1987, p. 86) destaca que: "Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhes conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores. Conteúdos que, às vezes, aumentam estes temores. Temores de consciência oprimida".

Freire (1987) ressalta ainda que diante dessa pedagogia o papel central da escola seria difundir conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais, e não somente os conhecimentos universais que fazem parte do saber acumulado pela humanidade. Segundo Freire (2002, p. 104): "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa". No processo educacional emancipatório é preciso haver troca de ideias, fazer com que o educando seja parte da educação e não um espectador, trazer seus conhecimentos para o debate é essencial para o aprendizado.

Neste sentido a educação não formal trabalhada por movimentos e organizações sociais buscam debater a realidade local, os conflitos e temas locais de interesse do grupo. Em todos os processos, as lideranças comunitárias participam da discussão, seja de ordem metodológica, pedagógica ou política. Assim, a educação não pode estar desvinculada da situação real, como destaca Freire (1987, p. 86), "Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política".

Uma pedagogia que realmente promova a libertação das pessoas precisa estar em contato direto com os oprimidos, os marginalizados, os que estão na invisibilidade do Estado, como destaca Freire (1987, p. 41):

> Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um "tratamento" humanitarista, para tentar através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua "promoção". Os oprimidos hão de ser exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.

Dessa forma qualquer educação que vise a emancipação deve surgir dos sujeitos sociais com sua participação, debatendo os conflitos enfrentados, buscando saídas para vencer a opressão. Muitas vezes, esses conflitos não apresentam diretamente, ou estão latentes, e somente quando há a movimentação dos oprimidos para a libertação, este aparece mais claramente.

A educação libertadora não se desvincula da realidade local, mas traz: "temas geradores" da realidade, dos conflitos, da natureza, da terra, dos anseios e sonhos dos educandos da época. Freire (1987, p, 92) comenta que "[...] uma unidade epocal se caracteriza pelo conjunto de ideias, de concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios, em interação dialética com seus contrários, buscando plenitude".

A partir dessa teoria, compreendemos que a educação é entendida como mediação da prática social, sendo este o ponto de partida e chegada do processo educacional. Educandos e Educadores constroem propostas pedagógicas de conteúdos vivos, sobre o meio social, uma educação que se faz através da problematização, que neste processo tenha como objetivo a emancipação social dos sujeitos oprimidos.

2.2 EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL A PARTIR DA CONCEPÇÃO MÉSZÁROS

Nesse texto procuramos abordar o pensamento de István Mészáros sobre capitalismo e educação. O autor destaca os aspectos amplos e históricos da constituição do capital, bem como os processos de internalização fundamentais para compreensão da educação na atualidade.

Nessa lógica, se o capital está internalizado na sociedade, a educação surge como ferramenta importante para contrapor essa internalização a partir do trabalho com o conceito de sociedade, tendo como base os pressupostos do rompimento com modo de trabalho capitalista. Assim, esse texto é uma tentativa de colocar elementos para o debate sobre o pensamento de Istvan Mészáros sobre a educação, a partir da obra "A educação para além do capital (2008)".

István Mészáros nasceu na Hungria, foi criado em uma família de operários, viveu as complexidades do capital, quando terminou seus estudos começou a trabalhar com George Lukács, do qual depois seria seu sucessor; foi exilado na Itália onde foi professor. Seu pensamento nasce em uma época da história marcada por grandes tragédias e guerras do século XX e em uma Hungria socialista. Destacam-se entre as principais obras de Mészáros,

“A montanha que devemos conquistar”; “A teoria da alienação em Marx”; “O conceito de dialética em Lukács”; “Filosofia ideologia e ciência social”; “O poder da ideologia”; “Para além do capital”; “A crise estrutural do capital”, entre diversas obras de sua autoria, que o coloca como um dos maiores pensadores marxistas da atualidade. Mészáros atua em defesa de uma escola dos excluídos, uma escola capaz de ser instrumento de libertação e emancipação social e política dos trabalhadores; a partir do pensamento marxista, faz críticas à ordem estabelecida pelo capital, e toma as relações de trabalho como eixo principal de análise. Nessa perspectiva, defende que o simples acesso à educação não garante a emancipação do indivíduo, sendo necessária uma nova forma de educação. Defende também uma escola que trabalhe novos valores e não a reprodução mercantil baseada na lógica do capital. Ele busca fundamentos em autores como Paracelso (1951), José de Marti (1991) e Karl Marx (1977) para explicitar os princípios de uma “educação para além do capital”. Ainda menciona Gramsci (1957) e Fidel Castro (1983) para embasar sua perspectiva de uma educação calcada nos princípios socialistas.

A escolha do autor justifica-se pela atualidade, pela reflexão sobre as contradições do capitalismo e a análise dos processos de internalização da lógica do capital mediante a educação. A análise do processo de educação efetuado por Mészáros (2008) está além dos espaços formais. De acordo com o autor, a todo o momento somos educados pelos processos sociais e internalizamos valores e princípios ditados pelo capital; nesse sentido, ações reformistas não alteram a estrutura do sistema, sendo necessário romper com a lógica do capital, para que a educação promova a emancipação dos sujeitos. Também Mészáros traz a reflexão sobre o papel da educação e a urgência de construir novos caminhos que rompam com a lógica internalizada do capital, a partir de novas relações de trabalho e consequentemente um novo sistema econômico.

2.2.1 A educação x capital e processos de internalização

A abordagem apresentada por Mészáros (2008) sobre a educação enfatiza que o processo educacional é um aprendizado histórico, dialético e cotidiano que não acontece somente nos espaços formais de educação, mas nos mais diversificados espaços sociais. Para argumentar a sua afirmação, cita Paracelso (1951) “ninguém passa dez horas do dia sem aprender alguma coisa”; assim percebemos que compreende-se a educação muito além da educação formal das salas de aulas, e que a educação emancipatória tem como parâmetros

orientadores a libertação dos indivíduos de relações sociais alienantes fundadas no capitalismo. Essa educação poderia romper com as lógicas internalizadas do capital, e por meio desta formação diferenciada haveria uma *contra internalização*; isto seria possível em uma sociedade que tivesse como base uma nova consciência coletiva que caminhe para uma sociedade socialista. Nessa perspectiva, a educação funcionaria como ferramenta para romper com os antagonismos da sociedade capitalista atual; tal aspecto é destacado por Marx e Engels (1977, p. 118-119).

> A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.

Os autores destacam que é preciso uma mudança radical na estrutura do capitalismo e a educação possui papel fundamental no processo de construir uma nova forma de pensar a sociedade e educar os indivíduos. A educação precisa romper com os processos de reprodução da vida social realizados no âmbito do capitalismo e derrubar as lógicas estruturantes do capital. No entanto, uma nova forma de educação não consegue ser efetivada sem mudanças estruturais das relações sociais capitalistas.

As reformas oferecidas pelo capitalismo beneficiam somente alguns grupos sociais e tem o objetivo de evitar os conflitos, sem tocar na gênese do processo social que são as relações de trabalho. Assim, seria difícil construir uma educação emancipadora sem o rompimento com a lógica da exploração do capital sobre o trabalho. De acordo com Mészáros (2008, p. 26):

> A razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia- e ainda consiste- no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis.

Nesse sentido, pensar uma educação dentro da estrutura do capital apenas com algumas pequenas reformas de tempos em tempos é abandonar a possibilidade da transformação em sua totalidade. Mészáros (2008, p. 27) comenta as estratégias de caminhar para uma nova ordem de cunho socialista, que não se institui dentro das estruturas do sistema capitalismo; "o capital é irreformável, porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível". Por outro lado, alguns pensadores, como Adam Smith (1763), discutem a ideia que o capital pode ser reformado ou humanizado. Em suas teses, apesar de apresentarem críticas ao sistema do capital, principalmente, sobre a

exploração sobre a classe trabalhadora, defendem a viabilidade das reformas como forma de qualificação do capitalismo. Nesse viés, Mészáros (2008), ainda menciona Robert Owen, como pensador reformista do sistema capitalista, que denuncia a busca de lucro das empresas e credita a educação toda esperança para o trabalhador superar a opressão do sistema pelo desenvolvimento da razão.

A partir dessas colocações, observamos que a educação é uma arma poderosa citada por diversos pesquisadores como sendo um caminho para qualificação da sociedade e libertação dos trabalhadores, porém, sem levar em conta que os processos educacionais são regidos pelas leis capitalistas. A educação do sistema capitalista é a educação do sistema capitalista, as leis da sociedade capitalista regem as estruturas e o processo educacional existente.

De acordo com Mészáros (2008), as teorias reformistas estão fadadas ao fracasso, visto que aplicam pequenas alterações ao sistema que não modificará por completo a ordem estabelecida do sistema do capital. Os pensadores citados punem o "erro e a ignorância" dos trabalhadores deixando de explicar a sua gênese.

As soluções não podem ser apenas formais, ou apenas reformistas, elas precisam ser ontológicas, com transformações profundas da estrutura das relações e controle do capital. Como destaca Darcolleto (2010, p. 5) "o trabalho é ontologicamente necessário para o desenvolvimento do homem; contudo como o sistema esta posto ele não consegue cumprir sua função".

A educação tem preparado as pessoas para servirem à lógica mercantil do capital, para expansão e manutenção da sua ordem; essa função da educação pode ser observada, nos dias atuais, principalmente, na educação profissional, a qual visa atender diretamente a demanda do mercado, pois muitos cursos são organizados na atualidade conforme demandas de empresas e setores capitalistas.

2.2.2 O processo de internalização do capital e os desafios da educação

A superação do sistema capitalista passa pela construção de outro processo de internalização, no qual a educação assume papel central, uma "contrainternalização", pois, conforme afirma Mészáros (2008, p. 44):

> As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos

> processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo. Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias às metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema.

Por um lado temos o capital enraizado com toda a estrutura edificada, internalizado nas relações sociais, nas relações de trabalho, sendo estas totalmente exploradoras a serviço do capital. E de outro lado encontramos a educação como uma possível ferramenta para contrapor a internalização, com capacidade de formar uma contraconsciência que oriente a construção de uma sociedade com fundamentos socialistas.

Mészáros (2008) comenta que a educação está imbricada aos processos sociais do capital e por meio da internalização realiza a reprodução das lógicas do capital. Nesta perspectiva, a educação possui papel essencial na formação das consciências mediante os processos de internalização e, consequentemente, se torna fundamental para a constituição de outra sociedade, na qual o coletivo supere o individualismo, o trabalho cooperado supere o trabalho assalariado e explorado, ou seja, que por meio da internalização de novos valores, seja superada a ideologia capitalista.

Somente uma ação coletiva organizada poderá emancipar os trabalhadores dessa exploração e alienação, o que Marx (2004) chama de "trabalho associado ou associação livre dos trabalhadores livres". Essa nova forma de trabalho, com novas relações, na qual os trabalhadores se apropriam da riqueza de forma coletiva, segundo as suas necessidades, ultrapassa o processo de alienação e exploração da força de trabalho.

De acordo com Mészáros (2008, p. 35) a educação formal acompanha a lógica capitalista:

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legítima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade [...].

Nesse sentido, esperar que as mudanças aconteçam dentro do sistema vigente é utópico; os valores enraizados do capital e a totalidade de relações envolvidas, principalmente no trabalho, precisa ser rompida. "No âmbito educacional, as soluções não podem ser formais; elas devem ser essenciais" (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Essa perspectiva de educação precisa transcender as práticas educacionais tradicionais arraigadas na sociedade, as meras reformas no ambiente capitalista não impulsionará as

transformações necessárias à emancipação social, visto que o capital não demorará em recompor-se para manter a dominação em todas as esferas da sociedade.

Esse processo educacional precisa atingir a sociedade em todas as suas dimensões; depositar toda esperança de formação de um povo ou nação na educação formal é não perceber que as lógicas do capital permeiam todo o tecido social e que a escola sozinha não tem forças para romper com essa lógica, e que a educação, com os poucos anos na escola, não garante uma formação humana e possibilidade de compreensão de todas as relações complexas do capital. Marx (2004) destaca que a educação precisa compreender os vários sentidos.

> Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.) numa palavra o sentido humano, a Humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência de seu objeto, pela natureza humanizada, a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui (MARX, 2004, p. 110)

Para Marx (2004), a educação transformadora precisa transcender a educação dos sentidos para garantir uma educação consciente e internalizada que sustente ações baseados em princípios opostos ao capital. Mészáros (2008, p. 47) questiona os processos de aprendizagem:

> O que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz a autorrealização dos indivíduos como "indivíduos socialmente ricos" humanamente (nas palavras de Marx) ou esta ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana.

No decorrer da vida, os seres humanos aprendem as relações sociais vigentes em determinado momento histórico e social. Nesse contexto, para sobreviver, precisam agir e tomar decisões. É esse processo de tomada de decisões que precisa ser consciente para romper com as lógicas internalizadas do capital; se uma sociedade inteira começa a tomar posições no sentido de romper as estruturas alienantes e exploradoras do capital, terá início um movimento de mudança, ou caso contrário, pensar apenas em reformas dentro do sistema capitalista significa reproduzir a lógica do capital.

A educação necessita superar a ordem estabelecida para que os educandos sejam sujeitos do processo e não permaneçam inoperantes frente à realidade estabelecida pelo capital, pois garantir uma educação nos moldes do capital é reforçar uma série de questões

postas pela elite, como: meritocracia e tecnocrática empresarial como destaca Mészáros (2008).

Assim, se novas atitudes forem tomadas, novas relações surgirão, visto que os indivíduos são capazes de internalizarem as mudanças e a educação é capaz de internalizar novas relações na sociedade.

Mészáros (2008) destaca que cada ser humano é responsável pela "manutenção" ou "mudança" da história, portanto, é somente a partir de sujeitos livres e conscientes que as mudanças poderão ocorrer.

Mészáros (2008, p. 52) destaca que "a questão fundamental é a necessidade de modificar, de uma forma duradoura, o modo de internalização historicamente prevalecente". A educação não ocorre somente nas escolas, mas, em outros espaços informais, e atualmente podemos mencionar os meios de comunicação de massa e as redes sociais.

Paracelso (1951) citado por Mészáros (2008, p. 23) comenta que "a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato até quase a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender", assim deveríamos reivindicar uma educação plena, além da educação formal, uma educação contrária às normas de internalização, que trabalhe novos valores frente aos consolidados a favor do capital.

A formação da consciência crítica frente às lógicas de reprodução do capital é uma forma de realizar a contrainternalização que levará a uma contraconsciência emancipatória. No entanto, somente haverá libertação por meio da conscientização das classes trabalhadoras, formando uma nova consciência para romper a lógica da internalização do capital.

Mészáros (2008, p. 57), destaca que para desenvolver a nova consciência é preciso compreender a educação na "totalidade das práticas políticos-educacionais-culturais na mais ampla concepção do que seja uma prática emancipatória".

2.2.3 Desafios da educação frente à exploração do capital: A urgência de novos caminhos

A proposta de Mészáros (2008) é válida nos dias atuais; suas considerações sobre as ações e os processos de internalização do capital são extremamente úteis para a compreensão da fase atual do capitalismo, bem como o papel da educação nesse contexto.

> Portanto, desde o início o papel da educação é fundamental para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à 'legitimação constitucional democrática' do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa contrainternalização (ou contraconsciência) exige a

> antecipação de uma visão geral concreta e abrangente [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 61).

O capital envolve todos os mecanismos de regulação do sistema, inclusive a política, a qual também exerce sua forma de alienação e trabalha para defesa dos seus próprios interesses e do capital, pois em muitos casos, o capital levou os políticos a seus postos.

> [...] os defeitos do sistema capitalismo não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais resolvidos sem que faça referência ao sistema como um todo, que necessariamente os produz e reproduz. Assim, a transcendência da ordem social imposta pelo capital é uma tarefa de caráter educativa, pela educação é possível a efetiva "transcendência da autoalienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2008, p. 62).

Mészáros (2008) aponta dois conceitos principais que devem ser levados em conta no processo de emancipação dos trabalhadores mediante a educação: a universalização da educação e do trabalho como atividade humana autorrealizadora. Os dois conceitos estão intrinsecamente ligados, como pode-se depreender das palavras de Mészáros (2008, p. 68):

> É impossível mudar a relação de subordinação e dominação estrutural sem a percepção da verdadeira - *substantiva* e não apenas *igualdade formal* (que é sempre profundamente afetada, se não completamente anulada, pela dimensão substantiva real) - igualdade. É por isso que, apenas *dentro* da perspectiva de ir *para além do capital*, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade surgirá na agenda histórica.

Uma "educação para além do capital" visa construir um processo no qual os trabalhadores não se submetam à exploração das forças do capital, bem como propõe uma nova ordem baseada em rupturas que levem ao "desenvolvimento sustentável", Mészáros (2008, p. 72) define sustentabilidade como: "equivale ao controle consciente do processo de reprodução metabólica social do trabalho por parte de produtores livremente associados".

O sistema capitalista possui em sua gênese a acumulação de lucros, beneficia uma pequena parcela da população, a qual controla e acumula a maior parte das riquezas, enquanto a maioria da população não possui as condições mínimas de sobrevivência, e tem seus direitos negados e expropriados pelo capital. O Capitalismo cria uma crise estrutural no sistema, o consumismo, o uso indiscriminado dos recursos naturais, bem como a privação e privatização desses, levam ao aumento da pobreza e a diminuição da qualidade de vida da população.

Em relação às contradições inerentes do capital, por exemplo, se por um lado faltam condições mínimas humanas como a alimentação, por outro, o mesmo círculo vicioso criado pelo capital faz com que cada vez mais aumente os desperdícios de alimentos. Segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação),

aproximadamente 1.300 bilhões[45] de toneladas de alimento no mundo são desperdiçados anualmente, soma-se a isso toda forma de devastação sobre os recursos naturais explorados em nome do capital.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento econômico capitalista propagado pelos seus defensores está fadado ao fracasso, pois a maioria da população vive sem acessos aos bens produzidos pelo capital, inclusive os bens necessários à própria sobrevivência. O sistema capitalista gera cada vez mais exclusão, guerras, expropriação, violência e divisão de classes. Mészáros (2008) estabelece o lugar da educação no contexto de crise estrutural do capitalismo:

> A nossa época de *crise estrutural global* do capital é também uma época histórica de *transição* de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper com a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

A educação precisa problematizar as contradições do capital se pretende superá-las; a formação possui papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência de base crítica, o que significa o rompimento com as práticas de ensino utilizadas pelo modelo capitalista. A nova ação educativa precisa ser constante e se efetivar em todos os espaços formais e informais, pois o sistema capitalista foi eficaz na utilização dos processos educativos para internalização dos seus valores, usando os diversos espaços sociais para sua reprodução.

> As determinações estruturais objetivas da "normalidade" da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a "educação" continua das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando "consensualmente" com isso a proclamada inalterabilidade da ordem natural estabelecida (MÉSZÁROS, 2008 p. 81).

Nos poucos anos de escolarização, os trabalhadores recebem uma formação muito aquém para entender a lógica do capital. O consenso construído em torno da ordem social é internalizado quase que consensualmente pelas relações sociais e de trabalho e também pela formação oferecida nos sistemas educacionais e nos espaços informais.

Mészáros (2008, p. 83), destaca que "o capitalista atual traz uma crise de 'contravalor' que inclui a *supremacia* racista, a horrenda presunção do direito moral de usar armas nucleares por prevenção e antecipação, mesmo contra países que jamais tiveram armas nucleares".

[45] Dados extraídos de http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/

A concepção de educação apresentada por Mészáros (2008) é qualitativamente diferente dos ideais do capital. A princípio, é necessário um enfrentamento crítico do capital, discutir as questões subjetivas para superar a conformação e os valores do capital internalizada pela formação das pessoas durante a vida.

As ações não podem ser pontuais, apenas reformistas, mas, precisam transcender o capital. O caminho possível que aponta Mészáros (2008) é a educação socialista emancipatória, a qual visa superar todas as formas de "exploração do homem pelo homem", por meio da internalização de uma consciência coletiva, em uma ação conjunta, e romper com as estruturas mais sólidas do capital. A educação socialista defendida por Mészáros (2008, p. 89) trabalha pela mudança social: "É desse modo que a educação socialista pode definir-se como o *desenvolvimento contínuo da consciência socialista* que não se separa e interage contiguamente com a transformação histórica geral, em andamento em qualquer momento dado".

A educação surge como ferramenta principal para contribuir com o processo a ser visado, "é impossível alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável sem a contribuição da educação [...]" (MÉSZÁROS, 2008, p. 90). Isso porque sem a força da educação não conseguir-se-á avançar para consciência socialista que quebre com as lógicas do capital.

> Pois o *imperativo do tempo* do capital predominante no processo de reprodução material afeta diretamente não apenas as relações estruturais de exploração da sociedade de classes como um todo, mas impõe ao mesmo tempo seus efeitos negativos e humanamente empobrecedores sobre cada aspecto da atividade material e intelectual no *tempo de vida* dos indivíduos particulares (MÉSZÁROS, 2008, p. 97).

Por isso os processos educacionais terão que vencer a internalização do capital e promover uma consciência socialista e emancipatória.

> Uma forma de educação que deve ser capaz não apenas de confrontar e retificar conscientemente as relações sociorreprodutivas estruturalmente resguardadas e fatalmente prejudiciais da *desigualdade material e social/política* herdadas do passado, mas de superar ao mesmo tempo, a força mistificadora profundamente engastada da antiquíssima *cultura da desigualdade substantiva* que ainda permeia a consciência social (MÉSZÁROS, 2008, p. 105).

A educação capitalista internaliza na consciência dos trabalhadores ideias como: cada um nasce com o destino pré-estabelecido; a acumulação do capital é uma conquista; todos são iguais e aqueles que chegaram a uma grande acumulação conseguiram por esforços próprios. Somente uma educação que juntamente com o processo de transformação pautado no

desenvolvimento de uma sociedade socialista pode conseguir romper com estas ideias internalizadas pelo capital.

2.3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PARTIR DOS CONCEITOS DE GOHN E TRILLA

A Educação chamada de "não formal" na atualidade, segundo Trilla (2008), surge como tema de debate na década 1960 com a publicação da obra de P.H Coombs *The World educational crisis* (1968). Esta obra enfatizava a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos escolares. Este livro traz uma discussão sobre os processos de educação, chamados educação "informal" e "não formal", tratava principalmente das atividades que possuíam um objetivo, uma intencionalidade de formação. Para Trilla (2008, p. 40): "O formal é aquilo que assim é definido, em cada país e em cada momento, pelas leis e outras disposições administrativas; o não formal por outro lado, é aquilo que permanece à margem do organograma do sistema educacional graduado e hierarquizado".

Ainda Trilla (2008) destaca que a educação não formal começou a ganhar espaço em discussões de entidades e na academia a partir da década de 1980, inclusive se tornando disciplina de alguns cursos de Pedagogia.

> Consta na obra de referência pedagógica, e das ciências da educação (tesauros, dicionários, enciclopédias), dispõe de abundante bibliografia que não para de crescer, é utilizada na denominação de organismos oficiais, existem disciplinas acadêmicas com esse nome no campo da formação de educadores, etc. (TRILLA, 2008, p. 330).

Gohn (2010 p.18) esclarece que a educação não formal "[...] foi um campo de menor importância no Brasil, até os anos 80, tanto nas políticas públicas como nos educadores". Ainda a autora cita que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) foi fundamental para valorizar processos de educação não formal, quando esta apresenta que a educação abrange muito além da educação formal das escolas, compreende também em seu "Art. 1º. A Educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais[46]".

GOHN (2010) define o seguinte conceito para a educação não formal.

> È um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania,

[46]Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm, acesso em 05/04/17.

> entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p.33).

Movimentos sociais e organizações do campo têm solicitado uma educação formal que trabalhe as questões específicas do campo, paralelamente às organizações estão realizando processos de formação de educação não formal, uma proposta pedagógica que respeite e inclua temas sobre a realidade social, ambiental, econômica e cultural desses segmentos e grupos. Com uma pauta de reivindicações, as organizações da sociedade civil do campo estão preocupadas com o ensino no campo, que inclua a cultura desses povos e trabalhe especificamente com as diversas identidades presente no campo, como: Agricultores Camponeses, Agricultores Familiares, Assentados, Boias fria, Ribeirinhos, Acampados, Faxinalenses, Indígenas, Quilombolas, Ilhéus, Pescadores Artesanais e demais segmentos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

A educação não formal praticada por movimentos sociais possui suas bases e princípios em uma educação que vise transcender a exploração e marginalização das pessoas. Gohn (1994, p.14) cita que: "O princípio básico adotado da educação popular foi o de desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas".

De acordo com Gohn (2011, p. 21) a educação não formal eleva a "[...] consciência e organização de como agir em grupos coletivos, contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade". Formando o cidadão para a vida, esses fatores podem contribuir para a manutenção da cultura e o modo de vida local. Ainda a autora cita os atributos da educação não formal.

> Ela não é organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo, trabalha e forma sua cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um grande destaque da educação não formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento e fortalecimento do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo (GOHN, 2010, p. 20).

Na comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo, há aproximadamente uma década, existem processos de educação não formal, realizado por organizações e movimentos sociais como a APF e o MASA, que capacitam pessoas buscando a emancipação social, com objetivo que esses se tornem sujeitos de sua própria história.

> Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se

> desenvolvem fora dos canais institucionais escolares, implica ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (GOHN, 1994, p. 17).

A Educação não formal que trabalha os conhecimentos de direitos para manutenção do território faxinalense e a discussão fomentada sobre os conflitos e práticas tradicionais culturais torna-se fonte de geração de processos que estimulam as pessoas a buscar seus direitos, organizadas nos movimentos de faxinalenses e benzedeiras. O conhecimento sobre os direitos étnicos e coletivos das Benzedeiras e Faxinalenses, através dos cursos e oficinas da educação não formal, desempenha importante papel para a formação de lideranças, o que possibilita o avanço em defesa dos direitos e influencia em uma série de processos que visam o desenvolvimento da cidadania.

> Todo movimento social é um espaço de relações educativas, sendo que o caráter educativo não formal se manifesta de diferentes maneiras, tendo como elementos fundamentais o grupo, a participação e o diálogo, visando o desenvolvimento de uma cidadania ativa, no caso dos movimentos populares (SOUZA, 1997, p.30).

As organizações da sociedade civil sempre tiveram seus processos educativos, pois através da educação não formal, a formação acontece através de cursos, encontros, oficinas, etc.; pois esta consiste em um trabalho específico de cada movimento ou organização, trabalhando temas que diretamente envolvem as dimensões socioeconômicas, política e cultural de cada organização.

A educação está muito além das salas de aula, está no dia a dia das pessoas; aprendemos através da educação formal, não formal e informal, aprendemos alguma coisa de forma consciente ou inconscientemente. Nesse sentido a educação está muito além dos muros escolares.

De acordo com Trilla (2008, p. 27): “Ela está na família, na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade, no sistema social, econômico e político, estes sempre influenciando nas relações”. Assim, a educação precisa estabelecer diálogos com outros componentes que se situam à margem dos espaços escolares para uma interação entre os espaços de relação da comunidade escolar.

Os fatores culturais, sociais, ambientais e econômicos influenciam nas relações e consequentemente na educação, muitas vezes a educação formal não olha para esse espaço dimensional que afeta toda educação escolar formal. A educação é complexa e possui uma diversidade de fatores que influenciam a formação das pessoas.

> Há educação, é claro, na escola e na família, mas ela também se verifica nas

> bibliotecas e nos museus, num processo de educação à distância e numa brinquedoteca. Na rua, no cinema, vendo televisão e navegando na internet, nas reuniões, nos jogos e brinquedos, (mesmo que eles não sejam dos chamados educativos ou didáticos) etc. ocorrem igualmente, processos de educação. (TRILLA, 2008, p. 29).

Esse processo de educação chamado "informal" geralmente realizado pelos pais, colegas e meios de comunicação em massa, também forma as pessoas, visto que muitas vezes as pessoas possuem maior tempo de contato com essa formação do que propriamente na sala de aula.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm atuado em um espaço que a educação formal não consegue atender, pois a educação escolar não contempla todos os processos necessários de educação e demanda da sociedade, seja de grupos específicos que historicamente encontram-se na invisibilidade social como os faxinalenses e benzedeiras, que muitas vezes tiveram suas identidades negadas, bem como excluídos e marginalizados na sociedade, seja economicamente, socialmente e ambientalmente deslocada de suas origens.

Trilla (1985, p. 24) destaca que: "Os meios educacionais não formais podem cobrir uma ampla gama de funções relacionadas com a educação permanente e com outras dimensões do processo educacional global, marginalizadas ou deficientemente assumidas pela instituição escolar".

O processo de educação não formal possui uma intencionalidade, uma demanda da comunidade ou de instituições externas, geralmente baseadas em fatores sociais, econômicos e ambientais que a comunidade ou grupo social específico precisa para o desenvolvimento sustentável. Essa formação é traduzida em ações práticas como cursos, reuniões, seminários e encontros, oficinas, etc. É uma formação que auxilia no dia a dia a prática social e o desenvolvimento comunitário, buscando a emancipação dos sujeitos. A educação não formal possui método e intencionalidade no processo educativo, e, em alguns casos, é inclusive realizado diagnóstico antes dos processos educativos para compreender mais sobre as demandas das comunidades e grupos.

Trilla (2008, p. 40) destaca que: "Quando se fala em metodologias não formais o que se quer dar a entender é que se trata de procedimentos que, com maior ou menor radicalismo, se distanciam das formas canônicas ou convencionais da escola". Assim, por ser uma educação que não possui um espaço regrado e burocrático, se distingue por ser uma educação aberta sem depender de uma legislação e outras disposições burocráticas específicas. As metodologias empregadas na educação não formal não visam o certificado em si, porém, em muitos casos pode até ocorrer, isso como forma de valorização dos participantes, e com o foco

de especialização para o mercado de trabalho, porque este o exige.

> O fato de não ter que seguir nenhum currículo padronizado e imposto, as poucas normas legais e administrativas que recaem sobre ela (calendário escolar, titulação dos docentes, etc.) seu caráter não obrigatório, e por aí afora, tudo isso facilita as possibilidades de métodos e estrutura organizacionais muito mais abertas (e, geralmente, mais flexíveis, participativas e adaptáveis aos usuários concretos e às necessidades especificas) que aquelas que costumam imperar no sistema educacional formal (TRILLA, 2008, p. 42).

A educação não formal praticada por essas instituições e movimentos sociais mostram um vácuo que a educação formal não atinge, pois a liberdade para a discussão das metodologias e os conteúdos a serem discutidos, muitas vezes, tem a participação dos próprios educandos no processo de decisão, isso faz com que a motivação e a mobilização dos sujeitos sejam facilitadas, bem como a assiduidade nos dias de formação.

> As instituições educacionais formais deveriam incrementar o uso de recursos não-formais e informais que estão à sua disposição. Em sentido inverso, também as instâncias formais teriam de prestar seu apoio para o desempenho de outras funções educacionais, culturais e sociais. A utilização dos equipamentos escolares fora dos horários letivos para atividades não-formais ou informais é um exemplo concreto dessa demanda. (TRILLA, 2008, p. 51).

Movimentos sociais têm cumprido importante papel na educação não formal, pois essas organizações conseguiram compreender o importante papel da educação não formal para formação, seja técnica, política ou social. Nesse sentido, Trilla (1985, p.38) destaca que: "[...] a educação não formal está presente nos dias atuais de várias formas, seja através da capacitação para o primeiro emprego, a requalificação, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional, a orientação profissional e vocacional e a qualificação técnica". O ensino à distância em substituição aos meios escolares, ensino através de tele cursos através da TV, e a complementação da escola com recursos didáticos (TV, museus, parques ambientais, fazendas, indústrias, grupos de teatros, colônias de férias, etc.).

Trilla (2008, p. 39) menciona que a educação não formal também é realizada através de "[...] curso de preparação para ingresso em universidades, *ensaio de métodos e materiais educacionais,* alfabetização de pessoas adultas, *formação social política e religiosa, animação cultural, educação ambiental,* desenvolvimento pessoal e relações humanas".

Assim, as formações exercidas pelos movimentos sociais possuem métodos e metodologias que buscam adotar as práticas do dia a dia como exemplo, sejam as dificuldades e conflitos, as relações de trabalho que a comunidade e grupos específicos vivem, ou até mesmo encontram-se na fase de latência, além de buscar aparato jurídico para sustentação de suas práticas. Essas atividades diferenciadas visam a formação pessoal, para que os agentes

envolvidos sejam protagonistas de uma nova história.

Geralmente, conforme Trilla (1985, p. 68), "[...] a educação não formal está relacionada a dar conta de necessidades imediatas ou muito próximas, por isso os meios não formais estariam orientados para produzir efeito a curto prazo". Diferentemente da escola, a educação não formal não paralisa suas atividades em um espaço criado e fixo e previamente definido. A educação formal geralmente possui uma obrigatoriedade disciplinada, sendo que a educação não formal possui uma forma de recrutamento diferenciada, não obrigatória e principalmente de conteúdos. "[...] ao contrário do sistema formal, a ser selecionados e adaptados, considerando-se necessidades autóctones e imediatas das áreas de atuação. Seriam assim, mais contextualizados, funcionais de caráter "menos abstrato e intelectualista". (ARANTES, 1985, p. 72).

Além disso, ao contrário de uma estrutura burocrática presente na educação formal, a educação não formal possui uma organização, baseada em discussões com representatividade, que decidem sobre a estrutura, metodologias e avaliação das atividades a serem realizadas.

> O controle de cada meio não formal provém diretamente da instituição ou instituições que o patrocinam. Pode existir certa supervisão por parte dos organismos educacionais governamentais, mas, a não haver nem uma legitimação muito desenvolvida a respeito, nem uma infra-estrutura administrativa e burocrática muito extensa que se ocupe da educação não formal, sua gestão se realiza de maneira muito independente (TRILLA,1985, p. 29).

Em referência às organizações que patrocinam essa educação não formal, podemos observar, principalmente através de projetos de organizações não governamentais, projetos com apoio do governo e instituições de cooperação internacional. Trilla (1985, p.75) comenta que: "Quanto ao financiamento das atividades de educação não formal, provém de grande variedade de órgãos públicos, organizações privadas e mesmo internacionais, quando não das pessoas diretamente beneficiárias". Muitas vezes os movimentos sociais recorrem a rifas, almoços e bingos para arrecadar recursos para as despesas das atividades.

Trilla (1985, p. 51) cita que "[...] no marco da educação formal deveriam ser valorizadas e reconhecidas às aquisições que os indivíduos realizam em contextos não formais e informais".

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) cita uma série de documentos nacionais e internacionais sobre a educação. A estrutura do documento contempla cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; *Educação Não-Formal;* Educação dos Profissionais do sistema de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. Desta forma, observamos a importância dada à Educação não formal para

a efetivação dos Direitos Humanos, principalmente dos grupos e segmentos sociais excluídos e que se encontram na invisibilidade social como os povos de faxinais e Benzedeiras.

> A humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizado. Esse processo ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais [...] (PNEDH, 2007, p. 43)

Esse processo realizado fora dos ambientes escolares compreende uma amplitude de conhecimentos que muitas vezes nem mesmo a educação formal, devido à burocracia, formação e organização pedagógica escolar, consegue abordar. "Os espaços da educação não formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura" (PNEDH, 2007, p. 43).

As organizações da sociedade civil possuem papel importante de reflexão da realidade histórica para a implementação de políticas públicas, para o reconhecimento da diversidade e dos direitos humanos.

> [...] Movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea (PNEDH, 2007, p. 43).

Essas práticas visam estimular os sujeitos para que atuem como agentes de mudança em seus ambientes, sejam na esfera do direito, do desenvolvimento econômico sustentável ou cultural.

> Muitas práticas educativas não-formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas. (PNEDH, 2007, p. 43).

Assim, a educação não formal desempenha papel importante para que grupos, como assentados, acampados, faxinalenses, ribeirinhos, pescadores artesanais e benzedeiras busquem a emancipação e lutem pela defesa do seu modo de vida. Assim como condições humanas dignas de reprodução de suas práticas e conhecimentos tradicionais, repassados de geração em geração, constituindo uma forma de emancipação social e humana. "Essa educação não formal eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação" (PNEDH, 2007, p. 43).

Portanto, a educação não formal tem muito a contribuir com a educação formal, pois os movimentos sociais e entidades possuem um acúmulo de experiências que precisam dialogar com as práticas escolares formais. Não é no sentido de competição que a educação não formal se situa, mas sim como Gohn (2011, p.17) comenta, "Há metodologias que precisam ser consideradas visto que o próprio dinamismo e a convivência diretamente com os sujeitos, possibilita novos saberes". Estas novas metodologias que os movimentos desenvolvem, e até mesmo universidades que buscam partir do conhecimento local para avançar para outros campos de estudo, se tornam uma ferramenta indispensável para a educação.

3 ANÁLISE DE DADOS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EFETIVADA POR MOVIMENTOS SOCIAIS

Nas últimas décadas, as mudanças sociais, tecnológicas e ambientais afetam diretamente o cenário social e cultural. Nesse cenário, a educação não formal é fundamental para construir processos de emancipação com sujeitos historicamente marginalizados, desafio que muitas vezes cabe somente aos movimentos sociais assumirem.

Gohn (1994) destaca que é preciso vencer as etapas de uma educação que vise somente ensinar as noções básicas, para servir aos interesses do mercado, para ser fonte de capital e gerador de diferenças sociais e destruição ambiental, tendo como único foco a acumulação do capital, e criar uma educação que busque desenvolver a cidadania, mas uma "cidadania coletiva".

Essa educação, que os movimentos apresentam, visa discutir um novo modelo de desenvolvimento, tendo como eixo norteador as relações sociais, ambientais e humanas. A educação não formal praticada por estas organizações visa refletir a realidade apresentada, buscar os direitos e formar sujeitos emancipados, que busquem o desenvolvimento coletivo e a emancipação humana.

Gohn (1994 p.16) destaca que "o cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas" sendo a educação uma delas, que permeia muitas vezes o debate desses movimentos. A educação não formal efetuada por movimentos sociais e entidades populares possui grande relevância para pensar o sujeito coletivo, pois através da formação dos grupos, durante o debate em encontros,

reuniões e seminários se estabelecem os diálogos como caminho para resolução dos problemas enfrentados por diferentes sujeitos.

A educação não formal, realizada por movimentos sociais como no caso dos faxinalenses, realizado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses APF e Benzedeiras fomentada pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA, propicia a discussão dos conflitos socioambientais e culturais, o conhecimento de seus direitos, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a resolução de alguns conflitos enfrentados.

> A consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente a organização do grupo. Esse processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo (GOHN, 1994, p. 17).

Tendo como eixo orientador de atuação o diálogo e pressão com o poder público, a parceria construída com diversas organizações como universidades, ONGs, sindicatos e associações é fundamental para avançar rumo a implementação de políticas públicas. Percebe-se que esses movimentos conseguiram alcançar expressão em nível regional, estadual e alguns casos até nacional, e isso se deve a parcerias construídas com entidades como no caso da nossa pesquisa, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Equipe de Educadores Populares e suas respectivas assessorias em apoio aos movimentos sociais.

A experiência dos movimentos sociais especificamente na educação não formal tem mostrado excelentes resultados, principalmente a formação para ações coletivas, a participação desses sujeitos em espaços como conselhos nas discussões políticas públicas em âmbitos municipal, estadual e federal.

As comunidades tradicionais de faxinais e grupos de identidades coletivas, como as Benzedeiras e demais ofícios, são atendidos por poucas políticas públicas, e estas são do desconhecimento de todos. Cabe aos movimentos o papel de difundir informações e direitos a esses grupos que historicamente estiveram na invisibilidade social. A Educação não formal realizada por movimentos sociais possibilita um amplo debate sobre direitos e o reconhecimento dos saberes presentes em populações tradicionais, como os povos faxinalenses e grupos de ofícios tradicionais como as benzedeiras organizados.

Desde o processo organizativo dos grupos, nas parcerias do movimento, na troca de saberes em oficinas, na discussão dos objetivos e pautas de luta do movimento, a aprendizagem se realiza. Para isso, os movimentos contam com parcerias importantes para a

realização de oficinas, seminários que visem discutir e propor temas importantes para o desenvolvimento comunitário e humano.

As diversas organizações da sociedade civil, destacando os movimentos sociais, as ONGs, redes, associações de diversos povos excluídos, como afrodescendentes, índios, povos do campo e da floresta e faxinalenses, desenvolvem formas de educação não formal. Os movimentos sociais e organizações possuem um caráter educativo, pois partem da leitura da realidade, através da análise da conjuntura, debatem os conflitos enfrentados e discutem as propostas, trabalham os fatores culturais que formam a identidade e a subjetividade. Ainda mobilizam as pessoas, ideias, valores, e são agentes de proposição e efetivação de políticas públicas para esses segmentos marginalizados e não reconhecidos pela sociedade.

Os movimentos sociais pesquisados possuem uma identidade coletiva, que é trabalhada nas formações, possui diversos conflitos evidentes ou em fase de latência. Assim, as ações de formação trabalham para dar visibilidade a campos sociopolíticos e culturais em conflitos. As reuniões de organização, os processos de discussões internos e as formações realizadas preparam os sujeitos para atuarem frente às demandas e problemas enfrentados pelo coletivo, em nível local, regional, estadual e nacional.

As diversas formas que encaminham as demandas acabam organizando e formando suas lideranças e levam o debate para a sociedade, ganhando espaços em universidades e meios acadêmicos, espaços até então não ocupados por esses povos e comunidades tradicionais.

Os trabalhos de formação executados por diferentes movimentos sociais, especificamente movimentos como o MST, MPA, MMC, e no caso de estudo APF e MASA, demonstram a capacidade dos movimentos de construírem projetos em diálogo constante com seus integrantes e de formalizarem propostas de políticas públicas inclusive para a educação do campo. O que nos faz pensar que antes mesmo de ter uma discussão iniciada em educação no campo, esses movimentos praticavam uma educação não formal no campo, que serviu de base para a elaboração de propostas de uma política pública para uma educação no campo e do campo.

Neste momento, propusemos analisar os materiais produzidos pelos movimentos sociais pesquisados, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF e o Movimento Aprendizes da Sabedoria-MASA, que possibilitaram uma visão ampliada das ações em educação não formal dos movimentos sociais. Para essa análise da educação não formal

recorremos aos presentes documentos produzidos pelos movimentos sociais em parcerias com instituições, a saber:

QUADRO 02 - DOCUMENTOS DO MASA E APF ANALISADOS

MATERIAL	TITULO	MOVIMENTO
Fascículo Nova Cartografia Social	Faxinalenses do setor Sul que abrange Comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2009)
Fascículo Nova Cartografia Social	Povos de faxinais	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2007)
Cartilha	Faxinalenses em Movimento: Experiência de Sustentabilidade em faxinais	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2010)
Cartilha 2º Encontro dos Faxinalenses	Na luta pela terra nascemos Faxinalenses	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2007)
Cartilha 3º Encontro dos Faxinalenses	No direito ou na luta, essa terra é faxinalense.	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2009)
Cartilha	"Para uma instrumentalização dos direitos dos Faxinalenses"	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses- APF (2011)
Fascículo Nova Cartografia Social	Faxinalenses: Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura.	Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA (2009)
Cartilha	1º Encontro Regional das benzedeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras.	Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA (2008)
Cartilha	Conhecimentos Tradicionais e práticas de saúde popular. Sabedoria Popular cuidando da vida	Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA (2008)
Boletim Informativo 1	Conhecimentos tradicionais e Mobilizações Políticas.	Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA (2012)
Cartilha	Legislação Ofícios tradicionais de Cura	Movimento Aprendizes da Sabedoria- MASA (2016)

Fonte: Autor

Os materiais pesquisados referem-se principalmente a propostas e temas abordados em encontros, seminários e oficinas. Esses materiais foram produzidos a partir das demandas, discutidos e produzidos com a participação dos faxinalenses e Benzedeiras. Estes apresentam as propostas das comunidades tradicionais de faxinais por políticas públicas, valorização e defesa dos seus direitos coletivos e ambientais.

As atividades organizadas pelos movimentos sociais em parceria com entidades populares, universidades e redes tornam-se uma importante fonte para o processo de formação dos faxinalenses organizados em movimento social.

> A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. Esse conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante do cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana (GOHN, 1994, p. 20).

Percebe-se, pela análise dos materiais pesquisados, alguns elementos fundamentais para emancipação dos sujeitos, que após algumas formações levam suas demandas ao poder público e também realizam reuniões e cursos de formação, sendo agentes multiplicadores. Nos cursos, reuniões, seminários e oficinas discutem fatores importantes da sua origem, cultura e história local, que contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva.

3.1 AS DIFERENTES DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Nesse processo de discussão e produção de materiais, principalmente o que é apresentado por meio da auto cartografia social, os faxinalenses envolvidos debatem as práticas tradicionais e os conflitos enfrentados, bem como as mudanças nos processos produtivos e organizacionais que afetam diretamente a cultura da comunidade ao longo do tempo.

Esta dimensão espaço e tempo na história possibilita, de acordo com Gohn (1994, p.20), a "[...] articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado". Sendo estas, importantes fontes de percepção pelas comunidades locais de um conhecimento até então estranho a eles. As práticas tradicionais, a cultura, o modo de trabalho com a terra e de relação com a natureza, os conflitos, a organização política são representações importantes para o coletivo envolvido no processo educacional.

Gohn (1994, p. 50-51) destaca que os movimentos sociais possuem um caráter educativo em diversas ações, dentre elas destaca-se:

> 1) Da Aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
> 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.

> 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
> 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
> 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento.

Falar em educação não formal fora dos espaços escolares, que não se restringe a conteúdos pré-selecionados e organizações didáticas, é falar em superação e reinvenção de novas metodologias em relação às ações educativas e o desenvolvimento de processos e técnicas de ensino a partir das condições sociais, políticas e ambientais locais; os movimentos sociais inventam novas formas de ensinar em diferentes dimensões.

Gohn (1994) destaca três dimensões: Dimensão da Organização Política, Dimensão da Cultura Política, Dimensão Espaço Temporal. Assim, partimos destas dimensões como categorias para análise dos documentos do MASA e da APF, e se estas dimensões contemplam a valorização da identidade faxinalense, tendo como referência as dimensões educativas expostas por GOHN (1994), sendo esta a base para a análise dos documentos pesquisados.

3.1.1 Dimensão da organização política

Do processo organizativo dos movimentos sociais surgem principalmente as demandas relacionadas à exclusão, exploração, marginalização e falta de políticas públicas de direito humano. Assim, no processo organizacional dos movimentos sociais, as lideranças passam por um processo de formação, de conhecimento dos seus direitos e como funciona o estado. Gohn (1994, p.17) destaca que: "[...] a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre seus direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade de hoje, em determinadas questões porque se luta, leva concomitantemente à organização do grupo".

O processo de conhecimento não acontece espontaneamente. Segundo Gohn (1994, p.17), vale ressaltar o importante papel de "assessorias técnicas, políticas e religiosas", também pelo processo de troca de experiência e luta de outros grupos coletivos, quando estes são apresentados formalmente ou de maneira informal através da conversa em espaços de discussão de políticas públicas e eventos. Nesse sentido, os movimentos pesquisados participam de espaços políticos de articulação com outros segmentos: os movimentos presentes na comunidade faxinal Marmeleiro de Baixo participam de espaços da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, que envolvem diversos segmentos, como:

Quilombolas, Faxinalenses, Benzedeiras, Ilhéus do Rio Paraná, Cipózeiros, Pescadores Artesanais, indígenas, Ciganos. Estes espaços são importantes, pois ao mesmo tempo que os segmentos apresentam suas reivindicações, também conhecem as dificuldades e lutas políticas de outros povos e comunidades tradicionais, sendo fonte de formação para as lideranças dos segmentos.

Ainda soma-se o importante papel de entidades de assessoria, sendo neste caso o IEEP, Professores de Universidades e Institutos, Pesquisadores, Advogados Populares e voluntários que auxiliam nas atividades de formação. Muitas vezes, os educadores populares são as pessoas que auxiliam os movimentos na elaboração de metodologia das atividades, produção de materiais, leis e cartilhas, tentando adequar as metodologias e discutir as estratégias políticas para os movimentos.

A educação não formal passa pela desmistificação de que os agentes públicos detêm todo o poder político, o processo de formação rompe com o mito de que as pessoas precisam simplesmente aceitar, entendem como funciona a máquina pública, os processos para a efetivação de uma política pública, como funciona e onde estão as verbas possíveis de ser acessadas pelos grupos coletivos e também os entraves e conflitos de interesses envolvidos em uma discussão de política pública. Esse processo leva as pessoas organizadas em movimento a um conhecimento sobre as forças políticas atuantes e os interesses envolvidos de cada setor.

> A aprendizagem de conteúdos que possibilitem faze uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor é fundamental na educação não formal; a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos, geradas pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmara de gestão[...] (GOHN, (2010, p.35)

Neste processo de luta por políticas públicas e direitos os movimentos sociais contam com apoio político de pessoas que possuem uma visão progressista; também durante o processo de organização são mapeados quais as forças políticas que apoiam, quem é quem, quais os projetos em disputa. O processo de conhecer essas forças atuantes, bem como os direitos negados, leva os indivíduos a exercer a cidadania em grupo, o que Gohn (1994, p.18) destaca que: "A construção da cidadania se realiza quando, identificado os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes". Assim, o processo organizacional político dos movimentos rompe com as lógicas dominantes na sociedade, com a luta e organização, as pessoas em movimentos conseguem acessar e ter acesso a direitos historicamente negados, bem como

exigir políticas públicas necessárias ao desenvolvimento. Nesse sentido, os movimentos sociais recorrem a leis para buscar a liberdade de expressão e os direitos negados, como acontece na comunidade de faxinal Marmeleiro de Baixo, pois os faxinalenses e benzedeiras conseguiram, a partir de sua luta, aprovar leis municipais e estaduais importantes para o reconhecimento de suas práticas e uso do território tradicional.

3.1.2 Dimensão da cultura política

As práticas organizativas dos movimentos sociais permitem a experiência e o aprendizado da história política, possibilita entender que a negação de direitos e ausência de políticas públicas para determinados setores ocorreram em determinadas épocas, marcadas por diversas forças atuantes, e mostra a importância do passado para compreender os direitos negados no presente. Todas as práticas de exploração e negação de direitos são resgatadas em uma espécie de linha do tempo nos documentos, fazendo com que o aprendizado capacite as pessoas para entender o processo que levou a determinada conjuntura.

> Aprende a se não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar as restrições e proibições Aprende-se a creditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus (GOHN, 1994, p.19).

O processo de construção desse aprendizado não possui uma metodologia propriamente definida, porém, se auto alimenta da conjuntura e dos problemas enfrentados na atualidade, parte-se para princípios norteadores que orientam o grupo, sendo que o processo é construção coletiva, debatido em assembleias, reuniões de planejamento e propostas de eventos que envolvem muitas vezes assessorias e apoiadores.

Gohn (2008) destaca que as novas formas de associativismo e organização dos povos do campo, que a grande força impulsora desses processos organizacionais não advém da política, mas principalmente da cultura, na qual essas organizações colocam os fatores culturais como principal fator de embate e resistência social. É o que a autora chama de novos movimentos sociais, que se organizam pela identidade, como as Benzedeiras e os Faxinalenses, grupos sociais e comunidades tradicionais que encontram na cultura a fonte para a resistência.

3.1.3 Dimensão espacial-temporal

O processo gerado nos espaços organizados pelos movimentos como encontros, reuniões, seminários e oficinas levam ao conhecimento da realidade do presente e do passado. De acordo com Gohn (1994, p.20): "Os Encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante do cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana". Trazer elementos do passado para a realidade torna-se necessário para compreender o funcionamento das estruturas.

Neste sentido, a cultura tradicional, os territórios ocupados ao longo da história, as práticas e conhecimentos tradicionais locais são importantes temas geradores de debate e aprendizagem. Essas representações e práticas culturais são muito fortes, pois fazem parte da identidade de cada povo. Recordar o passado é entender como o presente foi construído, tornando estes espaços e locais históricos fontes de debate e conhecimento.

Gohn (1994, p.21) destaca que: "[...] a dimensão espaço-tempo resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido Gramsciniano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante". Ao passo que esses movimentos ganham espaços políticos, constroem alternativas fundamentadas em seu histórico de expropriação e marginalização, tendo como fonte de defesa o seu modo de vida e a cultura tradicional.

3.1.4 Dimensão sociocultural

As comunidades tradicionais de faxinais representam uma cultura tradicional expressiva do sul do Brasil, encontrados no Paraná, com relatos do norte de Santa Catarina e sul de São Paulo. Sua formação étnica retrata uma diversidade de sujeitos, negros, índios, descendentes eslavos, principalmente depois das guerras mundiais, que formam uma identidade conhecida como os "caboclos dos faxinais", sendo que em alguns faxinais predominam a descendência polonesa e ucraniana, com traços culturais típicos desses povos. Estas comunidades conseguiram resistir às pressões tanto externas como internas e usam de forma partilhada um determinado território com o uso comum dos recursos naturais especialmente pastagens e frutíferas nativas para criação de animais em comum acordo.

Esse território tradicional comum é visto como essencial para a manutenção das práticas e saberes tradicionais utilizados, reforçadas por meio de relações de parentesco,

compadrio, culinária típica, práticas religiosas tradicionais, formas de organização comunitária, econômica, social e ambiental. Somam-se diversos outros elementos presentes na memória coletiva dos faxinalenses e benzedeiras que constituem um modo de vida tradicional. Percebe-se através das análises de documentos e cursos presenciados que as atividades de formação buscam fortalecer laços solidários, conhecimentos e saberes tradicionais e uma infinidade de temas ligados à cultura tradicional, pois esses grupos e comunidades tradicionais encontram na cultura uma forma de defesa de seu modo de vida.

As comunidades de faxinais e grupos sociais como as Benzedeiras vivem um processo de pressão e marginalização sobre os seus territórios e seus ofícios, fato que ocasiona ameaças ao patrimônio imaterial, que compõe suas práticas. Ameaçados por uma violência física, verbal, psicológica e simbólica, o que mostra a importância dos trabalhos desenvolvidos por movimentos sociais para o reconhecimento, valorização e manutenção dessas práticas que formam a identidade desses segmentos. È importante destacar que esses grupos e comunidades tradicionais desenvolveram, ao longo da história, conhecimentos importantes sobre a natureza, fases da lua, espécies de plantas que melhor se adaptam a determinado tipo de solo, sendo detentores de um saber local e guardiões da agrobiodiversidade.

Este trabalho organizativo, político e cultural desenvolvido pelo MASA e APF ultrapassou os limites dos territórios tradicionais desses grupos e foram reconhecidos através de leis municipais e identificados através da cartografia social e mapeamentos participativos, sendo parte importante do patrimônio cultural imaterial brasileiro.

3.1.5 Dimensão socioambiental

A dimensão socioambiental trabalhada pelos movimentos sociais, dialoga sobre o homem e meio ambiente, buscando o desenvolvimento sustentável e satisfazer as necessidades humanas. No caso dos faxinais, essas populações historicamente dependeram da natureza para sua sobrevivência, seja pela terra na forma de criador comunitário e da floresta através das frutíferas nativas ou das terras de plantar. As floresta remanescentes, até os dias atuais, só foram possíveis por adaptações realizadas por populações tradicionais que vivem nelas, sejam povos indígenas, quilombolas, seringueiros, faxinalenses, etc.

Esta dimensão apresentada nos encontros e formação dos faxinalenses trabalha fatores essenciais para proteção e recuperação de recursos hídricos, manejo de espécies ameaçadas que historicamente são utilizadas pelas populações tradicionais como as Benzedeiras para

tratamentos de saúde, fazendo com que o meio ambiente seja objeto de debate e discussão de ações que visem equilibrar o manejo e as formas tradicionais de uso desses recursos naturais, mantendo o desenvolvimento sustentável da comunidade.

> O Conceito de "desenvolvimento" não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O Conceito já foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, nos quais os países do globo foram divididos entre "desenvolvidos", "em desenvolvimento" e "subdesenvolvidos"... remetendo-se sempre a um único padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem estar e a felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação e consumo de bens materiais (GADOTTI, 2009, p. 50).

Há muitos anos, observamos no cenário nacional e internacional diversos movimentos em defesa de um meio ambiente equilibrado. Esses movimentos buscam a defesa de áreas verdes e recuperação e denúncia de áreas danificadas por empreendimentos de minérios e diversos agentes causadores da destruição ambiental. A demanda desses movimentos faz com que governo e sociedade civil olhem com atenção para esse campo do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Gadotti (2009, p. 19), em 2002 foi instituída pelas Nações Unidas a resolução Nº57/254 como a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. "A resolução encomenda à UNESCO a elaboração de um plano, enfatizando o papel da educação na promoção da sustentabilidade". Após esta resolução, vários debates ocorreram a nível mundial entre ministros de meio ambiente. No Brasil, observamos poucas políticas de sustentabilidade, sendo um campo de grande magnitude para explorar. Algumas políticas, principalmente a agroecologia e agrofloresta, têm sido demandadas principalmente por movimentos sociais, que visam discutir uma nova forma de produção e consumo.

Gadotti (2009) cita que precisamos ter um cuidado especial com a terra, que ela está sendo oprimida também, e sugere que precisa de uma educação para esse oprimido que é a Terra ou, como ele descreve, uma Pedagogia da Terra ou "Ecopedagogia".

> A Ecopedagogia é uma pedagogia centrada na vida: considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade. Considera o ser humano em movimento, como ser "incompleto e inacabado" como diz Paulo Freire (1977), em permanente formação, interagindo com os outros e com o mundo". (GADOTTI, 2009, p 15-16)

Em nossa pesquisa, realizada em faxinal Marmeleiro de Baixo, observou-se o trabalho fomentado com apoio da assessoria do Instituto equipe de Educadores Populares- IEEP em parceria com O MASA e APF, visando alternativa como a produção de alimentos

agroecológicos, quintais florestais e agroflorestas, que visa fortalecer uma agricultura sustentável, que em sua base tem como princípio a exclusão do uso de agrotóxicos e químicos.

A Agroecologia surge como um modelo de produção baseado na sustentabilidade local para a prática de produção agroecológica, e, com isso, pouquíssimos recursos são buscados fora da propriedade. Inicialmente esses agricultores passam por um processo de formação com entidades parceiras, e, com isso esses agricultores faxinalenses e Benzedeiras, trabalham como multiplicadores desses conhecimentos, realizando cursos de formação para outros grupos. Os movimentos sociais dos faxinais realizam cursos de preparo de adubos, caldas, biofertilizantes naturais, seleção e multiplicação de sementes.

O agricultor multiplicador é uma metodologia trabalhada pelos movimentos sociais, pois a experiência e o linguajar adequado e o amplo conhecimento da realidade, principalmente através da experiência realizada, torna o agricultor um agente de desenvolvimento sustentável.

3.2 A PRÁXIS EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS DIMENSÕES

3.2.1 Auto cartografia social como ferramenta de formação dos faxinalenses nas dimensões política, sociocultural e ambiental.

O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCS surge da necessidade de grupos exporem sua realidade frente a diversos conflitos em seus territórios tradicionais na Amazônia, depois expandindo sua área de atuação para todo Brasil através do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Resultado de trabalho de pesquisa coordenado pelo professor Dr.Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM possui uma rede de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que pesquisam temas relacionados a povos e comunidades tradicionais e identidades coletivas no Brasil. Assim, nesse momento foram analisados processos de construção da auto cartografia social dos Faxinalenses e Benzedeiras, sendo analisados os seguintes materiais: Fascículo Nova Cartografia Social, “Povos de faxinais” (APF 2007), Fascículo, “Faxinalenses do setor Sul” (APF 2009) que trabalhou a comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo e o Fascículo Nova Cartografia Social, “Faxinalenses :Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura” (MASA, 2009), que deu início à discussão com as benzedeiras na região.

A auto cartografia social é uma forma das comunidades e coletivos de grupos materializarem suas práticas e conflitos através de mapas sociais. Nesses mapas, as comunidades e grupos apresentam a sua percepção de território, ao passo que os próprios grupos se auto representam em "croquis", ou seja, mapas redigidos pela própria comunidade que representam seus territórios tradicionais. Através dos mapas, as comunidades realizam a materialização dos conflitos socioambientais e práticas culturais presentes. Segundo Herlihy e Knapp (2003 apud ACSELRAD e COLI 2008, p.15): "[...] o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e insere em modelos mais convencionais de conhecimento". Essa prática de mapeamentos sociais participativos expande-se mundialmente após a década de 1990.

O processo para que uma comunidade seja incluída no Projeto Nova Cartografia Social surge da demanda dos movimentos sociais ou entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais e grupos organizados em identidades coletivas, que entram em contato com os pesquisadores que acolhem as demandas mediante disponibilidade de pessoal, material e financeira. Almeida (2008) destaca que a força do projeto está na parceria e demanda dos movimentos sociais. Assim, após essa demanda dos movimentos e organizações, a primeira etapa de formação é a realização de oficinas de uso de equipamentos como: gravadores, GPS e máquina fotográfica que serão utilizados na pesquisa pelos próprios agentes de pesquisa das organizações. Em uma segunda etapa de formação, acontece a oficina de mapas nas comunidades e grupos, que constroem seus croquis, baseados em todas as práticas tradicionais culturais e conflitos socioambientais encontrados.

FIGURA 21- OFICINAS DE AUTO CARTOGRAFIA.

Fonte: Autor (23/01/2008)

Nesse momento, os agentes de pesquisa – que são lideranças dos movimentos sociais com apoio de pesquisadores de entidades parceiras – materializam os dados e conflitos, sendo estes, alvos de discussão pelos sujeitos e, somente após o consenso, estes são desenhados em "croquis" (mapas) que depois são repassados para base cartográfica, transformando os dados em um mapa social da comunidade.

Essa etapa do processo, objetiva a visualização dos conflitos socioambientais e culturais da comunidade, possibilitando a discussão e internalização dos conflitos encontrados pelos faxinalenses, pois muitos deles permaneciam latentes ou não possuíam consenso entre o grupo.

O processo de construção da auto cartografia busca levantar alguns indicadores: (I) organização política local (Associação, Conselho, Rede, Acordos, etc.), (II) Práticas tradicionais de uso e conservação do território e recursos naturais, (III) Práticas religiosas e culturais (Saberes, ofícios e práticas Tradicionais religiosas), (IV) conflitos socioambientais, referentes ao território, sendo internos e externos, (V) Rede de proteção (dispositivos legais e políticas publicas).

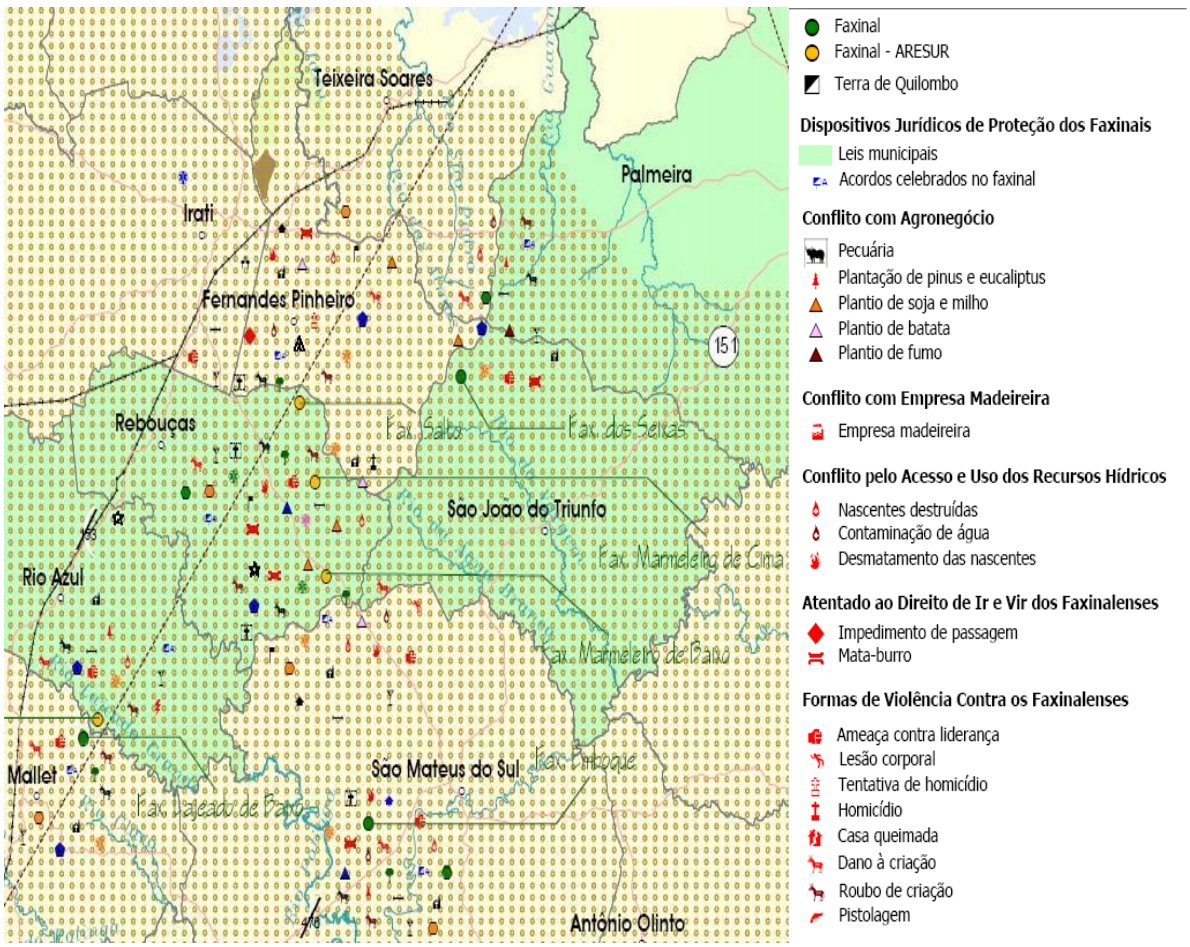
A metodologia busca identificar e mapear tudo que é significativo culturalmente e ambientalmente para o grupo, desenhando em "croqui" (mapa). Conforme Almeida (2008 p.17): "[...] a auto cartografia é um instrumento pelo qual o grupo apresenta a sua concepção de território a sociedade".

As comunidades de faxinais do Paraná e as Benzedeiras de Rebouças e São João do Triunfo tiveram a oportunidade de expor sua realidade através da auto cartografia e mapeamentos sociais. O Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, iniciou seus trabalhos no Paraná em 2007, com o primeiro Fascículo "Povos de Faxinais" mapearam cerca de onze comunidades de faxinais. Em 2008 o mapeamento dos faxinais ganhou uma série especial composta de quatro fascículos intitulados "Faxinalenses do Sul do Brasil". O primeiro fascículo intitulado, "Faxinalenses: Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura" teve como objetivo dar ensejo a auto cartografia de pessoas detentores de ofícios Tradicionais de Cura e que trabalham na temática de remédios caseiros, sendo estes Benzedeiras, Benzedores, Costureiras (os) de Machucadura, Remédieiros (as), Massagistas tradicionais, Remédieiros e Parteiras. Nos documentos analisados, três comunidades de faxinais foram pesquisadas: Faxinal dos Seixas, Faxinal

Marmeleiro de Cima e Faxinal do Rio do Couro. O processo de formação, através da auto cartografia, realizado nessas comunidades se destaca por esses grupos estarem organizados coletivamente no Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), que foi o demandante da ação de pesquisa nas comunidades.

Os outros três fascículos da série foram uma demanda da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF, e que foram divididos em três regiões, conforme a organização do movimento social Faxinalense: Fascículo 2- "Faxinalenses do Setor centro do Paraná", que correspondia às comunidades de faxinais dos municípios de Boa Ventura do São Roque, Turvo e Pinhão; Fascículo 3: "Faxinalenses no Setor Sul do Paraná", que corresponde às comunidades tradicionais de faxinais dos municípios de Antonio Olinto, Rebouças (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Rio Azul ; O Fascículo 4- "Faxinalenses no setor metropolitano de Curitiba, Paraná" que mapeou as comunidade faxinalenses do município de Quitandinha, todos municípios do Paraná.

FIGURA 22- AUTO CARTOGRAFIA SOCIAL DOS FAXINAIS PESQUISADOS



FONTE: IEEP. FASCÍCULO POVOS DE FAXINAIS (2007)

Dentre os principais conflitos encontrados nas comunidades de faxinais mapeados, apresentamos os mapeados na Comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças, exposto no fascículo do Projeto Nova Cartografia social dos Povos e comunidades Tradicionais do Brasil, intitulado Povos de Faxinais, que destaca o depoimento do faxinalense da comunidade Faxinal Marmeleiro de Baixo, demonstrando a pressão sobre os territórios faxinalenses e os conflitos socioambientais. "Onde eles podem abraçar um pedaço de chão eles não perdem tempo... Eles têm recursos. E tocam soja, veneno e máquina por cima de nós. A gente ta morrendo devagarinho... e como fica o futuro das crianças (APF,2007, p.8)."

Podemos dividir os conflitos socioambientais em dois tipos: conflitos *externos e internos;* os externos são causados por agentes públicos e grandes fazendeiros, que de forma arbitrária tomam decisões e influenciam inclusive o poder público sobre o uso do faxinal, como a retirada de portões dos faxinais feita pelas prefeituras. Soma-se o avanço do agronegócio para os territórios faxinalenses, através das plantações de soja, milho e trigo, ocasionando envenenamento e destruição de nascentes que abastecem as criações dos faxinalenses.

E os conflitos internos, como o não respeito às práticas consuetudinárias, acordos e leis adotadas na comunidade tradicional faxinalense que fazem parte da cultura local, que não são respeitadas por moradores estranhos à cultura faxinalense, que colocam fechos no faxinal. Como destacado pelo faxinalense da comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo.

> "Nós que fazemos parte da comissão do faxinal somos ameaçados por reivindicar nossos direitos. Também a algumas pessoas que vem de fora mora no faxinal e não querem respeitar nossos costumes tradicionais, como o criadouro comunitário, e fazem fechos no meio do faxinal[47]".

Os conflitos ocasionados por chacareiros com a colocação de fechos, representa uma ameaça ao modo de vida tradicional da comunidade; muitas vezes os faxinalenses, que possuem terra em grande quantidade dentro do criador comunitário, fecham suas áreas para o plantio de erva-mate e lavoura, ocasionando superlotação de animais e pressão sobre os recursos naturais de uso coletivo.

Os diversos conflitos socioambientais enfrentados nas comunidades de Faxinais, é ocasionado principalmente devido ao avanço do agronegócio sobre seus territórios tradicionais, sendo que através dos depoimentos dos faxinalenses nos documentos e fascículos analisados, a desterritorialização é apresentada como sendo o principal conflito socioambiental no faxinal. Pois além de contar com uma área proporcionalmente pequena em

[47]Entrevista concedida ao autor por Miguel Lourenço de Souza, 53 anos em 14/07/15.

relação ao número de famílias, a comunidade fica pressionada por fazendeiros, o que coloca em risco a manutenção das práticas tradicionais.

Dentre os principais conflitos encontrados nos documentos pesquisados, referentes aos fascículos da auto cartografia social, destacamos alguns conflitos socioambientais, como: fechos, contaminação com agrotóxicos de pastagens e aguadas do Faxinal, impedimento de acesso aos recursos hídricos, atentados ao direito de ir e vir, privação de recursos florestais, danos à criação e bens dos faxinalenses, etc.

O Movimento faxinalense realizou em 2008 um dossiê de denúncias relatando os vários conflitos e crimes ambientais enfrentados nas comunidades de faxinais, que foram encaminhadas às instituições responsáveis pela fiscalização, como as regionais do IAP, Polícia Florestal e demais órgãos responsáveis. Esses conflitos foram identificados a partir das oficinas de formação da cartografia social, que mobilizaram a comunidade, reafirmando a identidade coletiva dos faxinalenses, avançando para discussões em relação à proteção ambiental dos recursos naturais e caminhando para uma proposta de desenvolvimento sustentável, baseado em planos coletivos de desenvolvimento territorial sustentável. Ainda se discute na APF a saída para a recuperação de territórios tradicionais, visto que a quantidade de famílias presentes em muitos faxinais extrapola as condições mínimas para o desenvolvimento sustentável.

3.2.1 Mapeamentos Sociais como ferramenta para formação na dimensão sociocultural e política das benzedeiras.

Os Mapeamentos Sociais realizados nos municípios de Rebouças (2008) e São João do Triunfo (2011) no Paraná, foram analisados principalmente através do "Boletim Informativo do projeto nova cartografia social, com o título "Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas", pois este apresenta o resultado do mapeamento efetuado nos dois municípios. O documento apresenta que este representou ser uma importante ferramenta de formação, dando a visibilidade social às benzedeiras e demais ofícios, possibilitando identificar a diversidade de sujeitos que se auto identificam-se e são denominados como Benzedeiras, Benzedores, Curadores, Curadeiras, Costureiras(os) de Rendidura e Machucadura, Remédieiros, Massagista Tradicional, Rezadeiras e Parteiras.

Durante os anos de 2008 a 2010, tive a oportunidade de acompanhar o processo de pesquisa e formação dos mapeamentos sociais, desde a demanda dos movimentos sociais,

visitas de campo, capacitação de lideranças em noções de GPS e gravadores, e também na confecção de autocartografias locais e legendas. Ainda o processo do mapeamento possibilitou a realização de oficinas de trocas de conhecimentos tradicionais entre as benzedeiras. Esse trabalho de mapear pessoas que possuem ofícios tradicionais de Saúde Popular e Cura Religiosa foi um processo inédito que despertou o interesse de vários pesquisadores da região e do país.

O processo de mapeamento começa com a articulação das lideranças e a discussão de um questionário base para as visitas de campo. Neste momento as lideranças do MASA que atuam como pesquisadores localizam as Benzedeiras e aplicam o questionário, assim como recolhem informações da localização geográfica dos ofícios tradicionais dos municípios pesquisados. Questionário base em Anexo I.

Conforme os documentos e visitas realizadas, a pesquisa sistematizou uma infinidade de práticas tradicionais culturais de cura e saúde popular, associados a conhecimentos de plantas medicinais utilizadas na medicina popular tanto em pessoas como em animais. Após a identificação desses ofícios, também buscou-se discutir, em oficinas de formação, as dificuldades e conflitos encontrados, o que possibilitou conhecer os antagonistas desses grupos, bem como a forma de afetação em suas práticas tradicionais culturais. Percebe-se que os mapeamentos sociais representaram um importante instrumento de formação e discussão sobre os conflitos enfrentados pelos grupos nos municípios, bem como para dar visibilidade para os poderes públicos e sociedade sobre os conflitos. Ainda as atividades de formação possibilitaram o conhecimento dos direitos das benzedeiras, formando operadores de direito, fortalecendo a identidade coletiva que, organizados através do MASA, pressionaram os municípios para a construção de políticas públicas de reconhecimento de seus ofícios e práticas tradicionais culturais.

A manutenção das práticas dos ofícios tradicionais relacionados aos saberes tradicionais sobre o uso dos recursos naturais, principalmente as plantas medicinais, mostrou que a metodologia do mapeamento social é uma importante ferramenta para a formação na dimensão socioambiental e cultural, além de fortalecer o MASA com dados para a atuação política.

O mapeamento social é uma metodologia de levantamentos de dados que possibilita a formação, seguindo os mesmos princípios da auto cartografia social, pois os grupos, através dos mapas, materializam suas práticas e conhecimentos tradicionais. Nesse processo, as pessoas se auto identificam e representam a realidade em “croquis”. Diferentemente da auto

cartografia, no mapeamento como primeira atividade de pesquisa, precisa ser efetuado o levantamento da localização dos ofícios tradicionais, pois estas pessoas não estão organizadas em comunidades.

Nesse processo, os agentes locais são capacitados para ir até os detentores de ofícios tradicionais e coletar dados de localização geográfica e também dados sobre seu ofício, práticas, conhecimentos tradicionais e conflitos relacionados ao seu ofício tradicional. O processo segue a metodologia da auto cartografia social, com realização de oficinas de uso de equipamentos e mapas, mas diferente da auto cartografia, trabalha com grupos de pessoas mapeados e não com comunidades.

Esta metodologia participativa proporciona que os próprios sujeitos, no caso desse campo de estudo as Benzedeiras, sejam capacitados e desenhem o seu próprio mapa de acordo com suas noções e representação do espaço e suas práticas.

A pesquisa dos mapeamentos sociais dos ofícios tradicionais de Cura Religiosa e Saúde popular resultou em mapas produzidos pelos próprios grupos que depois foram passados para cartas topográficas dos respectivos municípios. No ano de 2012 foi exposto na publicação do Boletim informativo Nº 1 do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e comunidades tradicionais do Brasil com o título: "Conhecimentos tradicionais e Mobilizações Políticas: O direito à afirmação da identidade de Benzedeiras e Benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná", sendo o primeiro documento que retrata a discussão de políticas públicas e mapeamento dos ofícios tradicionais associados à saúde popular no Brasil. Os mapeamentos sociais possibilitaram a ampliação do debate sobre os conhecimentos e práticas tradicionais de cura utilizados, bem como os conflitos enfrentados por esses grupos. O mapeamento mostrou a realidade dos grupos desde a localização e identificação dos diversos ofícios tradicionais presentes.

Durante o processo de formação política do mapeamento, vários encontros e reuniões com vereadores e prefeitos foram realizados pelo MASA, e como fruto dessas demandas e pressão exercida aparece a conquista de duas leis municipais de reconhecimento dos ofícios tradicionais e suas práticas com direito a carteirinha e o livre acesso às plantas medicinais.

> Um dos desdobramentos dos Encontros com fundamento nos dados dos Mapeamentos Sociais, foi à aprovação de legislações especificas de reconhecimento dos Benzedores. Desta maneira, com muita dedicação das lideranças do MASA na negociação política com as Câmaras Municipais de Vereadores, Prefeituras Municipais e demais Secretarias, em 03/02/2010 foi aprovada a primeira "Lei das Benzedeiras", isto é, a Lei Municipal nº 1.401 de Rebouças. E, em 22/02/2012 foi promulgada a segunda "Lei das Benzedeiras", ou seja, a Lei Municipal nº 1.370 pelo

> Presidente da Câmara Municipal de São João do Triunfo, concretizando desta maneira à quebra do veto do Prefeito Municipal em exercício ao Projeto de Lei das Benzedeiras de Triunfo. (MASA, 2012, p.12).

Nesse tempo de luta o MASA conquistou dois prêmios nacionais: O primeiro reconhecimento recebido foi através do Prêmio Cultura e Saúde (2010) do Ministério da Cultura; a segunda premiação conquistada foi em 2011, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na categoria de Bens de Natureza imaterial, com a realização dos mapeamentos sociais em Rebouças e São João do Triunfo.

A experiência relatada mostra que a formação efetuada por movimentos sociais pode contribuir com esses grupos sociais no sentido de gerar debates sobre o uso do meio ambiente, a cultura local e o direito das benzedeiras. Possibilitando a organização social e a inserção desses grupos em políticas públicas. Os encontros e oficinas de formação em direito, realizados do processo de mapeamento social dos detentores de ofícios tradicionais na região, foram o princípio de uma discussão no sentido de aperfeiçoar as demandas de políticas de reconhecimento das Benzedeiras e demais ofícios. Assim como as diversas atividades possibilitaram o fortalecimento do MASA e a promoção das práticas e saberes associados a plantas medicinais e remédios caseiros.

3.2.3 A formação através do curso de direitos para a defesa da cultura tradicional.

Historicamente os Faxinalenses e Benzedeiras tiveram seus direitos violados, e não tiveram nem mesmo suas práticas tradicionais culturais reconhecidas, visto a falta de políticas públicas e a marginalização dos ofícios tradicionais de Benzedeiras, Costureiras de Rendidura, Massagistas tradicionais, entre outros. Como estratégia de emancipação social desses grupos sociais como faxinalenses e Benzedeiras, os movimentos sociais organizam formações sobre seus direitos, visto que em alguns conflitos são obrigados a recorrer ao judiciário. Soma-se importante papel nessas atividades de formação, as parcerias construídas entre movimento social e entidades parceiras que participam da organização e discussão metodológica do curso juntamente com advogados populares. As cartilhas “Para uma instrumentalização dos direitos Faxinalenses” APF (2011) e “Legislação dos Ofícios tradicionais de Cura” MASA (2016) representam importante instrumento de formação para os movimentos sociais pesquisados.

Podemos observar que a proposta discutida, de acordo com as cartilhas produzidas, visa tornar compreensível a proposta pedagógica da educação não formal, para sujeitos que

historicamente foram marginalizados, e muitas vezes são reprimidos e não conseguem expor a identidade livremente.

As cartilhas produzidas são materiais resultantes da implementação de oficinas e cursos de direitos realizados pela APF e MASA, que propõe a incorporação de novos saberes, conhecimentos básicos sobre operação de direitos, normas e leis que permeiam o meio jurídico, na imperativa necessidade da formação de lideranças para o desenvolvimento local e regional; ou seja, uma educação em direito comprometida com as ações afirmativas derivada das múltiplas necessidades sociais e culturais dos Faxinalenses e detentores de ofícios tradicionais. Durante os cursos, também há espaços para que as Benzedeiras e Faxinalenses relatem sua experiência e conflitos enfrentados.

Nessa direção, a presença do IFPR- Campus Irati, aliada aos parceiros como a Terra de Direitos- TDD, que é uma organização de direitos humanos, contribui em potencializar mudanças na situação enfrentada por detentores de ofícios tradicionais e faxinalenses. Essa formação possibilita a emancipação dos sujeitos, visto que até então, não Benzedeiras e demais ofícios não possuíam conhecimento sobre a legislação que amparavam a sua cultura tradicional. De posse dessas informações as pessoas ficam capacitadas para enfrentar os conflitos ambientais e culturais.

Estes conflitos têm provocado, em muitos casos, uma severa repressão à liberdade religiosa, sendo que em alguns casos existe o abandono da prática tradicional de benzedeira. Já em relação aos faxinalenses, os principais litígios estão relacionados aos proprietários que fecharam suas áreas, contaminação e destruição de nascentes, atentados aos bens dos faxinalenses e ameaças a lideranças.

Estes cursos de direitos realizados pelo MASA e APF representam uma importante ferramenta de formação para a emancipação social desses sujeitos. Durante o processo de pesquisa tive a oportunidade de participar, no dia 13 de agosto de 2016, do “Curso em operadores de direitos coletivos, ambientais, étnicos e culturais das Benzedeiras e Benzedores, Costureiras de Machucadura e Massagistas Tradicionais”, promovido pelo MASA com apoio do Instituto Federal do Paraná- Campus de Irati, com assessoria da Terra de Direitos e apoio da prefeitura municipal de Irati.

A formação contou com o apoio de diversas entidades parceiras como o Instituto Equipe de Educadores Populares, Coletivo ENCONTTRA/UFPR, UNICENTRO - Departamento de Serviço Social, Rede de Cultura e Conhecimentos Tradicionais e a Associação dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná- APP/Irati. Participaram desse

curso de formação integrantes do MASA de Irati, Rebouças, São João do Triunfo e Teixeira Soares.

No curso advogados populares busca-se trabalhar leis nacionais e internacionais, que defendem os direitos das benzedeiras, a diversidade biológica e cultural, as práticas e conhecimentos tradicionais dos povos e comunidades tradicionais.

Durante o curso, várias leis e decretos são trabalhados, como o decreto nacional Nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, que possui como objetivo específico:

> Apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais, práticas, saberes e tecnologias tradicionais. (BRASIL, Decreto Nacional. 6040/2007).

FIGURA 23- BENZEDOR RECEBENDO DECLARAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

FONTE: AUTOR EM 13/08/2016

Dentre algumas leis trabalhadas na formação, uma que merece destaque é a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, criada em 2006, que possui como objetivo expandir e valorizar a diversidade de plantas medicinais utilizadas, bem como a proteção e a promoção dos conhecimentos tradicionais associados, repassados de geração em geração. A Política Nacional das Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em uma de suas diretrizes, tem como objetivo a promoção e reconhecimento de práticas populares de uso de plantas medicinais e

remédios caseiros. Durante o curso, diversas legislações internacionais são trabalhadas; entre elas destacamos a Convenção 169, sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais da UNESCO que protegem os conhecimentos e práticas tradicionais culturais dos povos como patrimônio imaterial cultural.

A manutenção das práticas dos ofícios tradicionais relacionados aos saberes tradicionais sobre o uso dos recursos naturais, principalmente plantas medicinais, faz com que esse curso torne-se importante fonte de emancipação social e desenvolvimento desses grupos tradicionais.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos sociais sempre buscaram exercer um papel formador em seus segmentos, e em diversas dimensões, como apresentada neste trabalho; as formações muitas vezes são políticas, econômicas e de direitos básicos.

As formações, referentes ao desenvolvimento econômico, procuram trabalhar as relações sociais envolvidas. Assim como o correto uso dos recursos naturais de maneira com que haja o desenvolvimento sustentável. É comum no calendário dos movimentos sociais grandes eventos como Seminários, Jornadas de lutas, além de cursos e oficinas sobre diversos temas. No Paraná, temos a Jornada de Agroecologia, evento que teve início em 2002, em Ponta Grossa; a sua organização é composta por diversos movimentos sociais, entidades de assessoria, sindicatos e organizações da agricultura familiar da região. A jornada de Agroecologia tem caráter político para divulgar os problemas do agronegócio através do uso indiscriminado de agrotóxicos e transgênicos, bem como as estratégias das grandes empresas multinacionais para dominar as sementes e os insumos necessários para a agricultura. Nos últimos anos, as Jornadas tiveram como lema "Cuidando da terra, Cultivando a Biodiversidade e Colhendo soberania alimentar; Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos; Por um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura". Além desse caráter político e de alianças com diferentes segmentos da sociedade, como universidades, as jornadas são espaço de formação para a agricultura familiar camponesa. Neste espaço, são realizados seminários de formação sobre agroecologia e a disseminação de técnicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura camponesa e agroecológica; também esse espaço

funciona como um centro disseminador de plantas e sementes crioulas que é trocado entre os participantes, sendo um exemplo de formação não formal.

Nos últimos anos, as legislações internacionais das quais o Brasil é signatário, bem como a legislação brasileira de reconhecimento da diversidade cultural, encontraram espaço político para o debate de políticas públicas de populações tradicionais. Inicialmente, com os povos indígenas e Afrodescendentes (quilombolas) que possuem uma legislação teoricamente avançada, mas lutam para a construção de políticas públicas adequadas à sua realidade tradicional, bem como a demarcação de seus territórios. Nesse sentido, outros povos e comunidades tradicionais buscam esse espaço para o reconhecimento de sua especificidade; destacamos os faxinalenses que participam desde 2006 na Comissão nacional dos Povos e comunidades tradicionais e agora no ano de 2016 com a aprovação do conselho nacional dos povos e comunidades tradicionais, as benzedeiras também conquistam este espaço de discussão de políticas públicas e visibilidade social.

Nesse sentido, a pesquisa na comunidade de Faxinal Marmeleiro buscou analisar as formações exercidas pelos Movimentos APF e MASA e identificar as metodologias e práticas utilizadas na educação não formal, atentando para a análise sobre os documentos: se estes discutem e fortalecem a identidade local. Neste sentido, no capitulo 1 buscamos estudar a comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, suas práticas, sociais ambientais e culturais, em uma tentativa de analisar e compreender as relações sociais e as práticas culturais que formam a identidade faxinalense. A pesquisa propiciou conhecer a riqueza social, ambiental e cultural ímpar da comunidade, sendo um laboratório para práticas de educação.

A partir disso, no capítulo 2 abordamos algumas das teorias contra hegemônicas, buscando conceituar os diferentes conceitos de educação não formal, como esta é desenvolvida e quais os atores que a realizam. No capítulo 3 buscamos analisar alguns materiais, principalmente fascículos do projeto nova cartografia social, bem como a metodologia utilizada para realização de mapeamentos e auto cartografia, assim como as cartilhas elaboradas a partir de eventos e cursos de direitos realizados pelos movimentos sociais, com apoio de entidades de assessoria e colaboradores, buscando entender como acontece a práxis da educação não formal.

Vale ressaltar o papel importante das assessorias e instituições de apoio que assessoram esses movimentos nos processos de educação não formal. As assessorias possuem papel importante na formação, sendo representada por técnicos, educadores e advogados populares de diferentes instituições.

A educação não formal, praticada pelos movimentos sociais, possui uma base social formada por setores, comunidades, grupos marginalizados e expropriados que possuem direitos historicamente negados; muitas vezes não possuem o seu reconhecimento e historicamente não foram assistidos por políticas públicas específicas, nem mesmo o seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais e que possuem uma identidade única. Através da organização social esses grupos, apoiados por entidades populares, universidades e assessorias, buscam a organização para dar visibilidade às questões sociais, territoriais e ambientais enfrentadas.

A pesquisa possibilitou compreender que as metodologias utilizadas na educação não formal possuem papel importante para afirmar a identidade faxinalense que, apesar de ainda não ter o devido reconhecimento na comunidade acadêmica, apresenta ser uma educação importante para tratar temas e formações que muitas vezes ficam à margem da educação formal. Percebe-se que, no caso de pesquisa, a educação não formal apresenta-se como uma política de cunho social; o trabalho de formação é realizado com comunidades tradicionais e grupos historicamente marginalizados como as benzedeiras e faxinalenses, demonstrando o importante conhecimento dessas comunidades para o reconhecimento desses sujeitos que fazem parte da identidade paranaense.

A experiência realizada pelos movimentos sociais através dos mapeamentos e auto cartografia sociais podem ser uma ferramenta importante para a formação na dimensão política, sociocultural e socioambiental, para que os grupos sociais organizados em identidades coletivas, juntamente com suas organizações conquistem visibilidade e lutem pela implementação de políticas públicas de reconhecimento e valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais nos municípios.

A educação não formal, na comunidade, é baseada em duas frentes claras: a primeira é a formação para organização que acontece na forma de reuniões, oficinas, encontros, cursos, que discutem situações políticas organizativas e identitárias. Nestes espaços, a comunidade desenvolve, em conjunto com entidades parceiras e colaboradores, as metodologias das atividades, visando a organização social do grupo. A segunda busca produzir dados para fortalecer o movimento social, através de mapas, cartilhas, livros, bem como o desenvolvimento de técnicas sustentáveis para geração de renda através do fortalecimento de produção sustentável e agroecológica.

Através da educação não formal busca-se a emancipação social e política desses sujeitos e a importância da sua participação em conselhos, redes, encontros de outros

segmentos que desempenham na formação dessas lideranças. Estes espaços conquistados são exemplos de discussões de políticas públicas. Os encontros e redes são exemplos de aprendizagem para os segmentos, as lideranças que participam destes espaços aprendem com o relato das experiências e se animam a lutar por direitos e reconhecimento.

Percebe-se a importância na educação não formal praticada por esses movimentos e organizações de apoio, que possuem sua fundamentação na experiente tradição da educação popular no Brasil. Essa experiência estimula processos organizativos e emancipação social, pois fomenta uma visão crítica da realidade social e contribui para o fortalecimento das organizações. Ao mesmo tempo proporciona aos grupos a conquista de espaços importantes que antes não eram ocupados por eles, que agora ganham visibilidade no debate social, podendo influenciar e discutir políticas específicas.

Os espaços criados pela educação não formal nas reuniões, encontros, oficinas e seminários são momentos para discussão da realidade local e conflitos enfrentados, representam um espaço para a afirmação da identidade desses grupos, fortalecendo valores como solidariedade; as relações sociais de colaboração e de classe também promovem a valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais presentes, fortalecendo a identidade local.

A formação trabalhada com esses grupos vincula conteúdos produtivos, ambientais, políticos e culturais que visam fortalecer as práticas e conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento. Os processos educativos como as oficinas, encontros, cursos e participação em espaços de articulação política afirmam a identidade de benzedeiras e faxinalenses, nos quais os participantes afirmam sua identidade, debatendo os conflitos enfrentados, e dialogam alternativas produtivas, políticas, de valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais, bem como o fortalecimento da cultura popular local. A formação recebida fortalece os movimentos, contribui com propostas para a participação em espaços que fortalecem a articulação política, a promoção social e cultural desses grupos.

A importância da educação não formal fica evidente quando, nesse trabalho, são analisados os documentos e políticas públicas conquistadas; a formação é questão central para fortalecer a ação transformadora, a luta contra a injustiça e a invisibilidade social. Os saberes apreendidos nas atividades de educação não formal dos movimentos sociais tornam-se importantes ferramentas para o embate político, principalmente quando essas pessoas participam de espaços deliberativos como conselhos, fórum, comissões, etc.

Este trabalho de educação não formal realizado na comunidade de faxinal Marmeleiro

de Baixo pelo MASA e APF, em busca de reconhecimento das práticas tradicionais de Benzedeiras e o uso comum do território, viabilizou a criação de leis municipais de reconhecimento das benzedeiras e o reconhecimento jurídico formal das práticas tradicionais dos faxinais, fortalecendo a identidade desses sujeitos. O trabalho do MASA e APF só conseguiu essa amplitude, muito se deve ao apoio de diversas entidades de assessoria e pesquisa como: IEEP, Universidades, Institutos Federais, Movimentos, Redes, Sindicatos, Associações comunitárias e regionais.

As atividades dos movimentos objetivam desenvolver uma aprendizagem através da educação não formal, conhecimentos necessários e demandados pelas comunidades, que assim elevam sua capacidade para lutarem pela emancipação social. E, a partir desta formação, desenvolvem a capacidade de análise crítica da realidade e compreendem a importância do conhecimento e organização para a intervenção política.

Destacamos a importância da combinação de dimensões, políticas, socioculturais, sócio ambientais e produtivas no processo de formação, sendo de extrema importância o trabalho nestas distintas dimensões. As ações políticas dos movimentos sociais permitem aos sujeitos do processo de incorporar novos saberes, ao passo que acessam políticas e conhecimentos.

Através da análise dos materiais, percebe-se que a participação em espaços de formação proporcionou a defesa e a valorização do modo de vida tradicional faxinalense, enquanto espaço social, produtivo e solidário, mas também, como reconhecimento dos faxinais como território de luta, produção de valores e uma cultura tradicional.

Em relação à construção de identidades, é notável o grande avanço na consciência dos indivíduos; se estes, antes dos trabalhos dos movimentos, consideravam-se agricultores familiares, camponeses da atualidade se auto definem como faxinalenses. Ao passo que as benzedeiras assumem seu ofício tradicional, rompendo com o processo de repressão e marginalização.

O avanço ocasionado pela educação não formal na consciência política sobre seus direitos faz com que os sujeitos organizados avancem em propostas de leis municipais, estaduais, além de participarem de espaços políticos como redes e conselhos.

Os materiais pesquisados, bem como a participação em espaços de educação não formal, demonstram a capacidade formativa de organizações sociais, contribuindo com o fortalecimento da organização social, o resgate e manutenção de práticas e conhecimentos tradicionais. As distintas dimensões de atuação da educação não formal só são compreendidas

por serem trabalhadas de maneira articulada com as atividades dos movimentos, fazendo com que os sujeitos busquem seus direitos ao mesmo tempo em que fortalecem a identidade social presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, Souza, Roberto Martins de. (Org.). **Terras de Faxinais**, Coleção tradição e ordenamento jurídico. Nº4. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "Babaçuais livres" "castanhais do povo", faxinais e fundo de pasto, terras tradicionalmente ocupadas**. 2º ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, (org.). **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade:** Normas vigentes e Propostas. 1.º Vol. Manaus: Programa de Pós- Graduação da Universidade do Amazonas -UEA/ Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford/ Fundação da Universidade do Amazonas, 2008.

_____, "**Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos agronegócios**". in: Almeida, A.W.B et AL. capitalismo globalizado e recursos territoriais:fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-143.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. **3º Encontro dos Faxinalenses. "No Direito ou na Luta, Essa Terra é Faxinalense"**. Irati. 2009.

BENATTE, Antonio Paulo, CAMPIGOTTO, José Adilson, Carvalho, Rosenaldo. **Os Santos nos Faxinais: religiosidade e povos tradicionais.** Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011 p. 140-160.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional dos Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.76 p.

BRASIL. **Lei das Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Congresso Nacional, Câmara dos deputados. 11º ed. 2015. Texto integral da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm, acesso em 03/04/2017.

CARVALHO, Horácio Martins. **"Da aventura a esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra"** Curitiba, 1984(MIMEO).

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal:** uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 121 f. (Boletim Técnico, 22).

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais.** Folder divulgação. MDS. 2007.

DARCOLETTO. Carina Alves da Silva. **A mediação da educação escolar: uma análise a partir das contribuições de István Mészáros**. Artigo. Anped Sul. 2010. Disponível em <http:/www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Filosofia_e_Educacao/Trabalho/>. Acesso em: 16/07/15.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI. Moacir. **Educar para a sustentabilidade.** Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOHN. Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Teoria dos Movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Loyola. 2002.

_____. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação não formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 4º ed. São Paulo, Cortez, 2008.

KOLLING, Edgar Jorge, Ceroli, Paulo Ricardo, CALDART Roseli Salete. (Org.). Por uma educação do campo. **Educação do campo:** identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2002. Coleção por uma Educação do Campo, n.°4.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital:** rumo a uma teoria da transição 1ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, Claudio. Luis. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná.** Guarapuava, 2004. 192 p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de Plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças, 1950-1997. Tese de doutorado. UNESP/ Assis, São Paulo, 2000.

NETO, Joaquim Shiraishi (org). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**; Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus; UEA, 2007.

RODRIGUES; Fabiana. C, NOVAES Henrique T; BATISTA Eraldo L. **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação Para Além do Capital.** In SEVÁ, Osvaldo. F; Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul. 1º Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P.17-60.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Paraná. **Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação, Curitiba, 2006.

PEREIRA. Jacieli Domingues. **Ler, escrever e contar: escolas informais do faxinal dos marmeleiros entre os anos de 1930 e 1949**. Dissertação de Mestrado. Irati. 2014

PIMENTA. Tânia *Salgado.* **Terapeutas Populares e Instituições Médicas na primeira Metade do Século XIX.** In Chaloub S. et al.(org.) Artes e Ofícios de Curar no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

ROTTA, Melody Capobianco. **Educação do Campo: Demandas dos Movimentos Sociais no estado do Paraná –** Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/PA-039-07.pdf, acessado em 23/02/2016 às 10:30.

SILVA, Cristiane Rocha; HOELLER, Silvana Cássia. Concepções de aprendizagem e desenvolvimento da educação do campo. In: PAGLIA, Edmilson Cezar, et al. **Práticas pedagógicas em educação do campo.** Matinhos: UFPR Litoral, 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. **As relações entre o Movimento Sem Terra (MST) e o Estado: Programas de Alfabetização de jovens e adultos**. In: DAGNINO, Evelina (Org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GOHN, Maria da Gloria; SOUZA, Maria Antonia de; COUTO, Andreia Terzariol. **Movimentos Sociais e Educação no Brasil**. In SOUZA, Maria Antonia de**.** Educação Não-formal e a formação de lideranças do MST. Revista, UNICAMP- FE-GEMDEC, 1997.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. **O homem pobre do campo no imaginário e no pensamento social**. Rio de Janeiro, 2009, p.78 Dissertação (Mestrado em ciências sociais). Instituto de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos** / Jaume Trilla, Elie Ghanem, Valéria Amorim Arantes, (org)- São Paulo: Summus, 2008.

_____. **La Educación fora da escuela:enseñanza a distância, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo y otros medios no formales.** Barcelona: Planeta, 1985.179p.

_____. **A educação não formal**. In: GHANEN, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. Educação formal e não formal. São Paulo: Summus, 2008. p 15-58.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DO MAPEAMENTO SOCIAL DAS BENZEDEIRAS

MAPEAMENTO DOS OFICIOS TRADICIONAIS

GPS- LOCALIZAÇÃO..... / .....

NOME.....IDADE.....
ENDEREÇO.....TEL.....

OFÍCIOS TRADICIONAIS DE SAÚDE POPULAR E CURA RELIGIOSA:

( ) BENZEDEIRA OU BENZEDOR
( ) CURADEIRA OU CURADOR
( ) COSTUREIRA OU CUSTUREIRO DE MACHUCADURA
( ) PARTEIRA ( ) MASSAGISTA TRADICIONAL
( )OUTROS. QUAIS ( ) REMÉDIEIRO(A)

PRÁTICAS TRADICIONAIS DE CURA RELIGIOSA E SAÚDE POPULAR:

( ) BENZIMENTOS
( ) DEFUMAÇÕES
( ) REZAS E ORAÇÕES
( ) ESFREGAÇÕES E PUXADOS
( ) BANHOS DE REMÉDIOS TRADICIONAIS
( ) SIMPATIAS
( ) DERRAMAR E VIRAR CERA
( ) COSTURA DE RENDIDURA
( ) USO E ENSINO DE PLANTAS MEDICINAIS E REMÉDIOS CASEIROS
( ) MASSAGENS TRADICIONAIS
( ) AMALDIÇOAR BICHEIRAS E ATROPELAR,PULGAS,PIOLHOS,INSETO,ET
( ) ARRUMÁ MACHUCADURA
( ) GARRAFADAS ( ) OUTROS QUAL.....

CONFLITOS:

( ) REPRESSÃO DE PESSOAS LIGADOS A IGREJA
( ) REPRESSÃO DE PESSOAS LIGADAS A ORGÃOS DE SAÚDE/ MEDICOS.
( ) PRECONCEITO, CRITICAS, DESVALORIZAÇÃO.
( ) FALTA DE APOIO DE FAMILIARES
( ) AMEAÇAS DE DENUNCIAS
( ) PERSEGUIÇÃO
( ) MEDO
( ) DESINTERESSE DOS JOVENS ( )OUTROS QUAL?.....

CONFLITOS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS

( ) EXTINÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS NATIVAS POR DESMATAMENTO
( ) CONTAMINAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS E ÁGUAS POR VENENOS
( )PROIBIÇÃO DE ACESSO A PLANTAS MEDICINAIS E AGUAS SAGRADAS.
( ) ABANDONO E DESTRUIÇÃO DE OLHOS D'ÁGUA DE SÃO JOÃO MARIA/GRUTAS ( ) OUTROS- QUAIS?

OFÍ/CIOS TRADICIONAIS RELIGIOSOS/ CULTURAIS.

( ) CAPELÃO ( ) TOCADOR DE ROMARIA DE SÃO GONÇALO

( ) REZADEIRA OU REZADOR ( ) FESTEIROS TRADICIONAIS DE SANTOS

PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

( ) QUINTAIS MEDICINAIS ( ) TROCA DE MUDAS E SEMENTES DE REMÉDIOS,

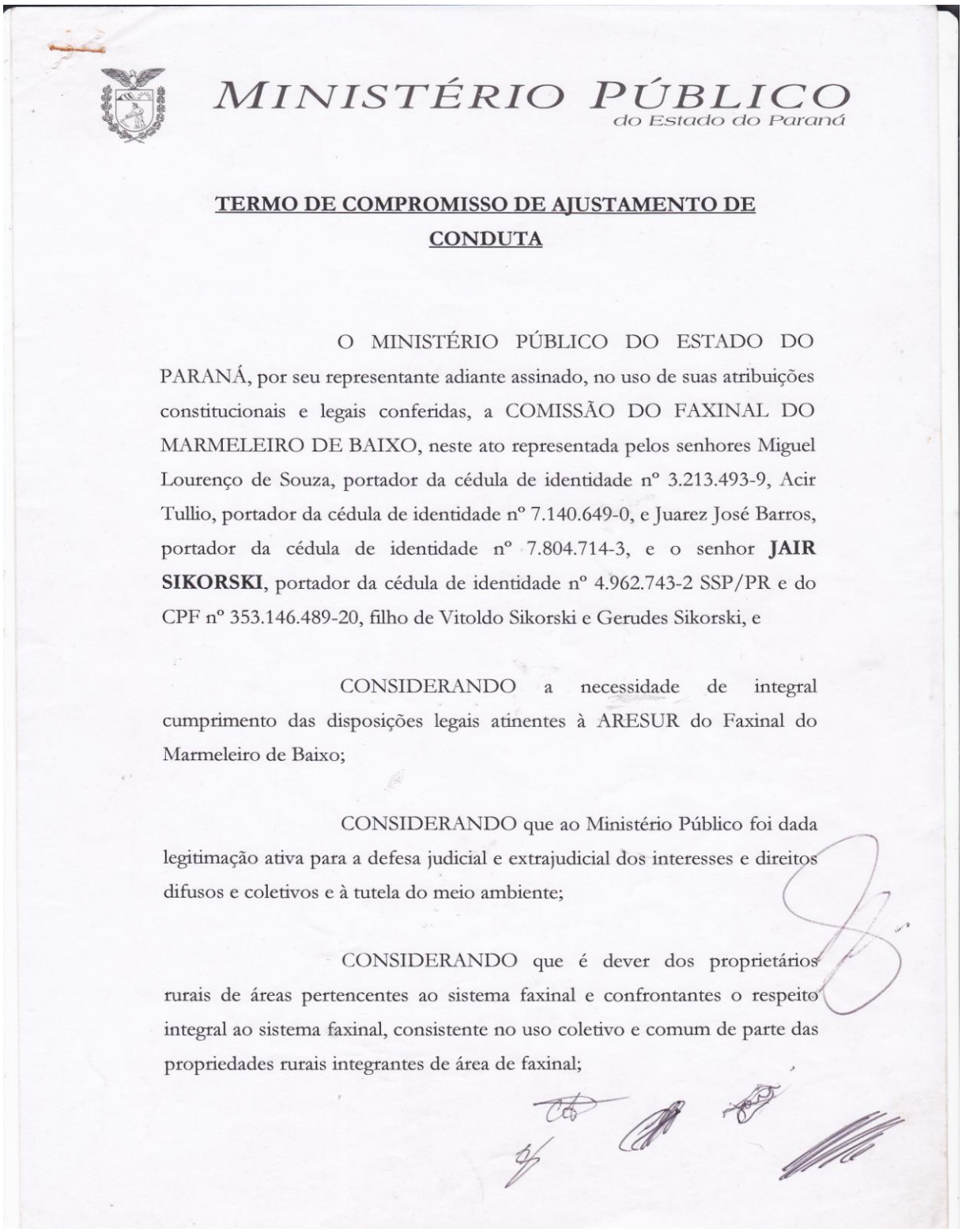
( ) USO SUSTENTÁVEL DE PLANTAS MEDICINAIS

Aprendeu o Ofício com quem?..... Há quantos anos possui o Ofício?.....

Atendeu pessoas de Quais Cidades? .....

Faz parte de alguma organização.....

ANEXO B- TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REFERENTE A FECHOS NO FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu representante adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas, a COMISSÃO DO FAXINAL DO MARMELEIRO DE BAIXO, neste ato representada pelos senhores Miguel Lourenço de Souza, portador da cédula de identidade nº 3.213.493-9, Acir Tullio, portador da cédula de identidade nº 7.140.649-0, e Juarez José Barros, portador da cédula de identidade nº 7.804.714-3, e o senhor **JAIR SIKORSKI**, portador da cédula de identidade nº 4.962.743-2 SSP/PR e do CPF nº 353.146.489-20, filho de Vitoldo Sikorski e Gerudes Sikorski, e

CONSIDERANDO a necessidade de integral cumprimento das disposições legais atinentes à ARESUR do Faxinal do Marmeleiro de Baixo;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos difusos e coletivos e à tutela do meio ambiente;

CONSIDERANDO que é dever dos proprietários rurais de áreas pertencentes ao sistema faxinal e confrontantes o respeito integral ao sistema faxinal, consistente no uso coletivo e comum de parte das propriedades rurais integrantes de área de faxinal;

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que o senhor **JAIR SIKORSKI** vem desatendendo a tal uso coletivo, mediante estabelecimento de cerca em parte de sua propriedade rural, localizada em área pertencente ao sistema faxinal;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes TERMOS:

1 – o senhor **JAIR SIKORSKI** deverá, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, retirar qualquer tipo de cercamento no Faxinal Marmeleiro de Baixo que desrespeite o limite máximo de 15% (quinze por cento) de sua propriedade rural;

2 – No mesmo sentido, o senhor **JAIR SIKORSKI** deverá se abster de estabelecer cerca e conseqüente desmembramento de área pertinente ao Faxinal Marmeleiro de Baixo e áreas confrontantes.

3 - O não cumprimento deste acordo implicará em multa diária de R$ 100,00 (cem reais), a ser recolhida em benefício da ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MARMELEIRO DE BAIXO, a ser custeada integralmente pelo senhor **JAIR SIKORSKI**, sem prejuízo das conseqüências cíveis e criminais de tal conduta.

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

Ficam cientes os compromitentes de que este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem eficácia plena, desde a data de sua assinatura, **valendo como título executivo extrajudicial**, na forma do art. art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85 e do art. 585, VII do Código de Processo Civil.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este termo em 03 (três) vias de igual teor.

Rebouças, 08 de junho de 2009.

Murilo Cezar Soares e Silva
Promotor de Justiça

Jair Sikorski
Compromissário

Jetson Josias Szrajia
OAB/PR nº 38.606
Procurador do Compromissário

Miguel Lourenço de Souza
Membro Comissão do Faxinal do Marmeleiro de Baixo

Acir Tullio
Membro Comissão do Faxinal do Marmeleiro de Baixo

Juarez José Barros
Presidente da Associação de Agricultores do Marmeleiro de Baixo

ANEXO C – CARTA 3º ENCONTRO REGIONAL DAS BENZEDEIRAS

CARTA DO 3° ENCONTRO DAS BENZEDEIRAS (OS) DO CENTRO SUL DO PARANÁ

Nós, Benzedeiras, Benzedores, Rezadeiras, Curadores, Curandeiras, Costureiras (os) de Rendidura, Massagistas tradicionais, Remedieiros, Parteiras, Doulas, Xamoy e Xary dos Povos Indígenas Guarani, Romeiros de São Gonçalo, Aprendizes de Benzedeiras, Bioenergia, Reiki, portadores dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa, bem como representantes dos povos e comunidades tradicionais organizados na Rede Puxirão; autoridades presentes, tais como o Prefeito e Vereadora de Rebouças, Secretários Municipais, Deputados Estaduais e Lideranças Sindicais dos Trabalhadores Rurais; representantes do IAP, de advogados e advogadas populares, instituições parceiras, tais como IFPR, Unicentro, UEPG, UFRO, ENCONTTRA, CASLA CEPIAL, IEEP, APP Sindicato. Participantes vindos dos municípios de Irati, Campo Largo, Lapa, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, Fernandes Pinheiro, Guarapuava, Nova Laranjeira, Ponta Grossa, Saudade do Iguaçu e Curitiba, reunidos em Rebouças-PR, nos dias 01 e 02 de abril de 2017, convidados pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), manifestamos nossa (re)existência mediante dezenas de relatos, depoimentos, conhecimentos tradicionais, práticas de cura e práticas tradicionais religiosas culturais, acumulados há centenas de anos e transmitidos de geração em geração em benefício de toda a população e, em defesa da vida, da água e da natureza.

O dia da abertura coincidiu com o dia em que aconteceu o golpe militar no Brasil, em 1964, e, novamente, temos um presidente sem voto governando o país. Nessa conjuntura, de crise democrática, estamos assistindo a perda de direitos básicos, étnicos e coletivos conquistados no recente processo de construção democrática do Brasil. Denunciamos o ataque aos nossos direitos trabalhistas e previdenciários, ressaltamos que essas reformas, que são verdadeiras destruições das conquistas sociais, estão sendo promovidas por poderes que não representam a população brasileira, especialmente se considerarmos a ausência de mulheres, jovens, indígenas e da diversidade da população brasileira, e serão os mais impactados pelos ataques promovidos por um governo golpista composto, quase que inteiramente por homens, brancos, ricos, latifundiários e empresários.

Denunciamos que, apesar de sermos constantemente procuradas e demandadas pelos nossos ofícios tradicionais de cura, sofremos preconceitos e repressões dos órgãos públicos de saúde e muitas igrejas, que nos combatem de forma a tentar criminalizar nossos ofícios e dons, somos sistematicamente invisibilizadas, além de sermos impedidas de acessar as plantas, ervas, olhos d'água, e demais recursos naturais necessários para nossas práticas e ofícios de cura, tanto fisicamente por cercas e unidades de conservação, quanto pelo uso intensivo de agrotóxicos e outros agentes de contaminação e degradação ambiental, além do desrespeito e destruição de lugares sagrados.

Destacamos que nossa luta não acaba com a conquista dos direitos, portanto exigimos o cumprimento dos nossos direitos de auto-reconhecimento, auto-determinação, de consulta livre prévia e informada, proteção dos conhecimentos e saberes tradicionais, e principalmente a garantia e acesso ao território tradicional ecologicamente equilibrado para que possamos reproduzir nossos modos tradicionais de vida. Reforçamos o necessário respeito e execução dos direitos conquistados, os quais estão previstos nas leis nacionais, estaduais e municipais, além das políticas públicas na área de saúde, como exemplo as práticas complementares do SUS. Na área ambiental, demandamos a criação dos fundos municipais de meio ambiente com participação dos povos que são agentes de preservação ambiental. Evidenciamos a importância da criação de espaços públicos municipais destinados à valorização da cultura das benzedeiras, bem como à preservação das fontes e olhos d'água do monge João Maria, a exemplo do Município de Rebouças.

Por fim, destacamos que apesar desse contexto, resistimos, e esse Encontro é prova da nossa capacidade de resistência, articulação e fortalecimento na luta pelos direitos e pela implementação dos direitos conquistados, e anunciamos a ampliação do nosso trabalho para outros municípios, manteremos nossa fé e coragem, e decidimos como sempre continuar cuidando da vida, pois cuidar da vida é a nossa missão, missão Sagrada, dada por Deus e assumida por nós.

Rebouças, 02 de abril de 2017

"Cuidar da Vida é a nossa Missão"